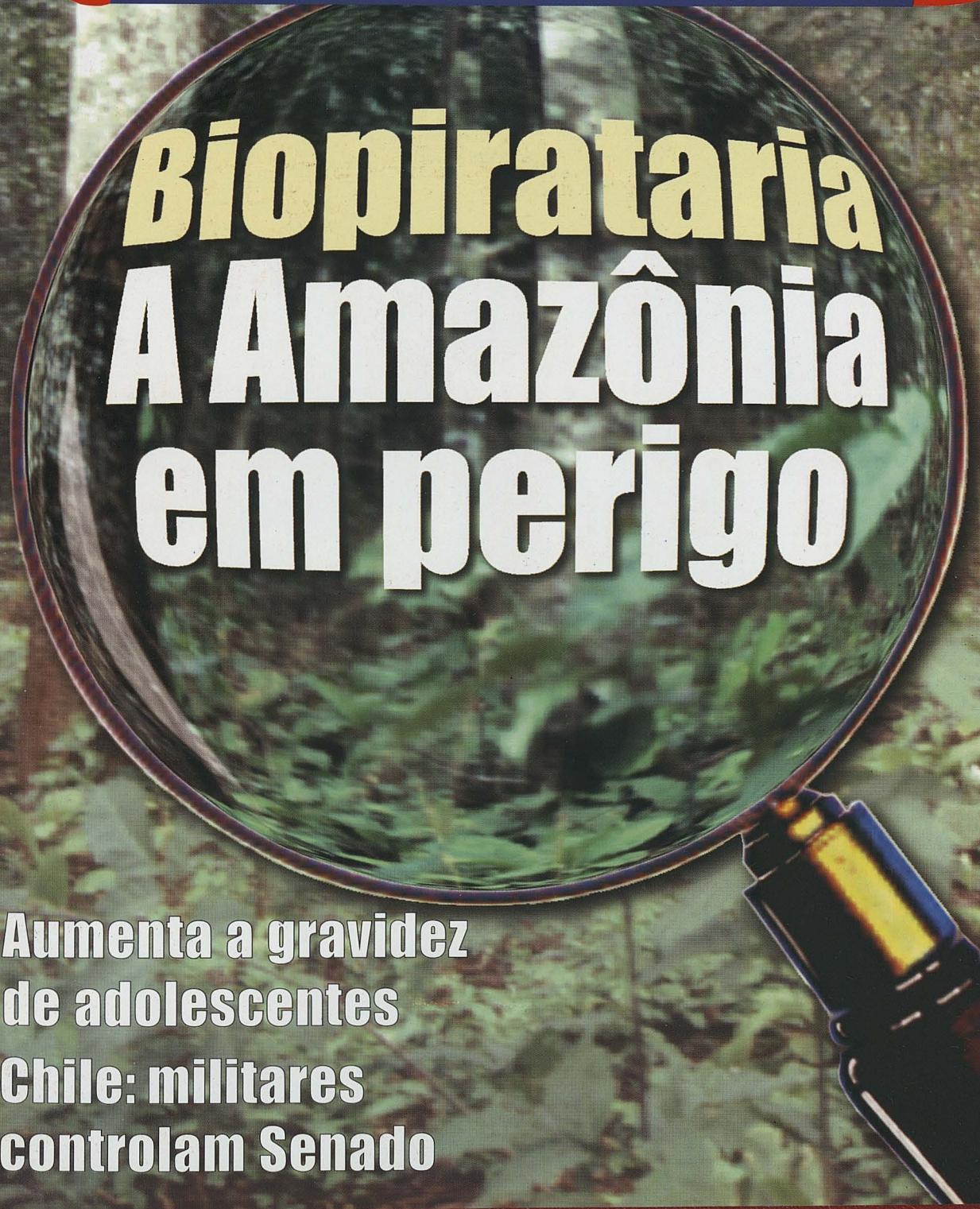


CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO



Biopirataria **A Amazônia** **em perigo**

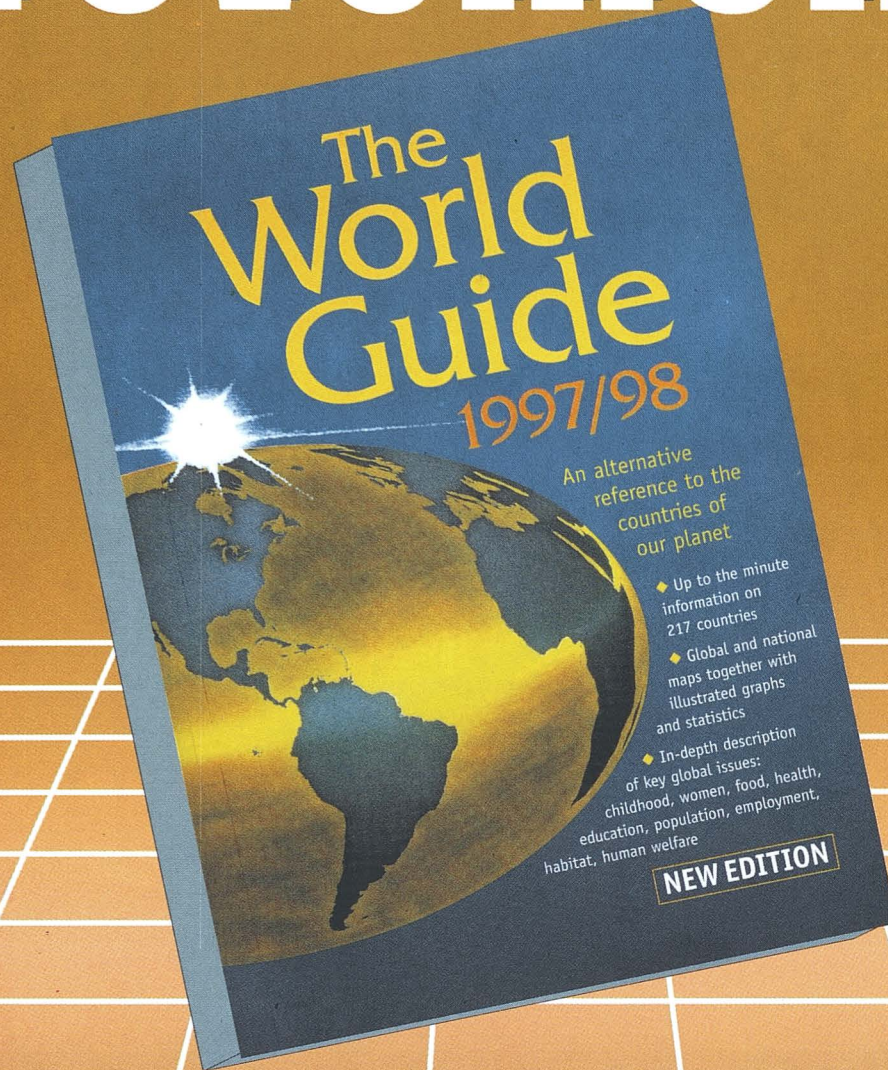
**Aumenta a gravidez
de adolescentes**

**Chile: militares
controlam Senado**

ISSN 0101-7993 Nº 205 R\$ 5,00



Brevemente



em português!

Editora Terceiro Mundo LTDA.

Depto. de Assinaturas: Rua da Glória, 122/ sl. 105 e 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180

E-mail: caderno@ax.apc.org / Fax: (021) 252-8455 / Telefone: (021) 221-7511

**EDITORA
TERCEIRO MUNDO**

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

**CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO**

ISSN 0101-7993 Nº 205 Janeiro 1998

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben, Marcos Graça e Maurício Dantas (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez, Angélica Rogick e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
FOTOLITOS: ACE Fotolitos - Rio de Janeiro
WEB: Macário Costa e Jefferson Toledo Barros
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
PUBLICIDADE: Cléber Saboya
Representante na Bolívia: Liliána Rodríguez & Marisol Corvera/ Av. Bolívar, 43 Puerto Suárez-Santa Cruz / Telefax: 00591 976 2191/2927
CIRCULAÇÃO: Francisco Távora Heitmann (Gerente),
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora), Francisca Antonia e Sidnei de Souza
Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455
PAGAMENTOS: cheque nominal e todos os cartões
E-mail: caderno@ax.apc.org
FOTOS: Agence France Presse (AFP)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:

Amapá: Wilson Alves Serafim - (096) 241-3513 /
Bahia: Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 /
Brasília: Ecomarka - (061) 349-8178 / **Espirito Santo:** A.R. Editorial - (027) 339-4992/340-2129 /
Maranhão: Cia da Criação - (098) 236-8731 /
Minas Gerais: SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 /
Novo Hamburgo: Com.Rep. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/3633 /
Paraná: Nelson Friedrich - (041) 254-2384 /
Pernambuco: Rosária M. Siqueira - (081) 453-4949 /
Rio Grande do Sul: Editora Intermédio - (051) 227-1363/228-8545 /
São Paulo (SP): Francisco Fontanezi - (011) 692-2087
DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chingaglia - Tel: (021) 575-7766
NUMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória
Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455
E-mail: caderno@ax.apc.org
Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiada à **ANER**

Associação Nacional dos Editores de Revistas

**AO
leitor**

Roubo na Amazônia

À foi dito, muitas vezes, que o próximo será o século do conhecimento. A nova revolução em curso na Humanidade não tem semelhanças com as do passado, pois quem controlará o processo, nas décadas futuras, não será o dono da terra, nem do capital, nem das máquinas ou indústrias, mas aquele que detiver o conhecimento e a informação.

Se essas serão as regras do jogo do poder no futuro, teríamos que nos preparar, desde já, para agir nesse contexto. A educação e a pesquisa deveriam ser privilegiadas com alto grau de prioridade, sobretudo naquelas áreas em que o nosso país tem maior potencial. Como primeira nação do mundo em biodiversidade, é óbvio que o Brasil tem uma enorme riqueza a ser explorada nesse terreno. Desde os microorganismos aos mamíferos e plantas mais evoluídos, o potencial dos nossos diferentes ecossistemas deveria estar sendo objeto de levantamentos e estudos, ao mesmo tempo em que recursos humanos deveriam estar sendo treinados para trabalhar em áreas científico-tecnológicas de grande futuro, como a química, botânica, biologia, biotecnologia e engenharia genética, sem falar na informática, obviamente.

Mas nada disso acontece. O Brasil está agindo sem a presteza necessária para proteger a biodiversidade e vem perdendo tempo, em relação às mudanças urgentes na educação e na formação de recursos humanos em geral.

Foi o que constataram, por exemplo, os parlamentares que participaram da Comissão que estudou a biopirataria na Amazônia. A nossa biodiversidade está sendo levada para fora do país e estudada no exterior para - em geral - produzir medicamentos e outros produtos, que, depois, chegam patenteados ao mercado brasileiro.

A nossa população não tem consciência da gravidade do problema e o governo se declara incapaz de coibir esse roubo, por falta de instrumentos eficazes de controle. Esse é o tema de capa desta edição de **cadernos**, a primeira de 1998.

Apesar da alegria que acompanha o início de um novo ano, no qual sempre se depositam tantas esperanças, a equipe da Editora tem uma perda a lamentar. Faleceu de forma prematura Euler Sathler, um colega que atuou nos últimos anos como nosso gerente de publicidade. Mesmo já não fazendo parte da nossa equipe, Euler tinha deixado amigos entre nós e sua morte nos causou muita tristeza. Fazemos chegar à sua família os nossos sentimentos.

Sumário

Janeiro - 1998 - Nº 205 - Ano XXIII

4 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

8 **PANORAMA NACIONAL**

POLÍTICA

30 **Anita - recuperar a essência da luta de Prestes**

A história corre o risco de consagrar uma imagem descolorida do revolucionário, teme a filha e colaboradora

35 **Centenário de Prestes provoca debates**

Completados no dia 3 de janeiro, os 100 anos do lendário líder comunista motivarão uma série de homenagens e reflexões políticas pelo país, ao longo de 1998

ESPAÇO DO LIVRO

36 **O pensamento de Luiz Carlos Prestes**

Jornalista reúne as principais entrevistas concedidas pelo maior nome do comunismo no Brasil

37 **Aliança Nacional Libertadora e a luta antifascista nos anos 30**

Anita Prestes lança novas luzes sobre a frente política liderada por Prestes e que iria passar à história como um simples e frustrado movimento militar comunista

BRASIL

40 **Comportamento: Alerta aos pais**

Erotização do dia a dia eleva o número de adolescentes grávidas

ECONOMIA

44 **Trabalho: Cooperar para fugir do desemprego**

Sociedades de trabalho se multiplicam, como saída frente ao império da terceirização

JUSTIÇA

48 **América: Miséria favorece crime organizado**

Magistrados analisam a situação da Justiça no continente americano

MÚSICA

49 **Nazareth: Rei do Choro ou Rei do Tango?**

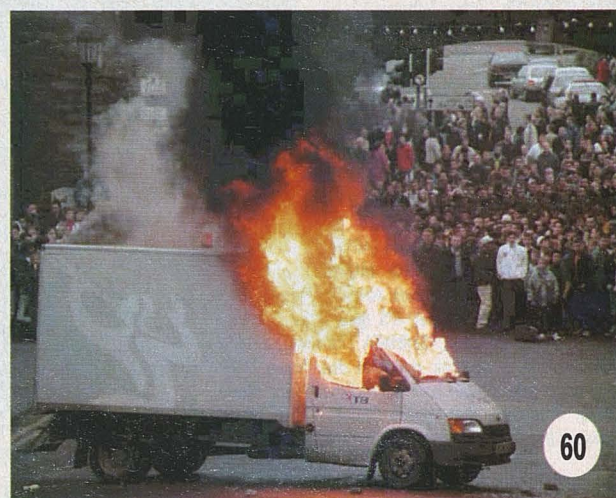
Vida e obra de Ernesto Nazareth lançadas em CD-ROM

50 **PANORAMA INTERNACIONAL**

ENTREVISTA

56 **Alain Joxe: A época da "pax" americana**

O fato de ser a única superpotência atual coloca para os Estados Unidos o desafio de entender o seu novo papel no mundo e de legitimar a sua liderança





MATÉRIA DE CAPA

12 Fronteiras abertas ao saque

Comissão parlamentar registra denúncias comprovando a falta de controle sobre bens naturais e armadilhas da biopirataria para ludibriar a boa-fé das populações pobres da Região Amazônica

20 Currículo de cinzas

Pesquisadora relata ataque à biodiversidade amazônica por parte de madeiras asiáticas, que já devastaram as florestas de seus países de origem

22 Socorro Gomes: Os países ricos querem as riquezas amazônicas

Presidente da Comissão sobre Biopirataria comenta o trabalho do grupo parlamentar e expõe suas conclusões sobre o que se passa no paraíso biogenético brasileiro, com o conhecimento e a convivência do governo com as potências estrangeiras

27 Um olhar estratégico sobre a questão amazônica

Militar analisa os condicionamentos internos e externos que envolvem o debate sobre a região e lamenta a falta de decisão política para a sua ocupação racional

60

EUROPA

Irlanda do Norte: Paz para a cidade mais dividida da Europa

Tolerância e respeito mútuo são a receita para criar uma nova etapa na conturbada história de Belfast

62

AMÉRICA LATINA

Chile: Tensão eleitoral

Maior abstenção da história e queda da votação do governo indicam frustração dos chilenos com o modelo econômico e político

66

Honduras: Partilha no governo

A futura divisão do poder entre diferentes forças políticas foi a principal consequência do recente pleito no pequeno país centro-americano

68

ÁFRICA

Sudão: Nova batalha pela paz

Oposição no Sudão não acredita em acordo

69

ORIENTE MÉDIO

Irã: O novo papel

Conferência islâmica amplia presença diplomática de Teerã

70

HISTÓRIA

Cultura: A matriz africana no mundo

Pesquisadora apresenta a África como o berço da civilização

72

MULHER

Mercosul feminino

Representantes de entidades de mulheres debatem no Rio formas de ampliar espaços e garantir direitos trabalhistas no mercado comum do Cone Sul

76

Colômbia: Onde há violência não pode haver prazer

Dirigente sindical se espelha nas mulheres de Atenas e lança a audaciosa palavra de ordem de não amar aqueles que incentivam a guerra

78

PÁGINA ABERTA

Globalização: A decadência do Ocidente

A globalização não passa de uma falácia ideológica do poder do grande capital, que domina neste fim de milênio, graças à perda de substância moral da Humanidade

80

DIPLOMACIA

Clima: Muito barulho por quase nada

Conferência decepciona cientistas e ambientalistas que acusam países ricos de armarem uma farsa

Timor Leste

Venho, em nome do Comitê Baiano de Solidariedade ao Timor Leste, parabenizá-los pela conquista pelo lançamento da edição de número 200 de **cadernos do terceiro mundo**. É desnecessário dizer-lhes da importância desse veículo de comunicação para nós que não precisemos "engolir" as mentiras e omissões da chamada grande imprensa.

Entretanto, não posso deixar de lhes falar que foi através de **cadernos** que muitos dos que hoje participam do nosso Comitê passaram a conhecer e a nos interessar pela luta dos outros povos, particularmente os do **terceiro mundo**.

De fato, foi nas páginas de **cadernos** que tomamos conhecimento do problema palestino, das lutas de libertação no continente africano, da revolução sandinista, das guerrilhas centro-americanas, do movimento anti-apartheid na África do Sul e da causa do Timor Leste, que ora abraçamos, como fizemos antes, quando participamos de comitês em favor da Nicarágua sandinista e, posteriormente, quando criamos o Comitê Baiano pela Libertação de Lâmia Maruf.

Vale revelar-lhes que em julho passado, quando estiveram aqui em Salvador, por ocasião do Encontro de Cúpula dos Chanceleres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Prêmio Nobel da Paz José Ramos Horta e o secretário de Relações Internacionais da Fretilin (Frente para o Timor Leste Independente) Mari Alkatiri, ao conversarmos com este, dissemos-lhe que o conhecíamos há quase 15 anos e mostramos-lhe a edição 54 de **cadernos do terceiro mundo** com a entrevista sua. Emocionado, Alkatiri nos falou da admiração pelos editores da revista e do apoio deles, recebido todas as vezes em que esteve no país, em uma época em que essa causa era quase que totalmente desconhecida dos

brasileiros.

Gostaríamos, assim, de transmitir aos companheiros Neiva Moreira, Beatriz Bissio e Altair Campos nossas congratulações pelo esforço heróico despendido na manutenção desse projeto vitorioso, incentivando-os ao aperfeiçoamento constante do padrão gráfico sem, contudo, mudar seu excelente conteúdo.

Por fim, pedimos-lhe que seja publicado o endereço do nosso Comitê, para o qual poderão escrever todos que queiram participar da luta solidária em defesa do Timor Leste livre ou receber nosso boletim mensal.

**Comitê Baiano de Solidariedade
ao Timor Leste**

Sindicato dos Bancários da Bahia

Av. Sete de Setembro, 1001,

Cep: 40060-000 - Mercês,

Salvador - BA

Att. Antonio Barreto ou João Batista

**A revista cadernos do terceiro
mundo quer registrar e agradecer os
votos de Feliz Ano Novo que recebeu
dos amigos conquistados ao longo
desses 24 anos de muito trabalho.**

Que reinem na terra e nos corações os nobres valores que o Nazareno Palestino legou à humanidade: Justiça, Amor, Fraternidade e Paz. Que a paz justa e duradoura reine na Palestina, terra de harmonia e berço de Nosso Senhor Jesus Cristo. Feliz Natal e Próspero Ano Novo são os votos sinceros de

**Embaixador e Sr^a Musa Amer Odeh
Chefe da Delegação Especial
Palestina no Brasil**

Cartas

Uma brisa fresca leva o eco de vozes que se levantam pelo trabalho, a justiça e a educação. Que neste ano vozes se multipliquem, por um país melhor, com solidariedade e participação.

Ruben Giustiniani e Guillermo Estevez Boero
Partido Socialista Popular - Argentina

Todas as flores do amanhã estão contidas nas sementes de hoje. Feliz ano novo. Em nome da Diretoria e Funcionários do

Centro Fapaz de Ensino e Formação de Professores de Macapá - Amapá

Ano Novo - Brasil velho? 1998 - inicia-se a década, devemos plantar árvores. Mas se planejamos para toda a vida, devemos educar as nossas crianças.

Lia Faria - Educadora
Niterói - RJ

Juntos em 1998 na reflexão sobre o Brasil.

Instituto Itaú Cultural

Desejamos a todos os nossos amigos Editores, Distribuidores e Jornalheiros, um Próspero 1998.

Fernando Chinaglia
Distribuidores

Que seus motivos de alegria se multipliquem no ano que se aproxima. Um Bom Ano Novo. São os votos da Andima.

Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto

INTERCÂMBIO

Ramón Montañez Díaz
Apartamento nº 34
Cabaiguán. Código Postal: 62 400
Sancti Spíritus - Cuba

Odalys Fonseca Eramorado
Calle: 6 # 21 % 4 y 5 Rpto:
Siboney Bayamo - Granma
CP: 85100 - Cuba

Maria Teresa Ugalde Moreno
Apartamento Postal # 151
Manzanillo, Granma.
CP: 87510 - Cuba

Dra. Mayteé Diaz Concepción
Ave 1 # 01 % 10 y Final
Bainoa Jaruco Sa Habana
CP: 34210 - Cuba

Dulcinéia Mendes
Rua Padre José Sebastião, 71
Saúde São Paulo - SP
CEP: 04187-210 - Brasil

Carlos Alexandre Pestana
Rua São Francisco Xavier, 278 -
Apto.502
Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20550-013 - Brasil

Roberto Felipe Moreno Pérez
Calle: Jaime Navarro Sabuco, nº 15, 3º Iz
CP: 03206 Elche (Alicarte) - Espanha

Luiz Rebouças Tôres
Caixa Postal: 2655,
Natal, RN
CEP: 59022-970 - Brasil

Alina Fleites Cardosa
Calle: 2da Nº 23
Rpto Libertad - Santa Clara
Villa Clara - Cuba

Marylyn Ramos Mesa
Avenida: 25 # 3001 % 30 y 32
Jaruco La Habana
CP: 32800 - Cuba



Proteção à testemunha do massacre de Eldorado

A jornalista Marisa Romão, testemunha do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde a Polícia Militar do estado matou 19 lavradores sem-terra em abril de 1996, terá agora proteção permanente da Polícia Federal. A medida foi adotada a partir do encontro entre Marisa e o presidente do Con-

gresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Durante a conversa, ACM informou à jornalista que o Congresso está examinando projeto de lei de proteção a testemunhas, com base em legislação já existente em outros países. Mesmo sem anunciar a data de votação do



Sen. Antônio Carlos Magalhães

projeto de lei, que já tramita há três anos, o presidente do Senado garantiu agilidade na votação. Por outro lado, as ameaças de morte contra Marisa Romão e seus filhos obrigaram a jornalista a deixar Belém e se refugiar no Distrito Federal, onde se encontra desde o começo de dezembro.

Importação prejudica

Os produtos brasileiros "sofrem uma pernicioso discriminação frente a seus congêneres importados".

A denúncia foi feita no plenário da Câmara pelo deputado Ushitaro Kamia (PPB/SP), quando acusou o governo de praticar tal discriminação, à medida que exige uma rigorosa fiscalização para o registro dos produtos nacionais no Ministério da Saúde, enquanto os similares estrangeiros não sofrem qualquer tipo de controle.

"Para os importados, basta a inclusão de uma etiqueta, classificando o tipo de produto para que ele vá para as prateleiras dos supermercados", disse Kamia. Os produtos de limpeza são os mais prejudicados, informou o deputado paulista.

Incentivos

O projeto substitutivo do deputado Nélson Marchezan (PSDB RS), de conceder apoio financeiro ao Distrito Federal, que garante renda mínima às famílias carentes que mantenham na escola filhos de até 14 anos, foi aprovado pela Câmara em sua última semana de trabalho, antes do recesso.

Com a aprovação do projeto, "a partir de 1998, todos os municípios brasileiros que instituíram o programa de bolsa-escola receberão apoio financeiro do governo federal. De acordo com o projeto, cada família receberá R\$ 15 por filho de até 14 anos que estiver freqüentando a escola. Ao defender sua proposta, Marchezan disse que seu objetivo "é universalizar a educação, abrindo o caminho para mais de dois milhões de crianças".

Sem resposta

Até o encerramento dos trabalhos na Câmara em 1997, o deputado Roberto Valadão (PMDB-ES) ainda não havia recebido resposta de seu pedido de informações junto ao Banco Central a respeito de avais irregulares que estariam sendo emitidos pelo Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e pelo banco Santos Neves em favor de uma empresa de propriedade de Alvaro Malimpensa.

O empresário está sendo processado por estelionato contra o sistema bancário nacional.

"É de estranhar que não tenha dado nenhuma resposta ao pedido de informações sobre a razão de não ter feito inspeções junto aos dois bancos", disse Valadão.



Queimadas no Amazonas

A cidade de Manaus viveu, pela primeira vez, o fenômeno da névoa de fumaça, provocada pelas queimadas.

O alerta foi dado pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), anunciando que a Floresta Amazônica "está passando por mudanças de seus ciclos hidrológicos, com um enorme potencial de desastre".

Peres referiu-se também ao estudo feito pela organização Woods Hole Research Center, segundo o qual "as reservas subterrâneas de água da floresta estão se esvaziando". O senador amazonense quer trazer a questão para debate no próximo período legislativo.

O senador Jefferson Peres é favorável a uma imediata ação do governo para regulamentar a retirada de madeira na Amazônia.

Regulamentação do plebiscito e referendo

Foi aprovado pela Câmara, em sessão extraordinária, o projeto do deputado Almino Affonso (PSB-SP), que regulamenta o plebiscito e o referendo.

O projeto original, do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), regulamenta o artigo 14 da Constituição, que prevê a consulta popular em casos de "acentuada relevância de natureza constitucional legislativa ou administrativa", para plebiscitos, e de consulta posterior de atos legislativos ou administrativos, para referendos.

Com a nova redação, as duas formas de consulta poderão ser convocadas por ato legislativo. Prevê também convocações por iniciativa da sociedade, com apresentação de projeto de lei ordinária à Câmara. "Queremos o pleno exercício da soberania popular", afirmou Almino.

Previdência dominada por multinacionais

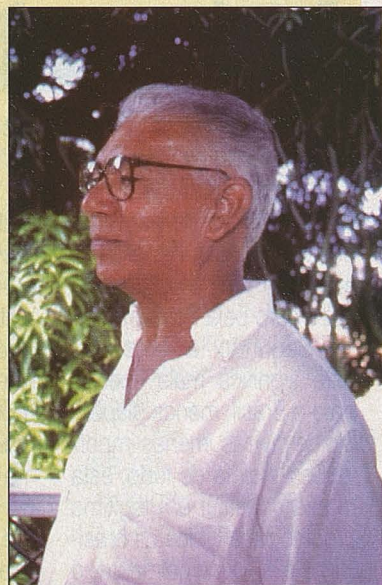
"A aposentadoria e a pensão dos brasileiros serão entregues para os gringos tomarem conta."

A denúncia foi feita pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB SP), que mais uma vez voltou à tribuna da Câmara para criticar a reforma da Previdência, a ser votada durante a convocação extraordinária do Congresso. Após informar seus colegas sobre o mercado brasileiro, que, de acordo com o deputado, "é o maior da América Latina", Arnaldo

Faria de Sá relacionou as principais empresas interessadas na reforma.

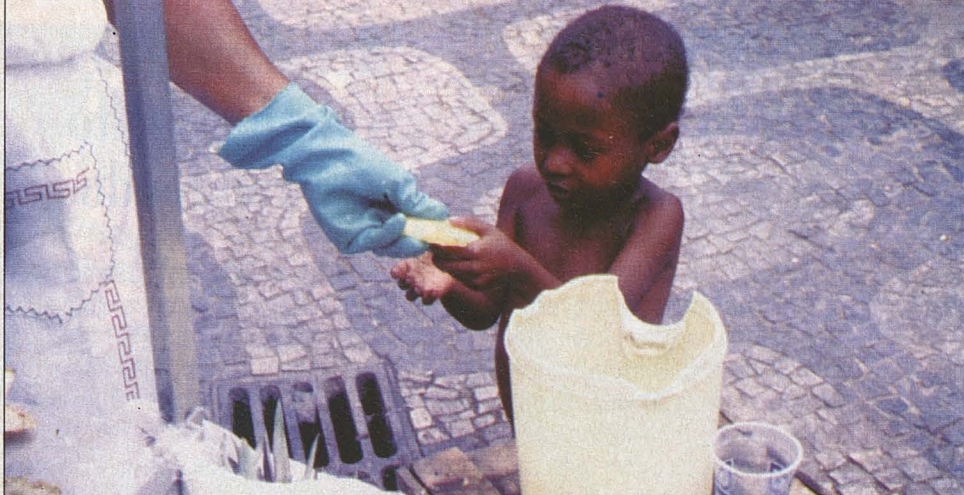
Entre elas, encontram-se as seguradoras norte-americanas American International Globe Group, a ITT Hartford, a New York Insurance Life, a Liberty Mutual.

O deputado paulista lamentou também o descaso do governo com o setor previdenciário, que fechou o ano de 1997 com um déficit de US\$ 1,5 bilhão, porque "o governo não paga sua dívida de contribuição sobre lucro e do Cofins. Se pagassem à Seguridade - acentuou - aquilo de que o Tesouro Nacional se apropriou, a Previdência teria um superávit estrondoso", completou Arnaldo Faria de Sá.



Idosos: direitos previdenciários em risco

STF e direitos humanos



O Dia Internacional dos Direitos Humanos foi comemorado no dia 10 de dezembro com um contundente discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello. Ele considerou um "gravíssimo desafio à sociedade e a todas as instituições de poder", entre outros pontos, "os ensaios de redução ou supressão de conquistas sociais e jurídi-

cas." Disse ainda ser "imperioso reagir contra essas situações de opressão, degradação, discriminação e humilhação, que provocam injusta marginalização de contingentes da população".

O presidente do STF lembrou que os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, de 1948, ainda não se tornaram realidade no Brasil.

"A exclusão social, as gravíssimas restrições que impedem a democratização do acesso à Justiça, à educação, à saúde, à habitação e a um regime previdenciário digno; as iniquidades do modelo penitenciário; os abusos cometidos pelo sistema de repressão policial; a prática da tortura como método criminoso de investigação penal; o estado de de-

gradante penúria das comunidades indígenas; a impunidade que revolta o cidadão honesto e que estimula a criminalidade dos delinqüentes financeiros; os ensaios de redução ou supressão de conquistas sociais e jurídicas decorrentes de um longo e organizado processo reivindicatório da sociedade; a intolerância e as conseqüentes práticas discriminatórias contra grupos minoritários; e a necessidade de desenvolver ações, destinadas a incorporar os direitos reivindicados pelo movimento de mulheres, representam um gravíssimo desafio à sociedade e a todas as instituições de poder."

"Torna-se imperioso reagir contra essas situações de opressão, degradação, discriminação e humilhação, que provocam injusta marginalização de contingentes da população", alertou Celso de Mello.

Petrobras quebra barreira do milhão de barris

O Brasil passa a fazer parte do restrito grupo de países que produzem mais de um milhão de barris de petróleo por dia. A marca foi atingida em meados de dezembro pela Petrobras.

Segundo a empresa, "isto significa mais energia para o Brasil, menos dispêndio de divisas, menos importações. Acima de tudo, esta marca constitui um legítimo orgulho para todos os brasileiros e é, principalmente, o resultado do esforço e da

dedicação de milhares de técnicos e trabalhadores."

A marca do milhão de barris era meta acalentada há muito e exigiu muita tecnologia, principalmente na extração do óleo a grandes profundidades marinhas, setor de que a Petrobras acabou se tornando a líder mundial, através da atividade na Bacia de Campos.

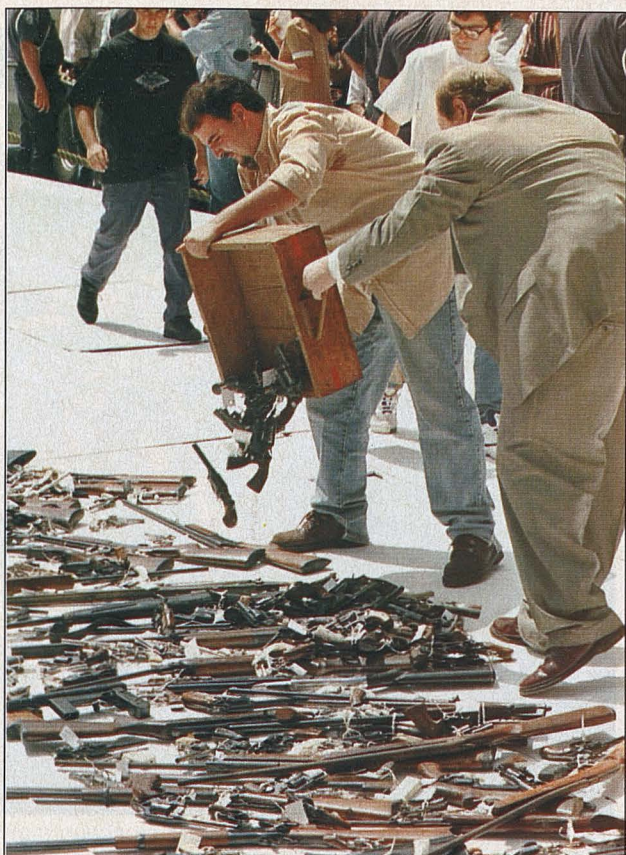
A próxima meta será a de alcançar a auto-suficiência no abastecimento nacional.

Fiocruz testa vacina contra esquistossomose

Doença que atinge oito milhões de brasileiros e 200 milhões no mundo todo, a esquistossomose pode estar com os dias contados ou ao menos com o controle ao alcance das mãos. Uma equipe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) já testa, em animais de laboratório, uma vacina contra o mal. A vacina experimental, cujo código é SM 14, des-

trói as larvas do parasita, impedindo que chegue à fase adulta.

Pesquisa da Fiocruz constatou que os medicamentos são hoje os principais agentes de intoxicações no país, tendo passado de 26% em 1995 para 33% do total de casos em 1996. Provocam o dobro de casos dos animais peçonhentos e agrotóxicos.



Estudantes despejam na rua as armas recolhidas na campanha 'Eu sou da paz', no dia 10 de dezembro em São Paulo. Um total de 1.721 armas foram destruídas, como parte das comemorações do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O homicídio é a principal causa de mortes entre jovens de 16 a 21 anos no país, sendo que, em 85% dos casos, o crime é cometido com armas de fogo

Poluição automobilística aumenta em São Paulo



Apesar do sistema de rodízio na circulação dos veículos, a capital paulista continua a registrar crescentes níveis de poluição atmosférica. Os técnicos constataram, com surpresa, que os níveis de monóxido de carbono (CO) caíram, mas aumentaram os de ozônio (O₃). As explicações apresentadas até agora indicam que a baixa de CO decorreu dos dispositivos mais eficientes de que estão dotados os carros mais recentes.

Quanto ao aumento do ozônio, originou-se da pre-

dominância, hoje, dos carros a gasolina. Os gases emitidos reagem com a luz solar, originando o O₃. Na época em que havia maior quantidade de carros a álcool, o nível de ozônio manteve-se estável. De 1994 para cá, porém, com a redução da fabricação de carros a álcool, a frota a gasolina tornou-se dominante, gerando o fenômeno do aumento de ozônio. "Paramos de usar o álcool e pioramos nosso cenário atmosférico", disse Gabriel Murgel Branco, ex-gerente de controle de poluição veicular da Cetesb.

Transamazônica reativada em trecho paraense

A BR-230 restabeleceu suas condições de tráfego, no trecho de 430 quilômetros que estava fora de operação há 12 anos, entre Itaituba e Jacareacanga.

Segundo o engenheiro Elmir Nobre Saady, chefe do 2º Distrito Rodoviário Federal e responsável pela recuperação da rodovia, as prefeituras locais ajudaram muito para que as obras chegassem a bom termo.

A retomada do tráfego

já está permitindo a circulação de ônibus entre Itaituba e Jacareacanga, e estimulando o assentamento de lavradores, pois os prefeitos planejam transformar a região numa grande produtora agrícola.

Aquele trecho da Transamazônica margeia o Tapajós e atravessa uma zona rica em minérios, onde se encontram também diversas aldeias indígenas.

A região sul do Pará se

beneficiará também com a recuperação em curso da BR-163, a Santarém-Cuiabá, que estará toda asfaltada até o ano 2000, segundo o DNER.

No ano passado, as chuvas danificaram um trecho de 670 quilômetros da rodovia, isolando a região, onde até os botijões de gás chegavam por via aérea, ao preço de R\$ 50.

A reabertura da estrada permitirá a retomada do

desenvolvimento agrícola, principalmente da soja, que, embora produzida no sul paraense, está sendo exportada pelo sul do país, o que eleva o frete da tonelada a US\$ 100, um preço que lhe tira competitividade internacional.

Com a reativação da BR-163, a soja paraense e mato-grossense percorrerá 2.000 quilômetros a menos e terá seu frete reduzido a US\$ 40 por tonelada.

Soja biônica traz dúvidas

Os protestos do Greenpeace não impediram o desembarque, no país, de 1,55 milhão de toneladas de soja norte-americana modificada por técnicas da biotecnologia. Embora ainda proibida de ser plantada no país e de chegar à mesa dos brasileiros por decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), a soja alterada teve a importação solicitada pela Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e autorizada pela comissão, para que várias empresas (Santista, Cargill, Sadia, Coimbra, Refinaria Brasil) processem o produto e o exportem para outros países. Os desembarques foram feitos em Paranaguá, São Francisco e Rio Grande e, nos casos do Paraná e de Santa Catarina, as cargas foram transportadas em caminhões para as fábricas importadoras, a distâncias de até 150 quilômetros dos portos. No

caso gaúcho, o processamento se dará no próprio porto, onde as empresas farão a industrialização.

A alteração genética de produtos naturais está hoje no centro dos debates, devido ao relativamente pequeno conhecimento dos efeitos possíveis dessas transformações sobre a saúde humana. As modificações são feitas, em geral, para aumentar a produtividade, dando às espécies maior resistência às pragas, ou para elevar seus valores nutritivos.

Os ambientalistas, contudo, se mantêm críticos em relação ao assunto, pois temem que essas sementes modificadas pela biotecnologia levem, a longo prazo, à perda de variedades naturais, o que empobreceria o horizonte alimentar humano. Este perigo de longo prazo estaria diretamente ligado a uma ameaça de curtíssimo prazo: um estreito oligopólio do alimento alterado por



parte de um reduzidíssimo grupo de transnacionais, à frente das quais a norte-americana Monsanto, que acaba de comprar a área biotecnológica da maior fabricante brasileira de sementes selecionadas, a Agrocere.

Protegido pela ditadura

das patentes e com as franquias estabelecidas pelas práticas da globalização, o oligopólio do alimento transgênico pode vir a estabelecer regras no mercado mundial, capazes de destroçar as exportações agrícolas de países que recusarem suas sementes especiais.



Rebeliões e fugas de presos tornaram-se rotineiras no sistema carcerário brasileiro, particularmente nos grandes centros. Na véspera e no dia de Natal, houve fugas e rebeliões em penitenciárias de São Paulo, Minas, Ceará e Paraná. Superlotação e condições desumanas estão sempre no meio das queixas dos condenados. Na foto, cena do levante carcerário de 6 de dezembro no presídio de Pinheiros, em São Paulo

Pessimismo para 98



A indústria do Rio de Janeiro vê o novo ano como um cenário preocupante.

Segundo pesquisa realizada pela Federação das Indústrias (Firjan), 45% das 121 empresas ouvidas esperam queda na produção, enquanto 35% acreditam que conseguirão repetir os números de 1997, e só 20% calculam que crescerão no correr de 1998.

Segundo o relatório mensal da entidade, o emprego industrial fluminense caiu 6,6%, de janeiro a novembro do ano passado.

As perspectivas para este ano são de queda maior, devido à previsão de desaceleração econômica, em decorrência do pacote econômico baixado pelo governo federal no início de novembro.

Seis meses de apertos, diz CNI

As projeções da Confederação Nacional da Indústria para a economia brasileira, neste novo ano, prevêem o aumento das dificuldades do setor produtivo e conseqüente crescimento do desemprego.

Um dos aspectos fundamentais do estudo aponta a fragilidade da posição brasileira, cujo ritmo econômico começa a ser ditado pela evolução do panorama internacional, particularmente na Ásia. Haverá menos dinheiro internacional para os demais países emergentes, como o Brasil. A desvalorização cambial promovida pelos Tigres Asiáticos também afetará o comércio internacional brasileiro, principalmente no mercado norte-americano, segundo prevê a CNI. Com produtos mais baratos, os asiáticos ocupariam espaços dos produtos brasileiros, dificultando nossas exportações e até mesmo vendendo mais para o próprio Brasil. Além de exportar menos, o país corre o risco de importar ainda mais, mantendo-se o desequilíbrio da balança comercial, que em 1997 ficou em cerca de US\$ 9 bilhões.

O crescimento esperado para o setor industrial é de 1%, no máximo. O aumento do PIB será de 2% no máximo, segundo o estudo da Confederação Nacional da Indústria.

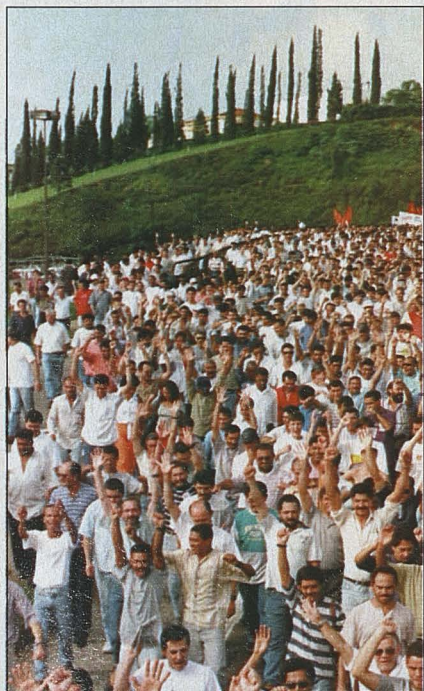
“O desemprego é problema político grave”

(Sen. Fernando Bezerra, presidente da CNI)

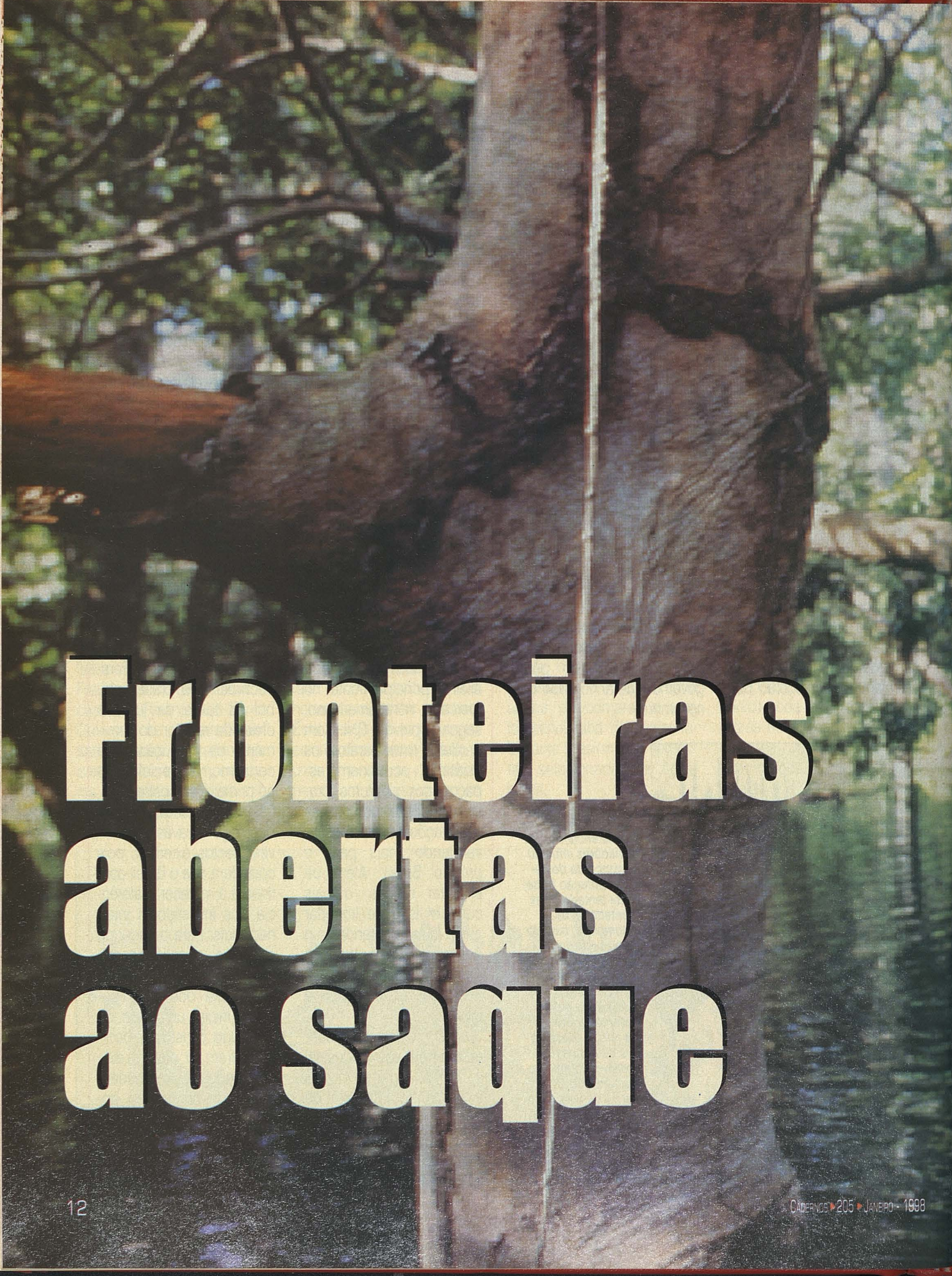
O presidente da entidade, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), disse que a tendência de aumento do desemprego é clara, sendo este um tema social de grande repercussão política, motivo pelo qual ele acredita que a reeleição pretendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso poderá ser afetada.

O estudo da CNI, intitulado “Economia Brasileira: Desempenho e Perspectivas - 1997-1998”, atribui às taxas de juros o efeito de redutor do movimento da produção e do consumo, especialmente no primeiro semestre.

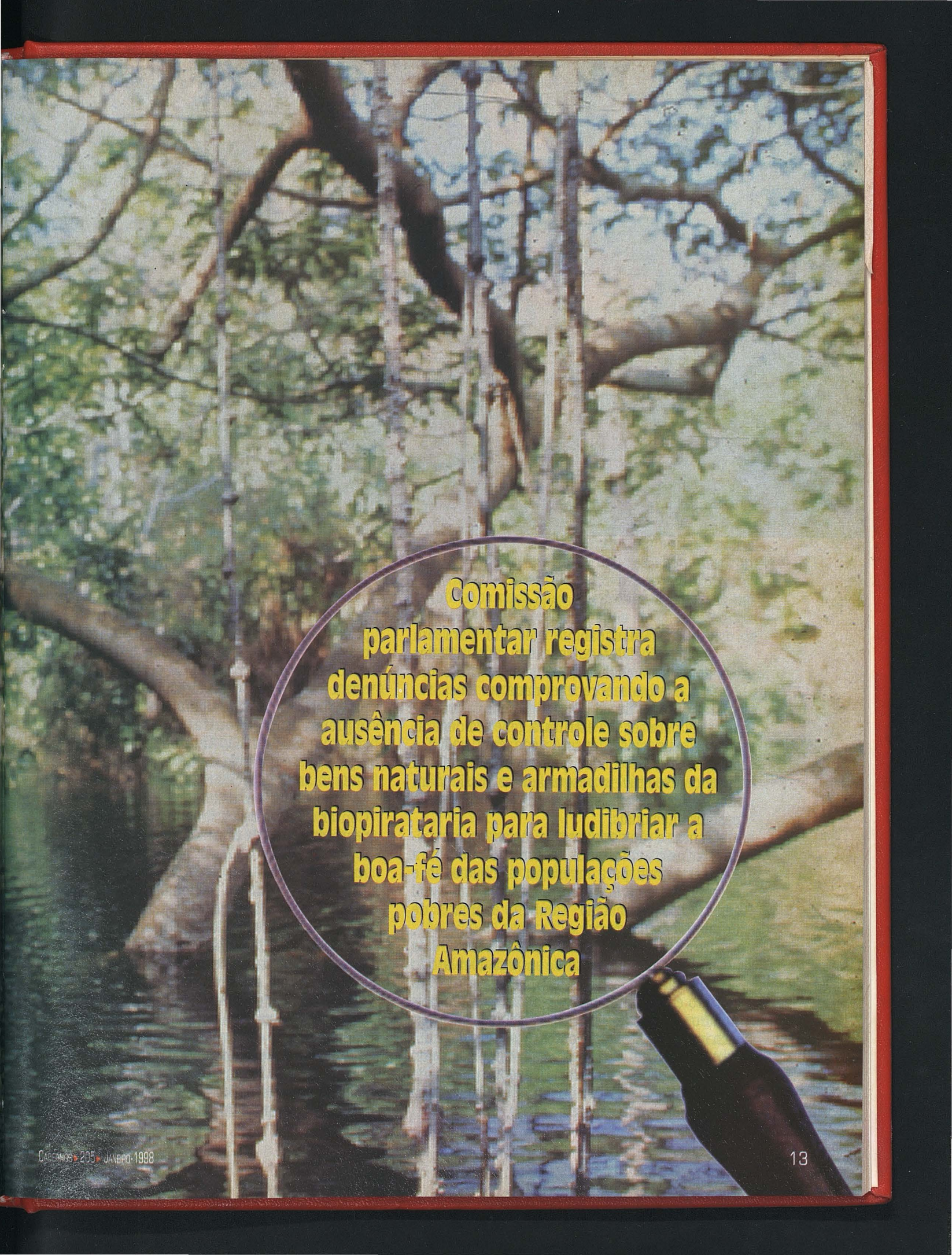
A CNI visualiza algum desafio através dos investimentos externos, pois considera que o Brasil continuará a merecer preferência dos investidores internacionais. Para o segundo semestre, a entidade calcula que a entrada da safra e a baixa dos juros poderão iniciar uma fase de desafio. Se isto não ocorrer, porém, o quadro eleitoral poderá sofrer mudanças desfavoráveis ao governo, na opinião de Fernando Bezerra, presidente da CNI.



A resistência dos trabalhadores impediu o avanço da desregulamentação trabalhista tentada pelas montadoras de automóveis, usando como pretexto a recessão esperada pela crise econômica e pelo pacote fiscal baixado pelo governo federal. Na foto, a passeata dos operários da Volkswagen em São Bernardo do Campo, em 11 de dezembro, em protesto contra as medidas adotadas pelo governo e contra as propostas das montadoras



Fronteiras abertas ao saque

A photograph of a river in the Amazon, with a magnifying glass held over the text. The background shows a river with many thin, vertical tree trunks in the water, and a large tree branch overhanging from the left. The water is calm, reflecting the sky and the trees. The magnifying glass is positioned over the text, which is in a bold, yellow font. The handle of the magnifying glass is visible in the bottom right corner.

**Comissão
parlamentar registra
denúncias comprovando a
ausência de controle sobre
bens naturais e armadilhas da
biopirataria para ludibriar a
boa-fé das populações
pobres da Região
Amazônica**



O conhecimento das comunidades indígenas está na mira dos biopiratas

Maurício Dantas

Índios têm o sangue coletado para um banco de DNA estrangeiro, comunidades doam seus conhecimentos ancestrais sobre flora e fauna sem receber nada em troca, turistas driblam fiscalização e levam amostras de material para ter sua estrutura genética decifrada em seus países, insetos são capturados e mandados pelo correio para o exterior e até mesmo respeitáveis pesquisadores dissimulam atos de biopirataria sob o nariz de entidades de pesquisa nacionais.

Tantas e tão variadas denúncias foram recolhidas pela comissão externa da Câmara Federal, criada para investigar a exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia, também chamada de Comissão da Biopirataria.

De 12 de agosto, quando foi formada, a 18 de novembro deste ano, data de entrega do relatório de suas atividades, os parlamentares tiveram contato com a humilhante realidade de um país sem fronteiras para a evasão de recursos naturais, sem investimentos suficientes para dominar num futuro próximo a ciência mais importante do novo milênio (biotecnologia) e com provas de diversas irregularidades que uma legislação falha não permite punir exemplarmente.

"Por biopirataria entende-se o uso da propriedade intelectual para legitimar a propriedade e o controle exclusivo dos recursos biológicos e genéticos..." Assim é definido, no documento apresentado pela comissão, o crime que a levou a convocar audiências na capital do país para esclarecer denúncias veiculadas na imprensa sobre constantes saques ao patrimônio natural na Amazônia. Justamente a região que é a pérola de biodiversidade do país que tem mais espécies no mundo, segundo estudo publicado em dezembro de 97 pela ONG Conservation International. Foram convocados representantes de diversas instituições públicas e privadas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), o Museu Emílio Goeldi, a Polícia Federal e autoridades da região, para discutir questões como o combate ao contrabando de espécimes, a implantação de um centro de excelência em biodiversidade e a reavaliação dos convênios de cooperação científico-tecnológica entre instituições nacionais e internacionais.

As conclusões dos debates apontaram para a necessidade de uma averiguação *in loco* do que estava ocorrendo, tamanha a quantidade de informações que iam surgindo. A comissão de



*Laboratórios apressam
coleta de matérias-primas
e não dão contrapartida
aos países produtores*

Capa

deputados seguiu então para os estados do Amazonas e Acre e se deparou com uma realidade ainda mais assustadora.

Selvaviva

O primeiro caso investigado teve origem numa reportagem de um jornal paulista de grande circulação. Um folheto de propaganda de uma tal Associação Ecológica Alto Juruá, conhecida como Selvaviva, oferecia plantas medicinais - e o conhecimento tradicional de comunidades indígenas para a sua obtenção - a possíveis interessados no Brasil e no exterior.

Os parlamentares descobriram que o austríaco naturalizado brasileiro Ruedger von Reininghaus, presidente da organização não-governamental, fundou uma entidade muito pouco interessada em prestar os serviços de saúde em comunidades indígenas anunciados nos seus estatutos. No entanto, as informações sobre plantas medicinais e o uso dos conhecimentos dos povos indígenas caxinauá, catuquina, iauanauá, campa e culina eram prioridade absoluta para o exército benfeitor. Denunciados pela União das Nações Indígenas, os representantes da ONG foram convocados a prestar esclarecimentos na Assembleia Legislativa do Acre e não convenceram os deputados de suas boas intenções. O resultado foi a instauração pelo

Ministério Público Estadual e a Procuradoria da República de uma ação civil pública com o objetivo de suspender as atividades da entidade no estado.

Outros crimes contra o patrimônio natural, porém, acabam ficando sem a devida punição. Relatos de guias turísticos dão conta do estranho hábito de visitantes estrangeiros de abrir suas mochilas e retirar de dentro delas kits completos para o recolhimento de amostras grátis. E lá se vão de cascas de árvores, saquinhos com terra e uma quantidade imensurável de microorganismos para além das fronteiras do país nas mãos curiosas e insuspeitas de pesquisadores estrangeiros ou mesmo brasileiros a serviço de instituições com sede no exterior.

Alguns entrevistados pela comissão disseram ser comum o envio de envelopes contendo amostras para laboratórios no hemisfério norte pelo correio. Isto pôde ser constatado pela Polícia Federal no Amazonas, quando investigou o tráfico de besouros e borboletas na região de São Gabriel da Cachoeira. Os insetos estavam sendo adquiridos na França pela módica quantia de US\$ 1.

O dono de uma empresa francesa, Gérald Pélissé, mandou um fax à comissão, informando ter sido abordado por um funcionário de uma agência de turismo em Manaus, que lhe ofereceu os serviços de coleta e remessa de besouros. "O negócio se realiza via fax e os insetos são entregues a domicílio, em qualquer lugar do mundo", revela o empresário. Alguns besouros raros podem chegar a valer US\$ 2,5 mil no mercado negro de animais na Amazônia.

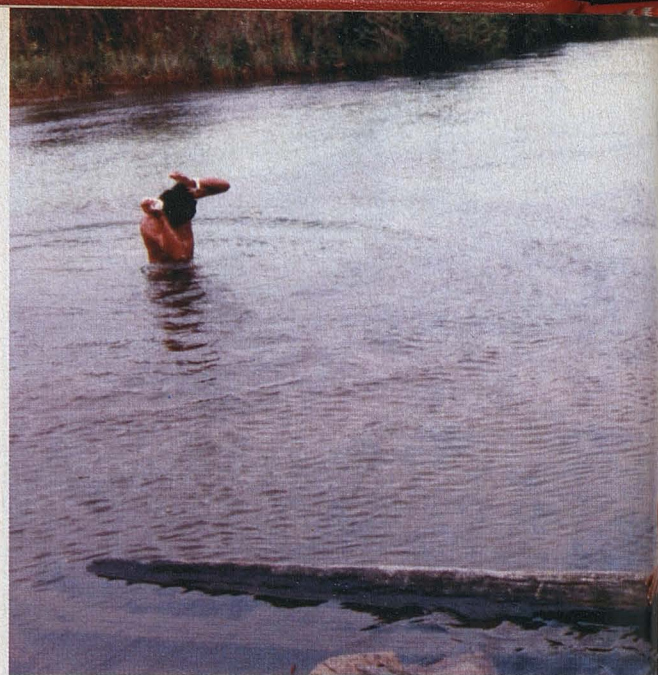
Os órgãos de repressão ao contrabando também tomaram conhecimento de documentação oriunda de Verona, na Itália, onde se organizavam expedições para coletar insetos e espécimes da flora brasileira para serem levados à análise nos grandes centros europeus.

Riquezas

O interesse pela rica biodiversidade da região e acobertamento de atividades ilícitas por parte de governos estrangeiros e instituições científicas internacionais ficaram mais evidentes ainda em outro episódio. Uma oportuna onda de solidariedade fez com que o belga Robert Vandermerghel, detido pela Polícia Federal em agosto passado com 130 borboletas e 78 besouros, pudesse contar com ajuda em vários idiomas. Enquanto seu parceiro de aventuras, um francês ainda não-identificado, fugia, ele - um simples publicitário em viagem turística - recebia o apoio do cônsul honorário da França em Manaus, que dizia ser Vandermerghel "um ilustre entomólogo, cujas pesquisas podem ser muito úteis ao Brasil". Mas a maior surpresa se fez quando apareceu, por fim, o nome do contratante da excursão do cidadão belga: o Departamento de Imunologia da Universidade de Houston, no Texas. De nada adiantaram as costas quentes de Vandermerghel: ele foi condenado a um ano de prisão, sem direito a fiança, por captura de espécies protegidas da fauna brasileira.

As intrépidas aventuras de tantos contrabandistas se justificam. No mundo existem cerca de 50 milhões de espécies, a maioria nos trópicos e somente 1,5 milhão são conhecidas. As florestas tropicais ocupam apenas 6% da superfície terrestre, mas possuem a metade das espécies do Planeta. Cerca de 54% das florestas tropicais úmidas estão na América Latina e no Caribe. Conclusão: o Brasil, graças às suas dimensões, que incluem a maior parte da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Cerrado, está entre os 12 países com maior biodiversidade no mundo. Um hectare (10 mil m²) na Amazônia possui cerca de 500 espécies vegetais diferentes.

Não é difícil perceber os olhos da cobiça à espreita de tamanha riqueza. Hoje, mais de 60% dos medicamentos comercializados nos Estados Unidos são de origem natural. As indústrias que fazem uso da biotecnologia para produzi-los se vêem obrigadas a recorrer cada vez mais a espécimes da fauna e flora de outros países. Ninguém quer perder a oportunidade de obter lucros astronômicos. Na área de biotecnologia, 1,3 mil



empresas norte-americanas lucram anualmente cerca de US\$ 13 bilhões. Segundo relatório da Comissão da Biopirataria, existem no mundo 40 drogas fabricadas com esta tecnologia e outras 270 aguardam a vez de entrar no mercado.

As pesquisas nesse segmento consomem dezenas de milhões de dólares por produto, custo que vem diminuindo graças ao rápido avanço da ciência e à esperteza dos que coletam a matéria-prima nas regiões mais pobres do Planeta. Lá, o conhecimento ancestral de pequenas comunidades (como no caso do Alto Juruá) é usado para



orientar a caça a raízes e outros insumos que serão estudados em outros países. De acordo com especialistas, a busca realizada em conjunto com estas populações gera uma economia em torno de 80% no total de investimentos necessários para a fabricação de um remédio. Uma droga para ser produzida e levada ao mercado custa entre US\$ 200 milhões e US\$ 350 milhões, em um período que vai de cinco a 13 anos, e gera cerca de US\$ 1 bilhão em lucros anuais. Por aí se tem uma idéia do valor da sabedoria popular, hoje sequer remunerado.

Algumas tribos foram ludibriadas por pesquisadores e multinacionais, pagando com o próprio sangue por isso



Pesquisa

Se dependerem do amparo da legislação brasileira sobre o tema, para ver ressarcida sua colaboração na coleta de material ou usufrir qualquer outro benefício, as comunidades podem ter certeza de que a luta será inglória. As leis não proíbem a venda destes insumos, apenas vedam "a importação, o comércio, o trânsito e a exportação de vegetais ou partes deles (...) quando portadoras de doenças ou pragas perigosas", segundo o decreto 24.114, de 12 de abril de 1934.

O comércio de plantas dependerá apenas de licença concedida pelas autoridades competentes, conforme o Código Florestal, de 1965. Um decreto mais recente sobre o assunto, o 98.830, de 1990, diz que cabe ao Ministério da Ciência e Tecnologia autorizar a coleta com propósitos científicos de dados e amostras do ecossistema nacional. Mas há sempre um jeitinho...

Várias instituições de pesquisa internacionais, por exemplo, cometem atos de biopirataria sob a fachada da ajuda científica. Há denúncias dando conta de que boa parte das propostas de convênio é feita neste sentido. O Conselho Diretor da Associação dos Pesquisadores (Aspi) do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia revela, em documento, que ocorrem verdadeiros saques através de convênios de cooperação internacional. E acrescenta que na Região Norte "a maioria desses convênios passa pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e o Inpa".

É o caso de um convênio para a execução de um projeto chamado LBA - formado pela Nasa, a agência espacial norte-americana, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Inpa -, que terá a participação de 300 pesquisadores vindos do exterior e que não prevê igual contrapartida quantitativa do lado brasileiro.

Até mesmo o diretor do Inpa admitiu, em entrevista recente, que não há como negar que alguns dos dez pesquisadores estrangeiros que circulam diariamente pelo instituto possam "sair da floresta com alguma cura a ser patenteada no exterior". A declaração não causa estranheza, quando até mesmo o governo brasileiro informa que apenas 0,5% da Mata Atlântica e 3,8% da



Floresta Amazônica contam com a vigilância do poder público.

A ausência de controle nacional e a sábia dissimulação estrangeira estiveram na origem de uma das mais humilhantes formas de contrabando do acervo genético brasileiro.

DNA

Em 1996, o médico e antropólogo brasileiro Hilton Pereira da Silva, hoje cursando doutorado na Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, era contratado pela emissora de TV britânica Discovery Channel para fazer parte de uma expedição na Amazônia.

O objetivo era rodar um documentário sobre o Matinguari, animal mitológico semelhante a uma preguiça gigante, que povoa as lendas da tribo caritiana, em Rondônia. Foi combinado, entre a Associação Caritiana e o produtor do filme, que parte do pagamento seria feito na forma de medicamentos.

Com a desculpa de que precisavam de amostras do sangue dos índios para estabelecer o diagnóstico das doenças mais comuns entre eles, o médico brasileiro orientou a coleta do

material que, posteriormente, foi enviado ao laboratório da Coriel Cell Repositories. Lá, as células sanguíneas de índios das tribos caritiana e suruí repousam à espera de compradores, que são arregimentados via Internet.

Outras respeitáveis instituições também disponibilizam o sangue indígena. O da comunidade suruí compõe o banco de amostras do laboratório administrado pela universidade norte-americana de Yale e junto com o caritiana também faz parte do repositório de DNA da Universidade do Arizona.

Esta última tribo se viu recentemente nas malhas de engodo semelhante ao patrocinado pela Coriel Cell Repositories. Virginia Eugênia Peña, assessora da Funai, contou aos parlamentares da Comissão da Biopirataria que a fundação, que deveria defender os índios, autorizou uma equipe da Yorkshire Television a fazer mais um documentário na aldeia indígena. Junto com a emissora de TV, estavam algumas pessoas que coletaram sangue na aldeia, usando a mesma desculpa da equipe enviada pela Discovery Channel.

Há suspeitas na comissão de que em breve o material estocado em bancos de DNA possa ser aproveitado num dos setores que mais crescem no mundo (13,5% anualmente). O mercado de tecido humano, que movimenta hoje cerca de US\$ 428 milhões, pode ser o destino do sangue pilhado em nome da ciência.

A Amazônia é uma das regiões com maior variedade de espécies do mundo



Soluções

Para o grupo de parlamentares, ficou claro que, para deter o assalto às riquezas biológicas do país, serão necessárias ações em diversas áreas e muitas delas em caráter emergencial. O relatório da comissão sugere investimento maciço em educação, lembrando que o número de doutores formados em universidades da Região Amazônica, que tem 5 milhões de km², é pouco superior a 500. Todo o Norte do país possui somente 513 pesquisadores, contra 17,9 mil da Região Sudeste. Uma divisão mais racional dos recursos destinados às pesquisas também é proposta. Os estados do Norte recebem ape-

O Brasil corre o risco de pagar 'royalties' pelo direito de produzir medicamentos originários de sua flora

nas 2% dos recursos de Ciência e Tecnologia, enquanto os do Sudeste ficam com 67%.

Outro passo importante, segundo os integrantes da comissão, é lutar por uma legislação em que o interesse nacional esteja resguardado. No relatório há um pedido de urgência na tramitação do projeto da Lei de Acesso à Biodiversidade, de autoria da senadora Marina Silva, atualmente parado no Senado.

Eles pedem também que a Convenção da Biodiversidade, firmada em 1992, no Rio de Janeiro, seja regulamentada, dando-se prioridade aos pontos que prevêem a transferência de informações na área de biotecnologia e a distribuição equitativa dos benefícios provenientes da retirada de espécimes do nosso ecossistema.

Outras providências, como a coleta de dados sobre a biodiversidade brasileira e a implantação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem), em Manaus, também foram sugeridas. Os convênios firmados com instituições estrangeiras devem ser revistos, segundo a comissão.

Resgate

Uma tarefa árdua, mas de suma importância para o país, é o resgate de direitos que já se encontram longe daqui. Os parlamentares citam uma iniciativa bem-sucedida da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que conseguiu cancelar judicialmente patentes concedidas de forma irregular. "Não se pode, simplesmente, admitir que o conhecimento de nossos povos e nossos recursos biológicos continuem sendo sugados do país", diz o relatório.

Esta arma poderia ser usada para fazer retornar de Londres os direitos sobre duas substâncias levadas para lá pela Fundação para Etnobiologia, do químico nascido em Roraima - e de sangue bretão - Conrad Gorinsky. Ele obteve, do Escritório de Patentes Europeu, o direito de propriedade intelectual sobre dois compostos farmacológicos retirados de plantas da



Amazônia com a ajuda dos índios uapixana, de Roraima. Um dos extratos é conhecido como Rupuninine e é retirado de sementes do bibiru (*Octotea rodioei*), árvore comum na região da fronteira entre o Brasil e a Guiana. Ele tem efeito anticoncepcional e inibe o crescimento de tumores cancerígenos. Alguns cientistas suspeitam que possa frear a reprodução do vírus da Aids. O outro, Cunaniol, vem da planta cunani (*Clibadium sylvestre*) e é um potente estimulante do sistema nervoso central, além de ser um forte anestésico, podendo ser usado até mesmo nas cirurgias em que se faz necessária a parada dos batimentos cardíacos.

Hoje a BioLink, empresa fundada em parceria entre Gorinsky e a canadense Greenlight Communications, estão habilitadas a produzir e vender o Rupuninine e o Cumaniol. O químico diz que a meta agora é se associar a grandes multinacionais do setor farmacêutico, como Zêneca e Glaxo.

Se não correr atrás da revisão da concessão de direitos, o Brasil terá que entrar na fila de compradores de um produto cujo insumo foi retirado de suas próprias terras. Ou produzirá os medicamentos derivados desta matéria-prima em seus laboratórios, dando em troca recursos que irão se somar ao montante pago pelas nações de todo o mundo a empresas de biotecnologia detentoras de royalties. Algo em torno de US\$ 5,4 bilhões.



Por US\$ 8 o hectare, as madeiras asiáticas compram florestas que possivelmente vão virar cinzas

Currículo de cinzas

Elas chegaram silenciosamente e já investiram cerca de US\$ 500 milhões na aquisição de grandes extensões de terras e empresas falidas. A seu favor, as madeiras asiáticas, que começaram a se instalar na Amazônia, em meados desta década, têm ainda a farta e barata mão-de-obra da região e a possibilidade, sempre presente, de driblar a fiscalização do poder público. Contra elas há um histórico de desmatamento anual de 15 milhões de hectares na Malásia.

Em recente visita ao estado do Amazonas, a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Rosa Roldan, constatou que as mesmas empresas responsáveis pela devastação de grandes florestas no Sudeste Asiático, na África Ocidental e Central e na Guiana já compraram algo em torno de dois milhões de hectares na região. Só a madeireira

malaia WTK adquiriu cerca de 1,2 milhão de hectares às margens do rio Juruá, altura do município de Carauari. Pagando US\$ 8 o hectare, a mesma empresa obteve outros 210 mil nas proximidades do rio Uatamã.

Terras de graça, madeiras e plantas medicinais de brinde

"Não são apenas as terras que os empresários asiáticos estão comprando, eles estão adquirindo um patrimônio ainda maior", afirma Rosa, esclarecendo que a vegetação nativa, rica em plantas medicinais, corre o risco de desaparecer.

Algumas árvores, como a copaíba, se exportadas, dariam um grande retorno econômico ao país. Esta espécie tem uma propriedade cica-



Pesquisadora relata ataque à biodiversidade amazônica por parte de madeiras asiáticas, que já devastaram as florestas de seus países de origem

trizante impressionante. "Você pode ter o braço praticamente decepado, se passar o óleo de copaíba, a recuperação é garantida e ocorre de forma extremamente rápida", afirma a pesquisadora.

Rosa Roldan fez parte da Comissão do Desmatamento, um destacamento de pesquisadores e parlamentares que esteve na Região Amazônica em setembro de 97, e que, dois meses depois, lançava um alerta a toda a nação sobre as já precárias condições em que se encontra a Floresta Amazônica (cuja destruição aumentou 25% nos últimos quatro anos) e sobre a sinistra contabilidade dos que perdem a vida ou os membros nas serrarias locais.

"Itacoatiara foi apelidada de 'o município dos mutilados'. O número de trabalhadores inválidos, dentro das empresas de extração de madeira, era assustador. O Ibama aprova o plano de manejo florestal da madeira, mas não tem condições de supervisionar", constata Rosa.

Depois de visitar algumas empresas recém-adquiridas pelos asiáticos, como a Getal e a Mil Madeiras, a pesquisadora e os deputados ouviram apelos dramáticos na Assembleia Legislativa do Amazonas. "Eles nos pediram para interceder contra o desmatamento de espécies próximas da extinção, e propuseram aos deputados a elaboração de uma lei, impedindo a derrubada de árvores medicinais", lembra a pesquisadora.

Tudo o que foi apurado pela especialista do Ibase a respeito das atividades das 22 madeiras estrangeiras na região será encaminhado agora, em forma de relatório, à câmara da Procuradoria da República especializada em Meio Ambiente.

Saiba que...

 Países que dominam tecnologia de ponta em genética - e obtêm matéria-prima gratuitamente, nos países possuidores de maior biodiversidade - vão dominar os mercados farmacêutico, alimentício e muitos outros que tenham produtos desenvolvidos através de manipulação genética.

 O Projeto Genoma deve estar concluído em 2005, com a conclusão do mapeamento genético humano. Estará decifrado o código de cerca de 100 mil genes. Nos anos imediatamente posteriores ao término do projeto, espera-se a cura de cerca de um terço das 4 mil doenças congênitas. Os lucros com a venda de medicamentos serão, portanto, astronômicos.

 Uma vacina para combater o câncer, que deverá estar sendo produzida por volta de 2014, pode ter como base algum espécime da flora (quem sabe brasileira?) manipulado geneticamente.

 Está prevista, por volta de 2014, a comercialização dos primeiros microprocessadores usando células humanas.

 Anualmente, são desmatados 5 milhões de hectares da Floresta Amazônica. Com isso, a mata nativa corre o risco de desaparecer em 50 anos. A diminuição brutal de espécimes da flora e fauna e, em última análise, do ecossistema da região fará o país perder as riquezas de um patrimônio natural sequer avaliado comercial e cientificamente. Segundo o Fundo Mundial da Natureza (WWF), o Brasil é o país campeão em desmatamento.

 A soberania e inalienabilidade dos direitos sobre a diversidade biológica do país só estarão garantidas na Lei de Acesso à Biodiversidade, ainda por ser votada no Senado.

Socorro Gomes:

Os países ricos querem as riquezas amazônicas

Márcia Schmidt

As nações desenvolvidas têm um objetivo muito claro de se apossarem das riquezas amazônicas, tendo à frente desse plano os Estados Unidos. Para isso, deram um passo muito importante, quando levaram o governo brasileiro a propor uma lei de patentes concessiva e contrária aos interesses nacionais, além de pressionar a maioria governista no Congresso a aprová-la às pressas.

"Este elo de dominação foi sacralizado com a lei de patentes", define Socorro Gomes.

Estas são algumas das conclusões a que chegou a parlamentar, que se disse chocada com o que vem ocorrendo na Amazônia, sem que haja reação por parte do governo, que até procura facilitar o que ela chama de saque das riquezas nacionais.

Acompanhe, a seguir, a entrevista da deputada Socorro Gomes a **cadernos do terceiro mundo**.



A presidente da Comissão sobre Biopirataria comenta os trabalhos do grupo parlamentar e expõe suas conclusões sobre o que se passa no paraíso biogenético brasileiro, com o conhecimento e a conivência do governo com as potências estrangeiras

• *Quais as suas impressões pessoais sobre a viagem de investigação à Amazônia?*

A impressão que fica é que há uma intenção de controle das riquezas naturais da Amazônia por parte dos países ricos. Ela é liderada pelos Estados Unidos. Esta tentativa se dá através do contato com a população local, com vistas à apropriação do conhecimento das comunidades locais e do roubo de plantas e animais. Outra forma de saque se dá por meio dos convênios firmados por entidades de pesquisa estrangeiras com congêneres brasileiras, mas que não prevêem uma contrapartida adequada para o país.

Isto tudo se agravou com a Lei de Patentes, de 1996, a qual, surpreendentemente, protege o

roubo e o produto patenteado. Já no período de sua votação, percebia-se, claramente, que ela havia sido encomendada pelo governo norte-americano, que exerceu uma pressão imoral, indevida e criminosa sobre o Congresso Nacional e o Executivo.

● **Como se deu esta pressão?**

Toda a sociedade pôde assistir a esta pressão através dos jornais e da televisão. Por que o governo americano fabricou a lei e pressionou o Brasil para aprová-la? Para defender seus grandes laboratórios. Com esta lei, nosso país renunciava a fortalecer as indústrias e as entidades de pesquisa brasileiras.

Do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, eles estão à frente. Os Estados Unidos, duas décadas atrás, tinham por volta de 20 laboratórios de biotecnologia. Hoje, possuem mais de 1,3 mil.

De nossa parte, a elite nacional nunca teve o projeto de um país soberano, que buscasse nas suas riquezas e no labor de seu povo alavancar seu progresso. Então, há uma convivência de nosso país, uma subserviência, que aparece de forma muito clara através da submissão aos grandes projetos que servem a outros países. Este elo de dominação foi sacralizado na lei de patentes.

● **A senhora vê alguma maneira de reverter esta lei?**

Sim. A primeira coisa necessária é a luta da sociedade contra isso. Esta lei de patentes dá exclusividade sobre o produto por 20 anos. O país não pode fabricá-lo, nem fazer o mesmo processo de pesquisa durante o período.

Os Estados Unidos gostaram e disseram que a lei de patentes foi muito além do que eles queriam. O Brasil serviu muito mais ao senhor do que lhe foi pedido. Esta lei prejudica também os investimentos em pesquisas, pois, a partir da sua aprovação, o governo começou a cortar as aplicações de recursos no setor.

● **Existe algum projeto, nesta legislatura, para reverter os efeitos da lei de patentes?**

Há iniciativas de regulamentar o acesso à biodiversidade. É o caso do projeto da senadora Marina Silva, com substitutivo do senador Osmar Dias. Esta proposta garante contrapartida em tecnologia, em recursos e reconhecimento da propriedade dos recursos.

● **Há outros casos de biopirataria, além dos que estão no relatório?**

Alguns outros chegaram ao nosso conhecimento, mas não pudemos investigar, porque não temos poder de polícia. Como o que diz respeito à Body Shop, empresa inglesa fabricante de cosméticos, que tem uma relação de dominação com os índios em Altamira, Pará. Não tivemos tempo hábil para investigar. Há também denúncias sobre convênios entre a Funai e os pesquisadores estrangeiros: tais contratos implicam uma completa dominação das populações indígenas. Eles levam bens naturais da região, como óleo de castanhas para fabricar seus produtos.

● **Como a senhora avalia a atuação da Funai?**

A Fundação não exerce seu papel. Os índios vivem famintos, doentes, muitos são vítimas de assassinato ou se suicidam. Perdem completamente a identidade e ficam bastante vulneráveis aos convênios. O governo não dá assistência, não tem uma política de proteção à cultura indígena e apoio para a sobrevivência das comunidades. Aí vem o americano e dá tudo: remédio, roupa e até avião.

● **São muitos os subterfúgios usados pelos estrangeiros?**

Os países industrializados se utilizaram do discurso ecológico para angariar simpatia e colocar suas garras nessas regiões, ricas em recursos naturais. Na época do Chico Mendes, o Banco Mundial informou que só haveria a necessidade

"Como o Congresso brasileiro não toma conhecimento de um projeto que vai revirar a Amazônia?"

de consultores, e estes consultores eram os ambientalistas, o que era uma forma de limpar sua cara. Os Estados Unidos sempre foram conhecidos como grandes devastadores. Eles vêem o meio ambiente, a ecologia e os direitos humanos como forma de angariar mais lucro. A ecologia, para eles, é moeda. Começaram a colocar suas organizações não-governamentais, como foi o caso da Selvaviva.

• ***Considera necessária a revisão da legislação sobre as ONGs?***

Esta questão tem que ser revista. Há as que prestam serviço ou desserviço. Mas, do ponto de vista do governo federal, há uma política de prestar serviço a essas potências. E há uma disposição de ajudar no saque, por parte da elite que comanda o país. Até há máfia, nesse sentido.

O parlamento brasileiro atual tem sido extremamente condescendente. Em todas as votações aqui se observa isso. Está se discutindo, no momento, em todo o mundo, a importância dessas riquezas naturais. É justamente quando o governo resolve cortar recursos para pesquisas que poderiam possibilitar o crescimento científico e tecnológico. A que isto serve? Ao saque, à perda de soberania. Retira-se dinheiro das políticas públicas, educação, saúde, dos investimentos para premiar o capital financeiro especulativo. Por aí já se vê que o governo e o parlamento não têm interesse em uma política de proteção aos recursos naturais, nem querem traçar uma política para a Amazônia.

• ***A senhora acha que a legislação é suficiente para conter a exploração espoliativa dos recursos naturais?***

Eu acho a legislação frágil. Primeiro, porque há necessidade de se regular a comercialização dos produtos e a entrada de pesquisadores estrangeiros. O controle dos pesquisadores é importante, como também o dos turistas, que le-

vam amostras de espécimes da flora. Os pesquisadores vêm, em parte, como turistas.

A lei está regulamentando o comércio, mas a pesquisa, não. E preciso fiscalizar, tem que ter um controle sobre a Amazônia. Tem que haver uma política de desenvolvimento para a região. E as Forças Armadas devem proteger nossas fronteiras.

É necessário que se regulamente uma contrapartida. Tudo o que sair daqui para ser usado lá fora, na produção de qualquer coisa, deve gerar uma contrapartida. A nossa diplomacia precisa chegar aos Estados Unidos. Todos os países megadiversos (com grandes patrimônios de biodiversidade) estão sendo saqueados. Os Estados Unidos foram dos poucos países, cujo parlamento não ratificou a Convenção da Biodiversidade.

Quando assinou, foi com ressalvas: desde que não prejudicasse os interesses dos seus laboratórios. E é o vanguardista no saque do patrimônio natural dos outros.

• ***Está em andamento um acordo com a Nasa?***

É o LBA. Como eu já disse, uma das formas de saquear se dá através de contratos legais, convênios com o governo brasileiro. Há uma convivência das elites e do governo de Fernando Henrique Cardoso. Este projeto não é conhecido pela sociedade brasileira.

A Nasa não financia projetos estrangeiros. O que eles querem é investigar uma tese de que a Amazônia seria um filtro planetário, ela aspiraria gás carbônico. Não seria o pulmão, pois isto está relacionado à liberação de oxigênio. A floresta atuaria como um filtro.

Por conta desse convênio com a Nasa, vêm aí mais de duzentos cientistas norte-americanos e outros cem europeus - e eu não sei de ninguém de renome, como pesquisador nosso, que vá participar. Minha impressão é de que se trata de um projeto norte-americano agressivo, de conhecimento, que envolve radares.

A tradição dos Estados Unidos é de saque,

"Eu acho que tem que haver uma indignação maior da sociedade. O Congresso tem que cumprir seu papel ou nos acharão coniventes"

de agressão. Em um relatório dos anos setenta, o secretário de Estado norte-americano do governo Nixon, Henry Kissinger, dizia que o país deveria usar de todas as formas para assumir o controle das fontes de matérias-primas. A Amazônia é uma destas fontes. Há aí uma política agressiva, até mesmo de anexação territorial. Não da forma tradicional, claro.

Como o Congresso brasileiro não toma conhecimento de um projeto que vai revirar a Amazônia e que contará com a participação de três centenas de cientistas estrangeiros?

Solicitei, através da Comissão Permanente da Amazônia, a convocação do ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, para explicar o projeto. Eu, como cidadão do Amazonas, e a sociedade queremos conhecer. Eu acho que, por trás, isto tem uma postura colonialista e de saque, que eles estão tentando legalizar.

O texto do projeto a que eu tive acesso é todo em inglês. E há um edital da Nasa, que eu quero descobrir, que diz que o projeto é norte-americano. O governo Fernando Henrique Cardoso diz que o projeto é nosso. Parece que o governo está querendo levar a sociedade ao engodo, para fazer passar o projeto.

• ***Qual a sua proposta a respeito destes convênios com a Nasa?***

Nós queremos formar um comissão especial, para analisar os convênios. Não somos contra fazer acordos, mas neles nós devemos estar protegidos e que tenhamos uma contrapartida. Muitas vezes, eles colocam um pesquisador daqui para acompanhar convênios de três entidades, para que não possa haver um acompanhamento real. Norte-americanos, alemães, eles fazem o que querem. E quando a pesquisa requer, eles a fazem nos seus países e nós perdemos o controle de nossa matéria-prima, não acumulamos tecnologia, entregamos nosso conhecimento e, depois, pagamos caro pelos produtos que eles patenteiam lá fora.

No fim do século XX, nós não podemos ter a mesma atitude que tínhamos no começo do processo de colonização, quando eles vinham para cá e traziam presentinhos e levavam nosso ouro e nossas madeiras de lei. Eu acho que tem que haver uma indignação maior da sociedade, e o Congresso tem que cumprir seu papel, porque, senão, a sociedade nos achará coniventes.

• ***Como a senhora avalia a repercussão do trabalho da comissão parlamentar?***

O eco foi muito pequeno. Até porque a imprensa é muito seletiva. Só o que interessa às elites vai para o jornal. Um repórter da *Folha de S. Paulo* veio com um caso, participou da comissão, mas ficou nisso. No meio acadêmico houve diversos debates e a criação de fóruns, que discutiram as questões relativas à região. Parece que vai acontecer um seminário agora em março ou abril. Também o Parlamento Amazônico e o Parlamento Latino-Americano estão com o relatório e buscam formar opinião em seus países, porque todos estes países estão sendo saqueados, por causa desta política agressiva dos Estados Unidos, o que afeta todos os países amazônicos.

• ***A senhora acredita que a Lei de Acesso à Biodiversidade vai ser aprovada no Senado?***

Alguma forma de regulamentação tem que ter. Senão, o país vai passar para história como aquele que aprovou uma lei de patentes para beneficiar laboratórios de outros países, contra seus próprios interesses, e que depois não se preocupou em regulamentar esse acesso. É possível que a sociedade participe. As universidades devem desempenhar um papel fundamental nisso.

• ***Até onde iria o interesse estrangeiro pela Amazônia, particularmente dos EUA, segundo sua percepção, e como vem se comportando o governo FHC?***

"O governo de FHC quer vender uma reserva de nióbio - e nós temos 90% do mineral existente no mundo! - por R\$ 600 mil"



Capa

A questão da biopirataria faz parte de um projeto. O posicionamento do governo na região, observamos, abre toda a área para a mineração estrangeira. O governo de Fernando Henrique Cardoso está se propondo a vender uma reserva de nióbio - e nós temos 90% do mineral existente no mundo! - por R\$ 600 mil. É uma quantia insignificante. Se formos observar a atitude do governo em relação às florestas nacionais, a proposta do governo é a concessão por 30 anos para qualquer empresa. E em relação às águas da região, depois da abertura da navegação de

cabotagem aos navios de bandeira internacional e depois desse projeto da Nasa, notamos que há um projeto de ocupação da região por parte de alguns grandes países. Estes têm poucos recursos naturais e são grandes consumidores de energia. Este projeto de ocupação estrangeira pode até se tornar militar, como já acontece no caso do Iraque. Nós somos muito ricos, mas possuímos uma elite que não tem qualquer compromisso com o nosso país.

"Nós somos muito ricos, mas possuímos uma elite que não tem qualquer compromisso com o nosso país"

• *Quais as providências que a comissão está sugerindo?*

Encaminhamos algumas sugestões. Que o Ministério Público apure os casos e instaure inquéritos. Solicitamos à Câmara a instalação de uma comissão para acompanhar os acordos e propor modificações na legislação, para termos maior controle sobre nossas riquezas. Propusemos que o governo ratifique a Convenção da Biodiversidade.

Realizamos um seminário com entidades de pesquisa. Serão criados fóruns, o primeiro deles no Pará, para discutir as questões relativas aos assuntos abordados no relatório.

E o Parlamento Latino-Americano também foi acionado para alertar, de todas as maneiras possíveis, as sociedades dos demais países amazônicos.

Encontro em Bangcoc discute patentes

Reunidos no Seminário Internacional Sobre Direitos Sui Generis, realizado na primeira semana de dezembro em Bangcoc, capital da Tailândia, representantes de diversos países do Terceiro Mundo discutiram alternativas ao atual sistema de patentes. Líderes de comunidades indígenas, trabalhadores rurais e ONGs decidiram lutar, para que cada país exerça o direito de fazer uso, à sua maneira (*sui generis*), da biodiversidade em suas próprias terras.

Para alcançar este objetivo, será formada uma frente que irá pressionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) a pôr esta prerrogativa no papel, durante a revisão do Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips), em 1999.

Esta, segundo observadores do encontro, é a única forma de impedir que o crescente patenteamento de produtos continue a estimular a biopirataria, patrocinada por instituições de pesquisa e empresas de biotecnologia dos países industrializados.

O encontro teve grande repercussão internacional, graças à participação de boa parte dos 12 países megadiversos, entre eles o Brasil, que, por ter uma expressiva diversidade biológica, é alvo constante de expedições organizadas por biopiratas.

As batalhas para preservação do patrimônio genético foram o tema mais frequente nas palestras dos delegados brasileiros. Um dos mecanismos jurídicos em discussão para disciplinar a obtenção de recursos naturais no país, o projeto de lei de Acesso à Biodiversidade, proposta da senadora acreana Marina Silva, causou grande interesse nas lideranças comunitárias presentes.

Os países representados em Bangcoc também se decidiram a apoiar o fortalecimento da Convenção da Biodiversidade. Esta é reconhecida como o mais importante instrumento para a defesa dos interesses das comunidades, as quais, em todo o mundo, desenvolvem novas variedades de vegetais e possuem conhecimentos milenares sobre seu uso medicinal.

Um olhar estratégico sobre a questão amazônica

Militar analisa os condicionamentos internos e externos que envolvem o debate sobre a região

"O problema da biopirataria está se revelando de uma forma bastante preocupante. Através da iniciativa do então ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, depois confirmada em termos de atuação direta sua, como ministro da Fazenda, e em compromissos externos assumidos posteriormente, já como presidente da República, quando sancionou a chamada Lei de Patentes, ou Lei de Propriedade Industrial, que é o nome mais adequado, o assunto ganhou atualidade", inicia o coronel Francimá de Luna Máximo, da reserva do Exército.

"Nós estivemos tratando do assunto, através das publicações do Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque, através das coletâneas do Movimento Nativista, e sobretudo em artigos de imprensa. Em 1994, pude escrever um artigo publicado na *Tribuna da Imprensa* chamado "Amazônia, o objetivo final", detalha.

Ele vê a questão da biopirataria ligada aos interesses internacionais que produziram a Lei de Patentes sancionada no ano passado. "A sociedade brasileira não está devidamente informada, porque esta Lei de Patentes está inclusa num rol de tratados e acordos internacionais absolutamente lesivos ao interesse nacional, e que compõem um elenco chamado de ações concretas. Estas revivem, nos dias atuais, o colonialismo mais brutal e caracterizam a ação dos dominadores do mundo, os chamados países principais, que são controlados por grandes corporações internacionais. Estas transnacionais constituem a ponta do *iceberg* do poder real mundial e estão no chamado G-7", analisa o militar.

Após a queda do Muro de Berlim e a fragmentação da União Soviética, segundo o coronel

Máximo, essas corporações envidaram uma ofensiva, visando a assegurar para si não apenas os mercados mundiais, mas, sobretudo, os recursos naturais nobres estratégicos, de que são absolutamente carentes e dos quais necessitam para seus projetos de desenvolvimento.

"Neste ponto, a Amazônia é central, é fundamental e necessária, para que se apropriem desses recursos em todos os planos. É verdade que iremos nos ater aos aspectos mais cruciais da biodiversidade, do banco genético das espécies, porque a química fina está em extinção, não tem mais como responder às necessidades farmacológicas do mundo. Vamos ter que retornar aos produtos de origem natural. O mundo dos trópicos detém 80% da diversidade de espécies existentes na face da Terra. Nós, brasileiros, desses 80% que estão nos trópicos, detemos 40% na Amazônia", lembra o militar.

"Só neste aspecto, da diversidade biológica que está ali desabrochando nas árvores, nas espécies vivas, a lei de patentes foi um instrumento de brutalidade jamais conhecido na história da humanidade. Extrapolou o sentido da Convenção de Paris, que tinha regras claras e à qual o Brasil foi um dos primeiros a aderir, no século passado."

O militar explica que a eliminação de aspectos da Convenção de Paris na nova Lei de Patentes deixou livres as mãos dominadoras dos países ricos, dando chance a um novo surto de colonialismo.

"Querem se apropriar das nossas riquezas naturais de forma oficial, capaz de cercear até o avanço científico e contrariar a lei natural, porque enveredaram pelo patenteamento do ser vivo. Esta aberração, que o Parlamento Europeu recusou, está no cerne da discussão sobre a questão amazônica."

Os militares ficam estupefatos. Vêem uma es

Reformas facilitam a penetração

"Ao aprovar a Lei de Patentes, nosso Congresso, que vem ficando seguidamente de joelhos, fez uma barbaridade. Nem na Argentina eles conseguiram. O parlamento argentino impôs duas condições: primeiramente, não aceitava os prazos determinados para essa lei. Em segundo lugar, a Argentina salvaguardou os medicamentos básicos e alguns alimentos. A Argentina experimentou, na Guerra das Malvinas, a pressão feita pelos Estados Unidos. O governo norte-americano chegou ao ponto de negar a insulina, expondo à morte 500 mil argentinos dependentes desse remédio. E não se tratava de pacientes soldados, mas de civis argentinos", lembra.



"Enquanto isto não for denunciado e não se reagir a essa barbaridade de o Brasil aderir, da forma como aderiu, a esse tratado internacional da Lei de Patentes, iremos girar em torno de um redemoinho que nunca vai acabar, porque a causa fundamental da ocupação da Amazônia, desta vez, passa por esta lei", frisa o militar.

"Esta lei, tem mais, seria complementada pelo chamado cerco total, com esse objetivo de assumir o controle da Amazônia. Foi com as chamadas reformas ditas estruturais. Violaram a Constituição brasileira, que assegura o subsolo ao domínio do Estado, com a mudança do conceito de empresa nacional, no Artigo 171 - portanto, com a invasão operando-se por baixo, por terra, pelo subsolo. Foram também pelo ar, com o projeto Sivam-Raytheon, da forma como foi feito. E, finalmente, essa lei de patentes, a privatização da Vale do Rio Doce e as alterações da lei de cabotagem e navegação fluvial e vias do interior completam esse quadro de extrema dificuldade que tem hoje o Brasil de assumir o controle sobre esse manancial de riquezas, que envolve a biodiversidade e o subsolo com minerais estratégicos fundamentais para o desenvolvimento

de qualquer projeto tecnológico na virada do século", analisa o coronel Máximo.

"A biopirataria nada mais é que a oficialização desse roubo através de leis, que, no Brasil, foram assumidas e encaminhadas pelo Executivo, mas que vieram do exterior, de organismos internacionais, e que acabaram ratificadas pelo Congresso Nacional. Este é o impasse, esta é a questão, este é o desafio para o início do entendimento do que se passa hoje na Amazônia", explica.

Esforço militar

"Penso que poderia comentar que os militares, que servem na Amazônia, estão sendo levados a conviver com esta constatação. Falo isso, porque servi na fronteira do Brasil com o Peru e com a Colômbia, na localidade de Tabatinga, no Comando de Fronteiras do Solimões. Ali pude verificar, na entrada do rio Solimões e na confluência do rio Javari, naquele mundo das águas onde em frente ao batalhão o rio alcançava 3 km de largura, aquela imensidão sendo uma via totalmente abandonada pelo poder público. É verdade que houve avanços, mas são léguas de madeira, de cedro, que vêm acorrentadas rio abaixo. Quando nossas lanchas se aproximam daquelas chatas, que empurram quilômetros de madeiras, elas deslizam para o lado peruano do rio e você nem pode chegar perto."

À espera de decisão

"De qualquer maneira, nós nos colocamos sempre dentro de uma visão que eu gostaria que a sociedade entendesse. É o nacionalismo que brota daquela convivência. Anualmente, de 300 a 400 oficiais das três forças são deslocados para servir na Amazônia. É uma escola da brasilidade, é um sentimento profundo. Quem penetra na Amazônia, fica possuído desse misterioso e inefável, posso dizer, divino elo com aquela terra, com os animais, a floresta, aquela magnitude, aquela transcendência, aquele ambiente diferente de qualquer lugar na Terra. Então, somos naturalmente levados ao sentimento de defesa. Existe uma frase nos quartéis da Amazônia: "Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia. Muito mais difícil foi a missão de nossos antepassados em conquistá-la

espécie de descoordenação dos poderes

e mantê-la". Este é o mistério da nacionalidade.

"Começamos a ter esse sentimento de defender o que é nosso, de desenvolver para o bem da nação brasileira, para o bem da humanidade e não essa postura dos governantes atuais, que em cima de tratados, de pressões e de acordos, exaurem a Amazônia e canalizam para fora todos os seus fantásticos recursos naturais."

O coronel Máximo lembra que na Amazônia já existem entidades científicas nacionais de alto gabarito, como o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Goeldi, com grandes conquistas em termos de farmacologia e de desenvolvimento também na área de recursos minerais, além das experiências vitoriosas de extração de óleo em Urucu, através da Petrobras.

"Tudo isso nós temos condições de operar, dentro de um quadro de decisão política de se fazer a integração com o poder nacional. Assim, seguro que os militares que estão ali ficam estupefatos. Eles vêem, primeiro, uma espécie de descoordenação dos poderes."

Segundo o militar, as Forças Armadas ajudaram a desenvolver a presença nacional na Amazônia, a partir da década de setenta. Do maior conhecimento da região e das preocupações nascidas daí, surgiu o Projeto Calha Norte, mais que um plano de defesa militar, pois envolvia aspectos de desenvolvimento econômico e de integração administrativa. "Mas o projeto foi denunciado por várias ONGs e foi definindo", lamenta o coronel. "As Forças Armadas elegeram a Amazônia como prioridade número um. A elite da oficialidade é deslocada para lá."

Ele cita ainda a transferência de unidades militares para a região, com milhares de homens, como ocorreu com a brigada da região das Missões, no Rio Grande do Sul, agora instalada em Tefé, no Amazonas, e a Brigada do Imperador, que de Petrópolis foi levada para Roraima. "Hoje, temos grandes comandos presentes, coisa que há dez anos atrás não havia. Quando eu servi em Roraima, nós éramos quatro oficiais superiores. Lá, hoje, está um general com um quartel em que há pelo menos uma centena de oficiais superiores, isso num rodízio que vai favorecendo, dentro das Forças Armadas, um sentimento de defesa da Amazônia e de sensibilidade com problemáticas como essa das incursões externas. É uma pena que isto esteja ocorrendo

defasado dos demais órgãos, das universidades, por exemplo."

O militar considera que há pouco empenho governamental, o que está levando inúmeros projetos a definharem na região: "O governo deveria assumir o dever com o povo de salvar a Amazônia e de transformá-la, verdadeiramente, na base de um projeto de desenvolvimento. Se fizesse isso, teria dado sequência a projetos, reagido a pressões externas e implantado o Projeto Calha Norte em toda a sua plenitude, ressaltados os cuidados com a ecologia e com as minorias indígenas, as quais nós devemos defender."

Amarrando o país na periferia

Sob o aspecto militar, o coronel Máximo afirma que os países hegemônicos não ousarão invadir a Amazônia, pois teriam resposta à altura, apesar do desnível tecnológico das tropas brasileiras e da ausência de decisão política de equipá-las adequadamente. Defende, por isso, a implantação do Projeto Calha Norte como um primeiro passo para o desenvolvimento regional.

"O Calha Norte não vai ser absolutamente a resposta da sociedade para o desenvolvimento da Amazônia. Isto é um ideal que ainda precisa ser discutido em profundidade. Mas ele seria no mínimo uma indicação política da disposição de se dar um primeiro passo. É verdade que o governo atual promoveu toda a sorte de esvaziamento".

"Lamentavelmente, creio que essas ações são resultantes de um pacto mundial de jogar o Brasil na periferia, definitivamente. Receio muito dessa ausência de uma decisão política e de uma estratégia clara de ocupar a Amazônia. Esta decisão de ocupar a Amazônia e, mais, de criar um projeto desenvolvimentista para a região, porém, quando for tomada, terá de passar pela denúncia de tratados e acordos. Creio que a sociedade brasileira acordará para estas armadilhas e terá condições de remover os obstáculos e tomar para si não só a Amazônia, mas toda a economia, para que possamos desenvolver em todo o país um projeto de nação", finaliza o coronel Máximo.

(Procópio Mineiro)



Anita:

recuperar a essência da luta de Prestes

Procópio Mineiro

A historiadora Anita Leocádia Prestes, filha e colaboradora de Luiz Carlos Prestes, considera as comemorações do centenário de nascimento do antigo líder comunista como um momento importante para revigorar os debates em torno da figura daquele que, por meio século, simbolizou os ideais da revolução socialista no país. “Há sete anos que Prestes morreu. Mas o fato de sua figura estar sendo abordada com frequência mostra que, mesmo depois de morto, Prestes continua a incomodar os donos do poder.”

A historiadora, que acaba de lançar o livro *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora - Os caminhos da luta antifascista no Brasil*

A história corre o risco de consagrar uma imagem descolorida do revolucionário, teme a filha e colaboradora

(1934/35), pela Editora Vozes, frisa que é preciso resgatar as características essenciais da vida e da ação do militar que dedicou a existência à causa popular: “Ele foi um patriota, um revolucionário e um comu-

nista”, define.

Ressalta, nesse aspecto, perceber um esforço das forças conservadoras para transformar a figura de Prestes em um herói de consumo, desses em que se exalta apenas a coragem pessoal, mas cuja lembrança não inspira qualquer reflexão, pois a essência de suas lutas fica convenientemente omitida. Existe, segundo ela, uma “estratégia da direita mundial de acabar com os mitos revolucionários da esquerda, liquidar com a memória dos heróis, dos revolucionários, daquelas figuras que lutaram por um mundo melhor e por justiça social. Interessa ao neoliberalismo eliminar a força inspiradora destes heróis, para que eles desapareçam da memória das pessoas”.

Nesta entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, Anita Prestes comenta não apenas a tra-





Luiz Carlos Prestes, um legado de coerência pela revolução socialista

jetória do pai, mas também a significação do socialismo marxista na era pós-União Soviética: "O socialismo não acabou. Enquanto houver o capitalismo, a teoria marxista continua basicamente válida."

Época de reflexão

"Parece-me que a importância política do centenário de Luiz Carlos Prestes - pelo menos para mim, para minhas tias, que sempre foram fiéis aos ideais dele, para os amigos verdadeiros, os correligionários e os companheiros - é uma oportunidade de resgatar as características que consideramos fundamentais nele: o patriota, o revolucionário e o comunista. Este é o lema da comissão organizadora do centenário, com a qual me sinto solidária. Há dois tipos de comemorações em andamento: uma é esta, promovida por seus com-

panheiros, amigos e correligionários e admiradores - alguns são apenas admiradores - que é o de resgatar o legado de Prestes para o povo brasileiro. E estas três palavras resumem a vida dele: patriota, revolucionário, comunista", assinala a historiadora.

O outro tipo de comemoração, "que é promovida pelo archi-reacionário e anticomunista governador de Tocantins, Siqueira Campos, é uma homenagem da direita", frisa Anita, identificando aí um exemplo daquele esforço que pretende apagar o sentido revolucionário e marxista da vida de Prestes.

Analisando a trajetória política do homem que chegou a ser definido como o Cavaleiro da Esperança, a filha e historiadora mostra uma evolução na ação revolucionária dele.

"Em 1921, quando se engajou no tenentismo, sua moti-

vação foi a de um patriota. Ele estava preocupado com a situação do Brasil, com a situação do povo, com as injustiças, ainda que de forma confusa. Ele queria lutar por um mundo melhor. Foi, pois, como patriota que ele ingressou no movimento tenentista. Nesse processo, e já nas atividades da Coluna, entre 1924 e 1926, é que ele se transformou num revolucionário. Mas ainda não é um comunista. É este caminho revolucionário, na Coluna - quando percorre o interior do país e se depara com a terrível miséria do trabalhador brasileiro, o que o choca profundamente - que ele chega à conclusão de que os objetivos do tenentismo não vão resolver a situação do povo brasileiro. Por isso, propõe o encerramento da marcha, segue para o exílio e vai estudar, para conhecer melhor a realidade brasileira e encontrar o caminho. Aí se torna comunista", resume Anita.

"A partir de 1928 passa por uma revisão ideológica e adere ao marxismo, ao socialismo científico, ao comunismo. Mas vai ser aceito no Partido Comunista do Brasil, como se chamava então, somente em 1934. É esta trajetória que a comissão organizadora dos eventos quer resgatar", explica.

Ela diz ver, em torno do centenário, "não só uma luta política, mas uma luta ideológica. Trata-se de definir a imagem que ficará de Luiz Carlos Prestes para o futuro. Nós, da esquerda, comunistas, estamos comprometidos com o resgate da sua imagem revolucionária.

Nossa voz se ouve pouco, porque não estamos comprometidos com o poder, nem temos os grandes meios de comunicação. Mas não vamos nos calar. A lição que ele nos deixou foi a trajetória de lutas por justiça social, sem jamais aceitar favores dos poderosos. Ele sempre foi um rebelde, um revolucionário”.

Anita aponta a coerência política de Prestes com o testemunho de seu comportamento em relação ao movimento que liquidou a República Velha. “Em 1930, o poder lhe foi oferecido de bandeja. Ele poderia ter sido presidente da República. Seu prestígio era gigantesco, como prova a imprensa da época. Sua recusa foi um gesto que muitos não entendem até hoje. Mas ele viu que, se aceitasse participar, aconteceriam duas coisas: teria que se integrar ao sistema, aderir à política de Getúlio Vargas e se descaracterizar, ou rebelar-se e ser liquidado, politicamente ou mesmo fisicamente. Não existiam, naquele momento, forças sociais capazes de dar respaldo a um caminho revolucionário. Ele percebeu que o movimento, que viria a se chamar Revolução de 30, não iria resolver os problemas do povo: seria uma solução pela cúpula, via interesses dominantes.”

Futuro do socialismo

A historiadora condena os que, desde a dissolução da União Soviética, vêem o socialismo como uma ideologia em crise, deslocada da realidade.

“Eu acho que este pensa-

mento se insere dentro da luta ideológica que citei. Sem dúvida, erros e até crimes muito sérios foram cometidos na construção do socialismo, na União Soviética e em alguns outros países do Leste Europeu. Isto foi bem aproveitado pelo imperialismo, palavra que hoje em dia está fora de moda, mas isso foi bem aproveitado e os agentes do imperialismo souberam utilizar as insatisfações justas que existiam na população desses países, em particular a da URSS. Isto contribuiu para a derrota atual, muito séria. Mas, na minha opinião, isto não invalida os objetivos socialistas.”

“O socialismo, desde Karl Marx e Friederich Engels, tornou-se uma ciência, deixou de ser uma utopia, mesmo que determinadas sociedades tenham cometido graves erros ao tentar implantá-lo, sendo até derrotadas. Isto, porém, não invalida a teoria. É preciso levar em conta que esse socialismo real, que a URSS viveu, teve uma série de características e condições que dificultaram seu desenvolvimento socialista. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a União Soviética foi o primeiro país a experimentar o socialismo e o fez num grande isolamento: de início, 14 países imperialistas fizeram-lhe guerra, invadiram a Rússia Soviética dos primeiros anos. O país era muito atrasado economica-



Campanha internacional, como esta na França, mobilizou a opinião pública a favor de Prestes, após sua prisão em 1936

mente, e esse ponto de partida já dificultou muito a edificação socialista. Era um socialismo com problemas muito sérios, não era a utopia da massa que se imaginava, um regime popular que seria vitorioso sobre aqueles países capitalistas mais avançados.”

Ela lembra que, duas décadas depois, a Segunda Guerra Mundial iria impor um retrocesso muito grande para a URSS. “Basta lembrar que o país perdeu 20 milhões de pessoas, além de prejuízos materiais extensos. Toda a Rússia Européia foi praticamente destruída. Imagine a dificuldade para edificar o socialismo em meio a situações tão devastadoras”, aponta.

“É preciso salientar que o socialismo não se constrói na base da miséria, do atraso, da falta de recursos.”

“Essas dificuldades todas,



eu acho que contribuíram para o revés do socialismo, que eu vejo, porém, como passageiro. A propaganda da direita mundial procura fazer com que a opinião pública mundial esqueça, inteiramente, as conquistas reais que existiam no campo socialista e, em particular, na União Soviética.”

Anita cita algumas das conquistas sociais do regime soviético: “Nenhum país capitalista, por mais adiantado que seja, mesmo os Estados Unidos, resolveu as questões sociais como o fez a União Soviética. Todo cidadão soviético, mesmo modestamente, tinha casa para morar. Podia-se morar apertado, mas com decência e ninguém morava nas ruas. Todo mundo tinha um emprego, todo mundo tinha escola grátis para os filhos, ensino completo inteiramente gratuito, assim

como também assistência médica, estendida a toda a população, além de férias para todo mundo. Quer dizer, um bem-estar generalizado, embora em níveis modestos, devido exatamente àquelas dificuldades já apontadas, provocadas por uma implantação socialista em meio à hostilidade internacional e à guerra. Mas, mesmo assim, os problemas sociais estavam resolvidos na União Soviética, o que até hoje nenhum país capitalista desenvolvendo conseguiu dar a sua

população.”

“Veja o caso de Cuba. Apesar de todo o bloqueio e das condições naturais modestas, pois é uma ilha pequena, Cuba não tem miseráveis, ninguém passa fome, ninguém passa a situação dos miseráveis dos Estados Unidos ou da Alemanha ou daqui mesmo do Brasil, que vivem nessa crise gigantesca”, assinala a historiadora. “Eu tenho a profunda certeza de que, se meu pai fosse vivo, manteria a convicção que sempre teve, de que o socialismo é a solução para a humanidade. Isto não quer dizer que o caminho do socialismo vá ser exatamente igual ao que se deu na URSS ou em outros países. Os caminhos serão diversificados. Os próprios erros e as experiências desse socialismo que já existiu vão ajudar outros países, futuramente, se possí-

vel, a construir sociedades com menos problemas.”

“Sem dúvida, uma derrota é uma derrota, é problema muito sério. Eu, pessoalmente, acho que os comunistas, em âmbito internacional, nessa segunda metade do século, não conseguiram formular uma estratégia para a revolução socialista, pelo menos no Ocidente, de acordo com as novas condições. Não conseguiram fazer com a teoria marxista o que Lênin conseguiu fazer no fim do século passado. Lênin inovou. Diante daquela época de imperialismo, ele inovou diante de uma nova realidade. Acho que, na nossa época, isso não aconteceu. Mesmo o Partido Comunista Italiano, o mais importante do Ocidente depois da Segunda Guerra, fez várias tentativas, mas não conseguiu. Aqui na América Latina, é ainda mais complicado. Quando não se conhece de forma adequada a realidade, quando não se dispõe de pesquisas suficientes para se ter uma visão mais próxima, a tendência é o mimetismo, é a de copiar. E aqui no Brasil essa sempre foi a tendência: copiar o exemplo do exterior, que vem de uma realidade diferente. E o exemplo da Revolução Soviética foi tão esmagador que a tendência era essa mesma, de copiá-la”, analisa Anita Prestes.

“Quando ocorre uma derrota, a tendência é achar que tudo estava errado e perder a orientação. Isto também é humano. O socialismo está num período de crise, sem dúvida. Novos caminhos terão que ser encon-

**“Vejo o povo trabalhador
altamente desorganizado.
Hoje em dia temos,
porém, uma novidade,
o Movimento dos
Trabalhadores Sem Terra,
um movimento de
organização elogiável”**

trados. Mas o socialismo não acabou. Enquanto houver capitalismo, a teoria marxista basicamente continua válida. O marxismo, porém, não é um dogma. Como dizia Lênin, o marxismo tem que ser estudado, aplicado e desenvolvido. Não se trata de ficar repetindo o que Marx e Lênin disseram. Trata-se de encontrar os caminhos para o socialismo nessa realidade de hoje, que é bastante complexa e diferente, levando-se em conta também a especificidade de cada país. É o que os cubanos estão procurando fazer.”

Divisão e crise

“O meu pai sempre dizia que, a partir da luta dos trabalhadores, é que surgiriam novas lideranças, que se encontrariam novos caminhos para o socialismo, para a construção de novos partidos e organizações capazes de levar adiante a luta. Eu acho que, no panorama brasileiro atual, nenhuma organização partidária é realmente revolucionária, com uma proposta de mudanças e avanços. Mas acredito que acabará surgindo.”

De acordo com Anita,

“nosso próprio processo de formação da sociedade brasileira prejudica essa evolução, a partir do movimento popular. A classe dominante brasileira sempre viu triunfarem seus esforços para impedir a organização popular. Isso levou a um crescente desânimo, a uma descrença por parte da população. No século XIX, por exemplo, quantos movimentos populares não foram esmagados? E no nosso século, no período de 1934-35, havia um entusiasmo popular enorme, e logo veio uma derrota. Depois, tivemos outro grande surto de entusiasmo nos anos 60, cortado pelo golpe militar de 1964.”

Ela atribui a um fato o pouco avanço social: “Vejo o povo trabalhador altamente desorganizado. Hoje em dia temos, porém, uma novidade, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, um movimento de organização elogiável. A própria participação da Igreja Católica é outro fator positivo. Mas, ao longo da história, nossa trajetória é de um movimento popular desorganizado, porque, quando tenta se organizar, vem a repressão.”

“A repressão, que houve após 1964, desestruturou e amedrontou as pessoas. Vejo isto na universidade: pessoas muito insatisfeitas, mas descrentes das lideranças, desestimuladas, desinteressadas até para defender seus próprios interesses, as causas que as afetam diretamente. Assim, é difícil que venham a levantar bandeiras por causas mais amplas.”

Anita não julga irremediável

esta situação. “Não é uma fatalidade que isto deva permanecer assim. Até mesmo por causa do agravamento da situação social, vai chegar o momento em que haverá uma reação. É neste processo que surgirão novas lideranças, novas formas de organização. Não existe, para o movimento social, uma espécie de receita de bolo. Por enquanto, porém, as forças de esquerda continuam divididas.”

A ditadura exerceu um papel muito negativo na formação de lideranças no país, segundo Anita. “A ditadura impediu que as pessoas pensassem, esterilizou o pensamento. Daí, o que vemos é que nas esquerdas só surgiu o Lula, no final dos anos 70. As demais lideranças existentes, como Brizola e Arraes, são pré-64”, confirma.

Anita Prestes lamenta, também, que os jovens de hoje sejam as maiores vítimas desse tipo de situação.

“Atualmente, podemos observar na juventude um baixo interesse pela participação política. Existe um clima de desalento, de desencanto mesmo. A política é vista como sinônimo de safadeza. Cada rapaz e cada moça estão mais interessados em cuidar de sua própria carreira profissional.”

É neste panorama de crise que Anita Prestes considera como uma contribuição os debates e reflexões, que as comemorações do centenário de nascimento de Luiz Carlos Prestes podem suscitar, no correr de 1998. ■

Centenário de Prestes provoca debates

Completados no dia 3 de janeiro, os 100 anos do lendário líder comunista motivarão uma série de homenagens e reflexões políticas pelo país ao longo de 1998



Foto histórica da Coluna Prestes. Sentado, ao centro, o general Miguel Costa, tendo à esquerda o general Luiz Carlos Prestes (de barba)

Sete anos após morrer, Luiz Carlos Prestes terá sua lenda revisitada por todo este ano, em discursos, debates, seminários e estudos, a propósito do seu centenário de nascimento. Em Porto Alegre, sua cidade natal, ganhará um monumento, o Memorial Luiz Carlos Prestes.

A iniciativa do "Centenário Luiz Carlos Prestes - Patriota, Revolucionário, Comunista" é de correligionários e admiradores, que formaram uma comissão suprapartidária para tornar este um ano de redescoberta daquela que foi a liderança política mais perseguida pelos conservadores e mais reverenciada pelas esquerdas, um homem que, antes de fazer 30 anos de idade, se tornara lendário no Brasil

inteiro, graças às ousadias de sua tropa rebelde - a Coluna Prestes - que percorreu 25 mil quilômetros do país, de Sul a Norte e de Leste a Oeste, derrotando 18 generais e mantendo-se invicta nos dois anos e pouco que durou (outubro de 1924 a fevereiro de 1927), contribuindo em muito para a agonia da República Velha.

Não é a faceta de estrategista militar, porém, que deverá ser realçada, pois esta é considerada apenas o primeiro degrau de sua iniciação política, que evoluiu para a adesão ao marxismo e ao então Partido Comunista do Brasil.

Segundo o programa do centenário, o objetivo é homenagear "a dignidade revolucionária de Luiz Carlos Prestes e sua vida dedicada aos ideais socialistas revolucionários e ao

povo brasileiro. Memória de sua trajetória de patriota, revolucionário e comunista, pois sua história de lutas e sua contribuição ao processo revolucionário no Brasil são um legado para ser lembrado e aplicado pelo povo brasileiro. A história de Prestes se confunde com a do movimento comunista brasileiro deste século. Resgatar esta história é resgatar a história do Prestes revolucionário, colocando-o no seu devido lugar de "herói sem mito" do movimento operário brasileiro."

Até o fechamento desta edição, estavam programados, além do evento inicial do dia 3 de janeiro, em Porto Alegre, seminários, palestras e exposições no Nordeste, em março; no Rio de Janeiro, em março e abril; e em São Paulo, no mês de maio. ■

O pensamento de Luiz Carlos Prestes

Jornalista reúne as principais entrevistas concedidas pelo maior nome do comunismo no Brasil

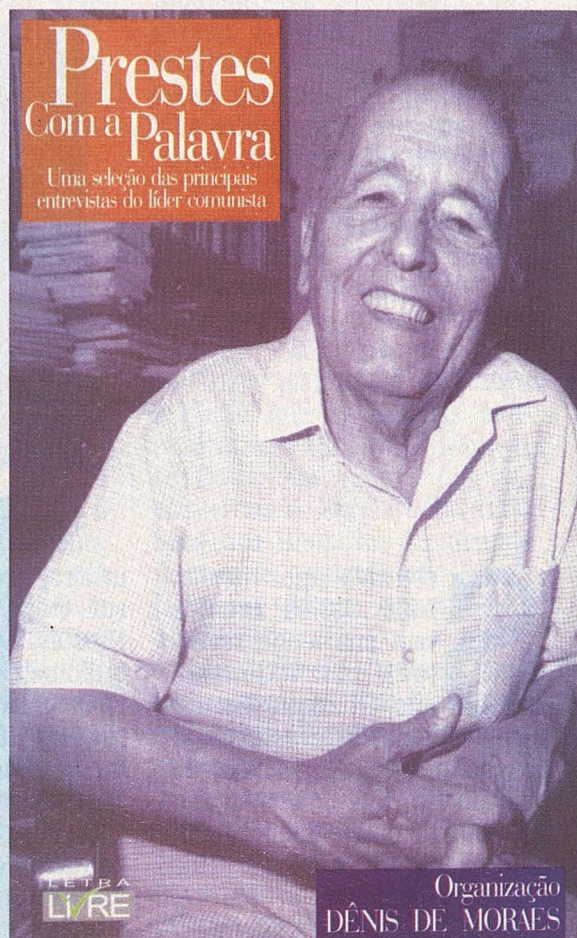
O livro *Prestes com a palavra* relata a trajetória militante do principal dirigente comunista brasileiro. Graças a um trabalho quase artesanal de pesquisa, o jornalista e escritor Dênis de Moraes conseguiu resgatar as principais entrevistas dadas pelo "Cavaleiro da Esperança" ao longo de mais de 60 anos de militância - desde a primeira, no exílio na Bolívia, em 1927, até a derradeira, por telefone, em 1990, pouco antes de morrer no Rio de Janeiro.

O livro marca as comemorações do centenário de nascimento de Luiz Carlos Prestes, que acontece em 3 de janeiro. Essa releitura do pensamento de Prestes, contado por ele mesmo, é instrumento indispensável para as

novas gerações compreenderem melhor a história brasileira deste século, que ficou perdida com a ditadura ou restrita às salas de aula das faculdades de Ciências Sociais.

Certas entrevistas ficaram famosas. Sem economizar palavras ou poupar quem quer que fosse, Prestes definiu, certa vez, Luís Inácio Lula da Silva: "Faz tudo por intuição. É um ignorante aos preceitos marxistas". Sobre Fernando Collor, disparou: "Em certos momentos da campanha, me parecia o Hitler. É um homem perigoso."

Na última entrevista concedida um mês antes de sua morte, aos 92 anos, Prestes comentou: "Muita gente fica tonta com essas mudanças,



achando que o comunismo está acabando. O que está desaparecendo é o stalinismo, que causou muito mal."

Prestes com a palavra não se limita a contar a vida do "Cavaleiro da Esperança". O pensamento e as reflexões contidas no livro fazem parte do legado que o líder comunista Luiz Carlos Prestes deixou à sociedade brasileira. (Angela Rocha)

ESPAÇO DO LIVRO

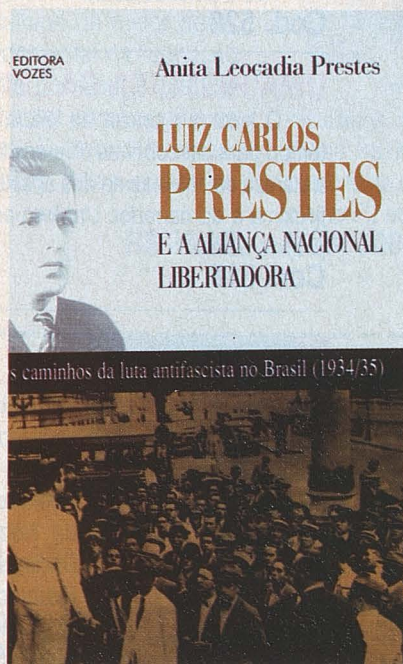
COM A PALAVRA, A AUTORA

A Aliança Nacional Libertadora, a luta antifascista e as reformas

Anita Prestes lança novas luzes sobre a frente política liderada por Prestes e que iria passar à história como um simples e frustrado movimento militar comunista

"O livro está saindo agora, pela Editora Vozes. Nele, procuro fazer uma nova abordagem daqueles acontecimentos, a partir de uma pesquisa com uma documentação bastante vasta, de que ressalta a luta contra o fascismo no Brasil, especificamente contra o integralismo, uma espécie de congênere do fascismo europeu, embora com suas peculiaridades nacionais. Quem tem interesse por esses acontecimentos de 1934-1935, que são extremamente deturpados, encontrará muitos elementos novos e esclarecedores neste livro", explica a historiadora.

"Consagrou-se o estereótipo da Intentona Comunista, por todos os erros que houve. Nem meu pai os negava, principalmente no desencadeamento dos levantes armados. De qualquer maneira, deturpa-se o conteúdo do movimento, apresentado como decorrente de "ordens de Moscou" para instalar o comunismo no Brasil. Isto é uma caricatura, uma falsificação histórica grosseira, porque a Aliança Nacional



Libertadora sequer era de predominância comunista. Os objetivos eram democratizantes - antifascista, antilatifúndio, anti-imperialista. Embora com presença comunista, o movimento foi muito amplo, integrado por forças política variadas", faz questão de lembrar.

Deturpou-se também, segundo Anita Prestes, o relacionamento existente entre o Partido

Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora - Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-35), Editora Vozes, 1997 - R\$ 18

Comunista e a Internacional Comunista. "A caricatura da subserviência do PCB à Internacional tem o objetivo de desmerecer o papel dos comunistas, apresentá-los como manipulados por Moscou. Hoje, a direita já deixou de lado o termo intentona, por ser altamente depreciativo, mas fala em Revolução Comunista, o que dá no mesmo, pois se mantém o objetivo de apresentar a luta da ANL como uma tentativa de se instaurar o comunismo no Brasil sob a batuta de Moscou. Isto é uma inverdade, como comprovo neste livro, em que utilizo inclusive documentos dos arquivos soviéticos, abertos recentemente." (Procópio Mineiro)

MATSUSHITA

John P. Kotter

Lições de liderança para o próximo Milênio relata a história de sucesso do fundador da General Electric japonesa: a Matsushita Electric Corporation.

Uma biografia que é uma verdadeira lição para profissionais voltados para o século XXI. Um líder empresarial que não se deixou abater e liderou o milagre econômico de seu próprio país. Uma nova visão na arte de gerenciar.

Cod. 536

R\$ 43,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Os diários inéditos da guerrilha cubana finalmente são revelados ao público os diários inéditos de Che Guevara e Raúl Castro com todos os bastidores da revolução cubana. O livro reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O prof. Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação do livro.

Cod. 517

R\$ 30,00



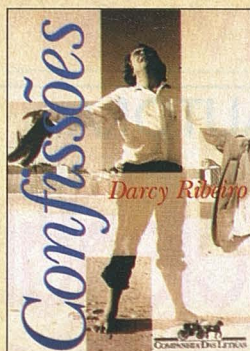
O FUTURO DO CAPITALISMO

Lester Thurow

Em seu livro anterior, Cabeça a cabeça, o autor mostrou como a economia mundial ficou dividida em três grandes blocos - Estados Unidos, Europa e Japão. Agora, em O futuro do capitalismo, ele analisa as forças econômicas, políticas e sociais que determinam as grandes mudanças que ocorrem no mundo atual. O sistema capitalista está em cheque, acredita Lester Thurow, que visualiza o surgimento de um novo sistema capitalista, tendo como ativo estratégico as habilidades humanas, em vez do capital financeiro.

Cód. 538

R\$ 36,50



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Mais interessante que um livro de Darcy Ribeiro só a história de sua vida revelada por ele mesmo em CONFISSÕES. Todas as grandes emoções, amores, desafios e projetos, relatados da forma inteligente e bem humorada que só ele sabia fazer. Um livro imperdível para quem o admirava como escritor, intelectual, homem público e ser humano peculiar.

Cod. 518

R\$ 33,00

O FUTURO DA MEGAMIDIA

Kevin Maney

A Megamídia é revelada pelo autor de forma realista e sensata. Ele desmistifica toda essa explosão de novas tecnologias e negócios, nos apresenta as grandes personalidades do mundo da mídia e arrisca previsões polêmicas. Um tema fascinante revelado por um observador veterano.

Vale a pena conferir.

Cod. 528

R\$ 43,00



UMA HISTÓRIA DA LEITURA - Alberto Manguel

O leitor e o prazer da leitura é a tônica do livro de Manguel que viajou no tempo para descobrir as diversas formas de existência do leitor. Ele consegue unir a clareza ao entusiasmo dos apaixonados, escolhendo uma forma de escrita muito próxima a do narrador. Um livro escrito para "os amantes da leitura", segundo o próprio autor.

Cod. 516

R\$ 33,00



PLANO REAL - Pára ou continua?

Entrevistas reveladoras com 20 economistas (por vocação ou profissão): Antônio Lacerda, João Sayad, Antônio Lanzana, José Guilherme dos Reis, Antônio Heermann, José Júlio Senna, Carlos Fagundes, Mailson da Nóbrega, Cláudio Contador, Milton Assumpção, Delfim Neto, Paulo Nogueira, Edmar Bacha, Paul Singer, Eduardo Suplicy, Paulo Yokota, Gilson Schwartz, Robert Appy, Heron do Carmo e Roberto Macedo

Cód. 507

R\$ 24,90

ERA DOS EXTREMOS O breve século XX

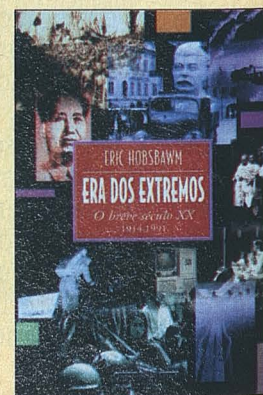
Eric Hobsbawm

Somente Hobsbawm conseguiria sintetizar toda a história de um século em três "eras". A primeira, "da catástrofe", marcada por guerras. A segunda, os anos dourados, de uma paz congelada. E a terceira, do "desmoronamento", dos sistemas institucionais e das incertezas.

O livro é um roteiro fundamental para quem quer compreender os últimos cem anos da humanidade e se preparar, através do conhecimento, para enfrentar o "futuro das incertezas". Um livro fundamental.

Cód. 497

R\$ 41,00



José Maria Rabêlo

Cód. 561

R\$ 34,00



Um livro importante para ser usado como material de estudo acadêmico de administração, marketing e finanças. Os autores conseguem incorporar as teorias e práticas mais usadas, para que o leitor possa iniciar e administrar pequenas empresas. Muitos exemplos do mundo real são usados para facilitar a compreensão dos conceitos. Gráficos, tabelas e ilustrações comunicam os conceitos-chaves. Exercícios de aplicação no final de cada capítulo tornam o livro mais didático.

Cód. 509

R\$ 94,00



Alberto Moby

música como manifestação cultural de maior penetração junto à população, seu papel fundamental na formação de uma identidade nacional e, justamente por isso, a preocupação dos governos em censurar, para manter uma hegemonia de pensamento das classes dominantes. O livro cita, ainda, situações e músicas que ficaram famosas pelos cortes ou proibições que receberam na época.

Cód. 469

R\$ 23,90



Thomas F. Basso

São dezoito capítulos, onde o autor, de forma simples e objetiva, fornece todos os caminhos que um investidor deve seguir para conseguir bons resultados no mercado. E é ainda com bom humor que Thomas Basso, no último capítulo do livro, dá dicas importantes, sugere livros como fonte de leitura e deixa o recado: "Aprecie o processo de investir melhor! É bom para sua saúde financeira".

Cód. 508

R\$ 24,90

VALIDADE: até durar o estoque **EDIÇÃO 205**

Preencha o cupom em letra de forma e o envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 / 105 e 106
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455 E-mail: caderno@ax.app.org

Alerta aos pais



Erotização do dia a dia eleva o número de adolescentes grávidas

Angela Rocha

As adolescentes estão grávidas cada vez mais jovens. O fenômeno já deixou de estar restrito às camadas pobres da população e chegou à classe média, onde a opção pelo aborto clandestino e o parto em clínicas particulares não deixam evidências estatísticas. E o pior é que a classe média não está preparada para lidar com a questão.

“Essas adolescentes abandonam os estudos, dependem economicamente da família e, na maioria dos casos, não são mais aceitas no seu próprio grupo, perdendo seus vínculos sociais”, diz o pediatra Ricardo Barros, chefe do Serviço de Orientação Multiprofissional ao Adolescente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O assunto foi o tema do último Congresso da Sociedade Brasileira de Pediatria - “Gravidez, Sexualidade e Anticoncepção na Adolescência” - que diagnosticou, como os dois

principais problemas, a desinformação e o fato de, ao tentarem esconder a gravidez, a adolescente perder a oportunidade de ter uma gestação tranquila, acompanhada por um pré-natal adequado.

O problema não afeta só o Brasil. Na Conferência Regional sobre Saúde Sexual e Reprodutiva na Adolescência, promovida pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Costa Rica, o assunto foi considerado preocupante.

O documento final da conferência contém uma série de recomendações, tanto para os governos como para a sociedade, no sentido de assegurar a integridade das meninas e o exercício de seu direito à saúde sexual e reprodutiva.

TV exacerba erotismo

O pediatra Ricardo Barros coloca a televisão como o grande agente causador desse fenômeno.

“É a sexualidade trabalhada de forma exacerbada e sem um contraponto. Não existe hoje um só programa de televisão que realmente eduque. De uns 10 anos pra cá, o que existe é a erotização de tudo.”

O assunto é polêmico, principalmente agora, quando está em evidência o mau gosto dos programas dominicais, nos quais o sexo tem sido utilizado de forma apelativa. São mulhe-

res nuas, servidas como mesas de sushi em um restaurante, ou o país inteiro parado para escolher a nova musa do bumbum.

O médico Ricardo Barros acredita ser impossível um jovem passar imune por toda essa massificação de sexo desacompanhado de uma informação apropriada.

Já para Margareth Attianeci, uma das coordenadoras do Núcleo de Saúde do Adolescente (Nesa), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), a gravidez indesejada sempre existiu e é anterior ao advento da televisão.

Margareth acredita que o trabalho de prevenção e promoção de saúde funciona muito melhor quando são trabalhados pequenos grupos em forma de oficinas. Mas concorda quando o assunto é falta de informação de qualidade.

Esta, sim, é a grande vilã do problema: a informação, ou melhor, a falta ou inexatidão dela.

É justamente para esse ponto que convergem todas as opiniões.

A coordenadora do Projeto Sexualidade na Adolescência da Uerj, Luiza Cromack, acredita que a gravidez indesejada da adolescente de classe média não seja fruto da falta de informação e "sim da informação truncada, mal reproduzida. Aqui mesmo, na universidade, encontramos jovens de classe média mal informados. A mídia perde a oportunidade de intervir, ampliando a discussão".

Fato confirmado na pesquisa feita pelo Nepad/Uerj, centro de referência patrocinado pelo



Pesquisa da Uerj revela que 20,5% das adolescentes se iniciam sexualmente entre 10 e 14 anos

programa das Nações Unidas para o combate ao uso de drogas e pelo Ministério da Saúde. No item que aborda conhecimentos, atitudes e comportamentos em relação à Aids, 78,3% dos entrevistados não distinguem entre receber ou doar sangue como fator de risco de contaminação pelo vírus HIV.

A conclusão da pesquisa é que, "apesar da grande mídia veicular constantemente estas informações, elas ainda não foram devidamente entendidas pela população-alvo".

Adolescentes se iniciam mais cedo

Desde 1974, técnicos da área de saúde vêm trabalhando em projetos de atendimento de adolescentes. Nos últimos cinco anos, o aumento crescente no número de meninas grávidas fez com que os governos federal, estaduais e municipais criassem setores específicos para esse atendimento. Nas grandes maternidades e postos de saúde, profissionais são treinados para atender a demanda cada vez maior de adolescentes grávidas.

Alguns novos fatores têm sido revelados nesse processo. Por exemplo, a tese de gravidez de risco para a adolescente já não existe mais. A mãe e o bebê, sendo adequadamente acompanhados, não correm risco algum. Com um bom pré-natal, será uma gravidez como outra qualquer.

A incidência de bebês prematuros e com baixo peso é quase idêntica à da população adulta. Também não se adota mais a teoria de que a gravidez precoce atrapalha o desenvolvimento da menina e do feto. Os últimos trabalhos realizados em todo o Brasil demonstram que não há diferença alguma, a não ser que ela não faça o pré-natal adequadamente, explica o médico Ricardo Barros.

Há muito tempo não existe mais a figura da prostituta que iniciava o garoto na vida sexual. Atualmente, os adolescentes se descobrem juntos e cada vez mais cedo.

A pesquisa do Nepad/Uerj aponta que a diferença entre

jovens que se iniciam sexualmente na faixa etária dos 10 aos 14 anos (20,5% para as meninas e 28,1% para os meninos) é praticamente idêntica aos da faixa etária dos 15 aos 19 anos (21,9 % para as meninas e 26,5% para os meninos).

Números imprecisos, mas muito altos

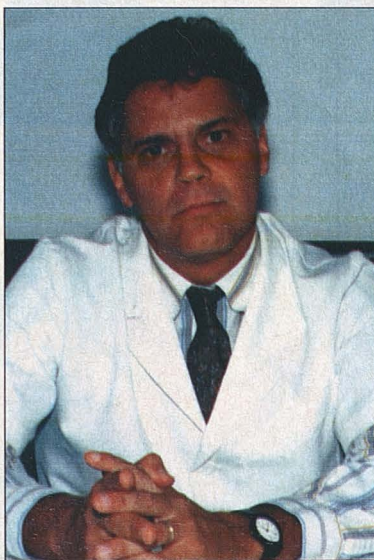
A pesquisa aponta, ainda, a idade média da primeira relação sexual em 12,6 anos. E fornece, ainda, outros números sugestivos para o que vem ocorrendo com as adolescentes. A maioria (53,4%) diz que é embaraçoso ou complicado comprar preservativos e 32,8% acham embaraçoso ou complicado portar preservativos. Dentro desse item, as mulheres são maioria.

Números oficiais do Ministério da Saúde demonstram que a gravidez, nas meninas de 10 a 19 anos, vem aumentando a cada ano. Em 1993, o Sistema Único de Saúde registrou 26.505 partos (12,37%) de adolescentes de 10 a 14 anos e 611.608 partos (62,34%) na faixa etária de 15 a 19 anos.

Em 1994, manteve-se o mesmo número nas meninas mais novas (12,30%), aumentando entre 15 e 19 anos: 635.311 partos (62,90%).

Já em 1995, esses percentuais se alteram significativamente: de 10 a 14 anos aconteceram 28.282 partos (15,76%) e de 15 a 19 anos, 661.330 partos (68,33%). Se considerarmos que em 1995 ocorreram 2.821.211 partos na rede pública, constata-se que 25% dos partos ocor-

Foto: Aristóteles Brito



“Não existe um só programa de TV que realmente eduque. De uns 10 anos para cá, o que existe é a erotização de tudo”

Ricardo Barros, pediatra

reram entre adolescentes.

As estatísticas do serviço público também evidenciam, em 1995, um número aproximado de 238 mil abortos. Neste ponto, o médico Ricardo Barros chama a atenção: “O que estará acontecendo na rede particular? E nas famílias de classes mais favorecidas, quais serão os números de partos e abortamentos?” Ele considera fundamental que a questão seja discutida e que uma política séria seja estabelecida para frear esse fenômeno. “É fundamental que desse trabalho participem as

autoridades, os representantes da saúde, a sociedade como um todo e a grande mídia, que precisa ser responsabilizada.”

O calvário da discriminação

Elas usam jeans e camisetas e podem ser vistas circulando pelos shoppings. São fãs das Spice Girls e de Bon Jovi. Agora não namoram, “ficam”. Influenciada pela mídia, a sexualidade é despertada mais cedo e nem sempre de forma correta. A transa ocasional, numa saída dos pais ou nas escadas do prédio, não vem acompanhada dos cuidados necessários. O resultado: uma gravidez indesejada e o medo.

Duas jovens comuns de classe média carioca, alunas do Colégio Pinheiro Guimarães - B., de 16 anos, e G., de 15 - se viram de repente unidas pelo mesmo problema. As duas ficaram grávidas. Hoje, as famílias, que a princípio estavam relutantes, assumiram a situação. As jovens mães continuam em casa com os bebês, hoje de 9 e 5 meses, e mantêm uma boa convivência com os dois pais adolescentes, que estão sempre de visita.

A mesma sorte não teve a adolescente M., de 16 anos, aluna de um colégio de freiras na Zona Sul do Rio. O assunto, visto como tabu, recebeu o tratamento de grande tragédia. A família foi chamada para receber a “sugestão” de retirar a menina da escola. M. optou por ficar, mas descobriu que o preconceito e o machismo já estavam enraizados na educação ri-

gorosa e religiosa da escola. Suas amigas "discretamente" se afastaram e os meninos tiveram a confirmação de que "ela transa" e passaram a assediá-la. M. saiu da escola e está em casa, cuidando do bebê. Pretende voltar a estudar em 1998, em outro colégio.

Segundo o pediatra Ricardo Barros, o maior risco da gravidez para a adolescente é essa discriminação social. Nas classes média e alta, a família ou impõe a solução do aborto,

sob o argumento de que "uma gravidez agora vai atrapalhar todo o futuro dela", ou impõe normas e quase nunca ouve os jovens ou lhes dá uma opção de escolha. Não se tem estatísticas disso, mas a experiência é sempre traumatizante para o adolescente.

Barros alerta ainda para o chamado jogo de empurra, quando a família repassa a responsabilidade de educar para a escola, que a repassa para a rua. Essas adolescentes

Um dos principais efeitos da gravidez precoce é a discriminação social, que pode causar traumas psicológicos à jovem mãe



Um registro da violência

Uma menina de 11 anos é estuprada. Engravidada. Recebe autorização da Justiça para abortar. Os pais, humildes lavradores do interior do Rio, concordam, mas pressionados pela Igreja e aconselhados pelo médico, desistem do aborto e levam a menina de volta para casa.

O caso da menor M., de 11 anos, que afirma ter sido estuprada por um lavrador em Sapucaia, município a 210 km do Rio, sensibilizou a opinião pública no final do ano passado e acirrou a polêmica questão da gravidez precoce, o estupro e o aborto.

O caso ocupou páginas de jornais de forma sensacionalista. As opiniões ficaram divididas.

O juiz da comarca de Sapucaia, Luiz Olímpio Mangabeira, que autorizou o aborto,

disse: "O que tinha que fazer, já fiz. Se a família decidiu não fazer mais o aborto, o problema é dela e dos médicos que a aconselharam."

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, foi enfático: "Deixe nascer. A diocese vai encontrar meios para ajudar. Faremos o necessário para que esta criança sobreviva."

Justiça e religião à parte, a situação é delicada e deve ser analisada de forma muito pessoal. O que acontece nesses casos é que o caso vira de domínio público. Todos interferem e emitem opiniões enquanto o caso está na mídia. Mas passados os primeiros momentos, quem vai ficar só com seu problema e sua dor é a família e a menina-mãe, vítima da violência. (AR)

não recebem qualquer orientação, e o resultado são esses números crescentes de gravidez de meninas e de abortos, que acontecem, em grande parte, sem que a família sequer fique sabendo.

A reportagem de **cadernos** entrou em contato com duas clínicas de aborto no Rio voltadas para o atendimento da classe média, em função do preço alto. Em Botafogo (Zona Sul), a operação custa R\$ 750 e em Bonsucesso (Zona Norte), R\$ 450. Nas duas clínicas, foi possível marcar uma curetagem com nomes fictícios e idades de 15 e 16 anos sem problema. "Vem acompanhada do responsável?", perguntaram em uma delas. A resposta foi sim e tudo ficou acertado. ■

Cooperar para fugir

Sociedades de trabalho se multiplicam, como saída frente ao império da terceirização

Marcos Graça

“É a única forma de produção socialista que se encaixa dentro do capitalismo, sem provocar fortes reações contrárias.”

Assim, o comunicólogo e educador Marcos Pacheco define a sobrevivência e expansão do cooperativismo no Brasil, destacando principalmente as associações de trabalho, que estão experimentando grande crescimento atualmente.

Presidindo a Cooperativa Brasileira de Vídeo (Coopvídeo) desde sua fundação, em 1988, Pacheco acredita ser esse tipo de organização uma proposta interessante para a fuga do desemprego e à exploração da mão-de-obra, vigentes no atual sistema econômico.



O número de cooperativas de trabalho no país cresceu muito nos últimos anos devido ao crescimento do desemprego, permitindo também o aumento da produção

A ligação de Marcos Pacheco com o cooperativismo não é recente. Mesmo antes de ser um dos criadores da Coopvídeo, já pesquisava o assunto. “Há 12 anos tinha uma grande curiosidade pelo assunto e comecei a pesquisá-lo, junto com um grupo de amigos, mas a oportunidade de partirmos para a prática só surgiu em 1988, quando reunimos 21 integrantes para montar a sociedade cooperativa”, acentua o professor de Produção de Rádio, TV e Cinema da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Hoje a associação conta com 1.778 sócios, oferecendo

mão-de-obra para 117 funções diferentes.

Marcos Pacheco destaca a importância da cooperativa para a organização das classes profissionais e domínio de sua própria força de trabalho.

“A Coopvídeo hoje é um sucesso, já possuímos 115 clientes cadastrados, assessoria de um advogado e um contador, assim como apoio financeiro para o fechamento de contratos que precisem de traslado para outros estados”, acrescenta.

“A experiência dos sócios é a maior riqueza de uma cooperativa”, observa

do desemprego



Marcos Pacheco. Normalmente, o contato é feito junto aos profissionais, que, no fundo, constroem e transmitem a imagem da sociedade de trabalho de que fazem parte.

"Pedidos enviados para a direção de indicações de profissionais, por exemplo na Coopvídeo, é menos comum", acrescenta o presidente.

Cooperar para crescer

Participação livre de qualquer profissional, gestão democrática, benefícios educacionais, prestação de serviços a um preço menor e atribuição das sobras eventuais aos associados, esses são os princípios básicos que movem o funcionamento de uma cooperativa de

trabalho. "O cooperado entra na sociedade comprando uma parte da empresa, tornando-se sócio-cotista com responsabilidade limitada, ou seja, só responde pela pequena participação que possui", diz Marcos Pacheco.

A lei brasileira define a cooperativa de trabalho como sociedade de profissionais do mesmo ofício ou afins, tendo como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados. Sem a intervenção do patrão ou empresário, ela pode ser contratada e executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares por todos os cooperados, grupos ou individualmente.

Todos os tipos de profissionais podem fundar cooperativas, tanto trabalhadores urbanos como rurais, de áreas específicas como afins. Ela pode, inclusive, possuir atribuições de outros tipos de associação, como a de consumo, crédito e produção. "Há casos de unidades híbridas, como o de cooperativas de trabalho e crédito", assinala Marcos Pacheco.

Nos últimos dez anos, o setor registrou crescimento de 300% no Brasil, segundo a Confederação das Cooperativas de Trabalho, com duas mil entidades e 750 mil associados, ou 3% da população economicamente ativa do país. O setor já absorve uma boa parte dos recursos do governo federal e do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT), recebendo 30% dos R\$ 2,3 bilhões investidos nos últimos dois anos, até janeiro de 1997. No Nordeste, o percentual chega a quase 50%.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) não faz restrição à atividade destas sociedades e as considera, através da Recomendação nº 127, instrumento de progresso econômico e social. Na opinião do presidente da Coopvídeo, os pontos mais importantes para atuar neste mercado "são vencer as dificuldades impostas por legislações antigas, aperfeiçoar a qualificação dos profissionais e organizar o quadro gerencial das cooperativas".

Cooperativismo tem 200 anos

O cooperativismo surgiu dentro do socialismo utópico ou cristão da primeira metade do século XIX, através de reformadores humanistas, que o colocaram como instituição típica da economia social. Situa-se entre o liberalismo capitalista e o socialismo marxista. Pode ser definido como forma de organização e ação econômica, pelo qual as pessoas, ou os grupos que têm o mesmo interesse, se associam, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas.

As bases deste sistema foram lançadas pelo socialista utópico francês Charles Fourier (1772-1837), e tem, como princípio inspirador, a solidariedade, igualdade e comunhão de interesses de todos os participantes. O cooperativismo tentava resolver os gravíssimos abusos sociais do início da Era Industrial, através da criação de comunidades de cooperação, formadas por indivíduos livres que fariam a gestão da produção e participariam, igualmente, dos bens produzidos.

A primeira experiência prática

surgiu em 1844, com a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra. O teórico que inspirou essa experiência foi Robert Owen (1771-1858), industrial com idéias socialistas e reformador social, que acreditava que a superação do capitalismo estava na generalização das aldeias de cooperação. O primeiro veículo de imprensa a propagar essas idéias foi *The Cooperator*, publicado de 1º de maio de 1828 a 1º de agosto de 1830 pelo médico William King, de Brighton, de orientação social-cristã.

As primeiras cooperativas surgiram no Brasil na zona rural, no final do séc. XIX, com a chegada dos imigrantes europeus. A primeira lei brasileira sobre o assunto foi aprovada em 1907, sendo aperfeiçoada em 1932 e aprofundada em 1971. Atualmente, o setor é subordinado ao Conselho Nacional de Cooperativismo, órgão do Ministério da Agricultura.

A cooperativa de trabalho é mais recente no Brasil. Só surgiu na década de 70 entre os motoristas de táxi, e depois entre os médicos e os práticos do Porto do Rio de Janeiro.

O perigo da terceirização

Com a terceirização dos serviços, para fuga do pagamento de encargos sociais, a transformação do profissional de pessoa física para jurídica tornou-se uma exigência para o acesso ao mercado de trabalho. Mas o processo de abertura de uma firma acaba saindo caro, surgindo então a cooperativa de trabalho como uma opção para a diluição de custos. O problema é que muitas empre-

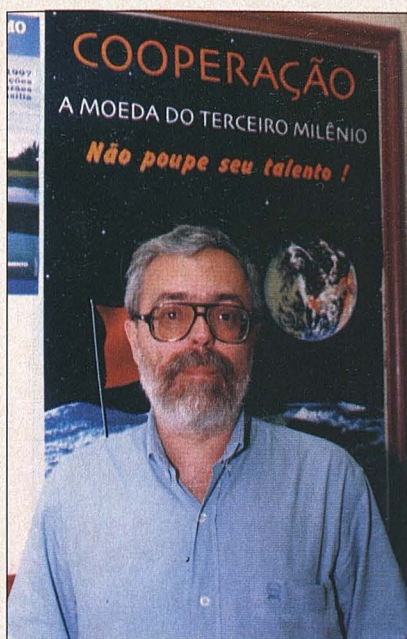
sas ou até fundações estão criando cooperativas somente para transferir seus empregados após serem demitidos, fugindo das responsabilidades trabalhistas.

“Esse tipo de sociedade, que só existe para acobertar a fuga das contribuições, é uma falsa associação que não corresponde ao espírito cooperativista”, diz Marcos Pacheco. Esse tipo de associação de trabalhadores, criado artificialmente, é chamado normalmente de “coopgatos”.

O presidente da Coopvídeo diz que há grande preocupação hoje “com as falsas cooperativas que estão surgindo para falsear a terceirização, principalmente aquelas de profissionais mais populares, como garis ou jardineiros”. Marcos Pacheco cita como exemplo as que foram criadas pela Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb) para catadores de papel, “que sequer são dirigidas pelos associados, mas por representantes da empresa de limpeza”.

O especialista em cooperativismo assinala ainda que o sistema traz muitas vantagens para a empresa contratante, porque, além de não criar vínculos empregatícios, ela permite a emissão de nota fiscal, o que oficializa a prestação de serviços. “A empresa assina um contrato de trabalho com a cooperativa, permitindo desse modo a garantia do respeito das condições estipuladas”.

Para discutir a ampliação deste tipo de cooperativa no país, foi realizado, de 5 a 7 de novembro, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, o XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, sob o lema de “Transformando propostas em ações”. O evento, patrocinado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), discutiu, entre outras temas, as cooperativas de trabalho, principalmente as de cunho popular.



Léo Dresch

Pacheco diz que as cooperativas servem também para que o profissional administre melhor sua produção

O que diz a lei

O advogado e diretor da Academia Nacional de Direito de Trabalho, Luiz Carlos Amorim Robortella, destaca que a conceituação da cooperativa de trabalho é de 1932, através do decreto nº 22.239. Lá, são definidas como associações constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício ou de vários ofícios de uma mesma classe, com a finalidade primordial de melhorar os salários e as condições de trabalho.

Ele lembra que a OIT não faz qualquer restrição à atividade das cooperativas de serviços ou de mão-de-obra, desde que não haja intuito de fraude. "A Recomendação nº127 as considera um instrumento de progresso econômico e social", observa o também membro da Comissão Permanente de Direito Social, do Ministério do Trabalho.

Como montar uma cooperativa

Marcos Pacheco aponta as etapas no processo de formação de um grupo de trabalho:

- 1 - Formação de um grupo (mínimo de 20, segundo a lei), com conhecimentos básicos de administração e marketing;
- 2 - Discussão profunda do modelo de cooperativa que se quer montar e de seu estatuto (áreas e formas de atuação, por exemplo);
- 3 - Assembléia de fundação, realização da ata e seu registro;
- 4 - Legalização jurídica da empresa, que pode durar de um a três meses;
- 5 - Divulgação da cooperativa pelos cooperativados, para ser conhecida no mercado.

"De forma geral, o preceito, com muita clareza, nega aos cooperados a possibilidade de vínculo empregatício com o tomador do serviço, através do artigo 90º da lei 5.764, de 1971", afirma Robortella. Pelo Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, o cooperado é considerado autônomo.

O advogado, que é professor de Direito da Universidade Mackenzie, de São Paulo, e autor do livro "O moderno direito do trabalho" (1994), acentua que, "apesar desses textos legais, o assunto ainda suscita muita controvérsia na doutrina e já começa a se manifestar na jurisprudência".

Diversos trabalhos já foram publicados, todos levantando dúvidas quanto à constitucionalidade do preceito e à sua efetividade, em face dos princípios tutelares do direito do tra-

balho. "Em linhas gerais, esses estudos mostram preocupação quanto à possibilidade de fraude, com as cooperativas de trabalho que não passam de intermediadoras de mão-de-obra", explica Robortella.

No trabalho rural, o risco é maior, pois a lei nivela o intermediário ao empregador. Na jurisprudência, colhem-se frequentes decisões, reconhecendo o vínculo entre cooperados e empresa tomadora, quando constatada fraude.

"Se o juiz perceber ocorrência de fraude, como as cooperativas constituídas por ex-empregados das tomadoras de serviço, ou quando haja vinculação direta, personalíssima, entre o trabalhador e a empresa contratante, poderá haver o reconhecimento da relação de emprego, com todas as consequências econômicas." ■

Miséria favorece crime organizado

Magistrados analisam a situação da Justiça no continente americano

O Poder Judiciário vai entrar com força nos novos tempos movidos pelo combustível da internacionalização. Magistrados, reunidos no Rio de Janeiro no seminário "Acesso à Justiça - Administração da Justiça nas Américas no Contexto da Globalização", promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, rasculharam propostas para globalizar o combate ao crime organizado.

Juízes, como John Carro, porto-riquenho criado em Nova Iorque, ex-integrante da corte suprema daquele estado norteamericano, expressaram desapontamento diante dos tímidos resultados obtidos na luta contra o narcotráfico internacional. Eles relacionaram as dificuldades na repressão ao delito com um problema cada vez mais grave nos países produtores de drogas: a miséria.

"Como conseguir a erradicação do plantio da matéria-prima das drogas e golpear o tráfico do produto, se inúmeras famílias têm esta atividade como principal forma de sustento?", questio-



nou Carro, acrescentando que "só com uma bem pensada articulação global se conseguirá algum êxito nesta batalha".

A opinião é compartilhada pela juíza brasileira Denise Frossard, responsável pelo encarceramento dos membros da cúpula do jogo do bicho, hoje já soltos. Sobre os bicheiros recaem freqüentes suspeitas de ligações com o crime organizado internacional. A juíza carioca lembra fatos novos na cena mundial, como o contrabando nuclear na Colômbia, que exigem um tipo de enfrentamento mais racional.

"Isto deve ser feito através de um melhor aparelhamento dos organismos de repressão locais. Não há necessidade de superórgãos para combater o narcotráfico, mas de incentivo a um controle maior das atividades ilícitas. É importante também a maior troca de informações entre as nações empenhadas na repressão".

Todos concordaram que,

para lutar contra os cartéis das drogas, é necessário criar mecanismos que facilitem a luta contra o crime dentro dos próprios países. "Falta aperfeiçoamento da legislação, com aumento da pena para crimes de natureza grave, o fim da imunidade parlamentar e diplomática, além de maior agilidade na repressão", analisa a juíza equatoriana Maria Alvarez.

Depois de dizer que prioriza sempre o combate aos grandes negociantes de drogas, o juiz da Vara de Execuções Penais do Rio, Marco Aurélio Bellize, afirmou que pequenos infratores só servem como mão-de-obra barata nas prisões. "Nos lugares em que há obrigatoriedade do trabalho, a quantidade de encarcerados é imensa".

Nos EUA, há 1,2 mil presidiários por 100 mil habitantes, proporção superior ao do conjunto dos países que formavam a antiga União Soviética, com mil detidos por grupo de 100 mil pessoas. (M.D.)

Rei do Choro ou Rei do Tango?

Vida e obra de Ernesto Nazareth
lançadas em CD-ROM



O compositor Ernesto Nazareth não teve a obra reconhecida em vida, mas atualmente sua contribuição à cultura brasileira vem sendo amplamente divulgada. A trajetória completa da história pessoal e profissional do compositor está no CD-ROM Ernesto Nazareth, o Rei do Choro.

Mas a onda Nazareth não pára por aí. Foram lançados os CDs musicais Sempre Nazareth e Fantasia Carioca e o Grupo Corpo transformou o trabalho do compositor em balé. O próximo passo será a publicação do primeiro livro sobre a vida do músico, *O Melhor de Ernesto Nazareth*. Tanto interesse na obra do compositor, artífice da primeira apresentação profissional de Heitor Villa-Lobos, reforça o reconhecimento de sua genialidade.

O CD-ROM reúne em um só produto o conteúdo de todos os trabalhos feitos recentemente sobre Nazareth. São encontradas vinte e duas de suas mais consagradas composições, além de

depoimentos de amigos, como o maestro Francisco Mignone, revelando algumas curiosidades sobre a sua vida. O CD também mostra cenas do Rio antigo, personalidades dessa época e o balé do Grupo Corpo. São mais de oito horas de navegação, passando por animações gráficas, até a bibliografia de todos os trabalhos realizados a respeito de Nazareth.

Ernesto Nazareth foi considerado pela crítica e por seus contemporâneos como o "Rei do Tango Brasileiro". Apesar disso, a LN Comunicação Editora & Informática Ltda. lançou o CD-ROM, segundo do projeto CD'Arte Interativa, com o título de "Ernesto Nazareth, Rei do Choro". Segundo Luiz Nogueira, diretor da LN, se o compositor fosse vivo atualmente, seria chamado dessa forma.

No Brasil, a primeira composição publicada com o termo "tango" foi Olhos Matadores, de Henrique Alves Mesquita, em 1871. Quatro anos depois, Ernesto Nazareth, com apenas 14 anos, expressou genialidade

musical em "Você bem sabe!" Em 1877, foi editado Sedutor, da reconhecida Chiquinha Gonzaga. Somente anos depois, em 1890, surgiu o primeiro tango argentino, El Choclo, de Angel Villoldo.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o tango argentino foi muito tocado nos salões parisienses e o gênero ficou conhecido mundialmente pela dramaticidade. Pouco a pouco, o nome "tango" passou a representar, até mesmo no Brasil, o gênero argentino, e em 1840 a palavra "choro" começou a classificar as composições de Nazareth.

Alguns acreditam que a origem dessa mudança de nome se deve a outras razões. Esta polêmica histórica, capaz de esquentar qualquer debate entre "chorões" e "tanguistas", faz parte do CD-ROM. Outras informações sobre a época de Nazareth (séc XIX-XX), assim como sua vida e morte por afogamento depois de fugir do Hospício D. Pedro II, estão detalhadas no CD.

(Flavia Mattar)



A secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, fez um giro pelos sete principais países africanos em dezembro, confirmando o interesse norte-americano em ocupar o lugar das antigas metrópoles europeias como novo centro de referência no continente. No dia 12 de dezembro, visitou o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em Luanda. As autoridades angolanas consideram que a paz no país depende dos Estados Unidos, patrocinadores do grupo rebelde Unita, de Jonas Savimbi. Desde a independência do país, há 22 anos, com apoio público norte-americano, inclusive com recepções na Casa Branca, Savimbi mantém acesa a guerra civil considerada a mais cruel das últimas décadas: a arma preferida da Unita são as minas terrestres, que já mataram e mutilaram mais de um milhão de civis. Apesar de todas as resoluções das Nações Unidas a favor das razões do governo angolano, de orientação socialista, a Unita continua obtendo recursos para atuar e recusando-se a cumprir os acordos de paz firmados há três anos, mantendo sob seu controle as ricas zonas diamantíferas do país.

Nigéria

Importações livres reduzem setor têxtil

Onze meses depois de o governo adotar os princípios do neoliberalismo, os empresários do setor têxtil lamentam as falências e a redução de empregos, de 300 mil para apenas 120 mil. Mas o regime militar nigeriano não considera tais efeitos como um mal. O ministro da Indústria, general Mohamed Haladu, recusou mudanças nessa política e disse que o setor têxtil deve adaptar-se ou desaparecer.

Com a nova política, a Nigéria foi invadida pelos tecidos asiáticos, mais baratos, e por roupas de segunda mão, que atraem a preferência dos consumidores, cujo nível de renda vem caindo. "O governo precisa reconsiderar sua política, que

provoca um alto custo social, com demissões e falências", disse Joseph Olodum, presidente da Associação de Funcionários do Setor Têxtil.

Adams Oshiomale, secretário-geral da Associação Nacional de Empresários Têxteis, assinalou o grande número de falências. Sugeriu que o governo limite a importação de tecidos e de roupas usadas. "A importação livre encheu o país de produtos de baixa qualidade. A Nigéria virou lixeira."

Além disso, as empresas do país estão tendo dificuldades para importar insumos para a produção, devido a novos impostos baixados pelo governo.

Na política, a Nigéria corre o risco de encerrar o regime militar, no qual estão atuando cinco partidos, mas ingressar numa fase democrática com partido único.

A contradição está sendo apontada por analistas, depois dos resultados das eleições parlamentares estaduais, em dezembro.

O governista Partido Unido do Congresso da Nigéria (PUCN) ficou com 66% das cadeiras em jogo nas assembleias estaduais, enquanto o opositor Partido Democrático da Nigéria elegeu somente 20%.

Os 14% restantes foram divididos por mais três partidos, que, nas eleições presidenciais de 1998, ten-

dem a apoiar o líder do regime militar, general Sani Abacha.

Caso ocorra essa coalizão pró-governo, a futura fase democrática estaria regida por uma frente governista incontestável dominada pelo PUCN.

Neste início de ano, estará ocorrendo o pleito para governadores, quando se espera outra vitória governista. O mesmo já ocorrerá nas eleições municipais, em março de 1997.

O general Sani Abacha está no poder há quatro anos e, apesar de estar aberta a fase de preparação para a campanha presidencial, nenhuma liderança política se lançou contra o chefe militar. Abacha, por sinal, comemorou o quarto ano de seu regime, em novembro, convocando os adversários a se lançarem candidatos contra ele.



Ao centro, o presidente sul-africano Nelson Mandela olha para Thabo Mbeki, seu vice-presidente, a quem acaba de passar oficialmente a presidência do Congresso Nacional Africano (CNA), o partido governante. A 50ª conferência do CNA serviu para definir o futuro do partido e, em princípio, a sucessão presidencial, pois Mbeki é considerado o mais forte candidato para 1999. À esquerda de Mandela, o secretário-geral do CNA, Jacob Zuma, que foi eleito vice-presidente do partido e pode vir a tornar-se o vice de Mbeki, numa futura presidência do país. Líder histórico do CNA e da luta contra o regime racista, Mandela é o primeiro presidente negro da África do Sul e começa a dar início à sua sucessão, vendo, com temor, a tenaz resistência da minoria branca em pretender conservar privilégios, principalmente os econômicos

África do Sul

Dezesseis dias pelas mulheres

A luta pela igualdade de gêneros estendeu-se de fins de novembro a meados de dezembro, na África do Sul, mobilizando o governo, grupos de mulheres e jovens, igrejas e associações dedicadas a temas sociais. Tendo à frente o próprio presidente Nelson Mandela, uma campanha de 16 dias de reflexão pela causa da igualdade sacudiu a consciência dos homens.

"Chegou o tempo de os homens sul-africanos se comportarem com suas mulheres de forma diferente daquela como agem os animais com

suas presas", exortou Mandela.

A África do Sul exhibe uma das piores estatísticas mundiais sobre violência contra as mulheres. Há um estupro a cada 18 minutos e no ano passado foram denunciados 37 mil casos.

A Campanha dos 16 Dias começou com um marcha de milhares de homens pelas ruas de Pretória, puxada por Mandela. "A marcha ajudou a despertar a consciência masculina e a romper o silêncio que envolve essa questão", comentou o diretor-execu-

tivo da Associação das Organizações Não-Governamentais do país (Sangoco), Kumi Naidu. "A manifestação ajudou a criar o sentimento de urgência que o problema está exigindo e vai mobilizar os ministérios que têm alguma responsabilidade com os assuntos sociais e femininos."

Segundo Naidu, a violência contra a mulher é tratada como assunto doméstico e privado, um costume que favorece a permanência desse desvio de comportamento. Por isso, calcula-se que somente um, em cada grupo de 36

casos de violação, chegue ao conhecimento das autoridades como queixa formal.

Os grupos envolvidos na campanha pela mulher pretendem difundir a idéia de que maltratar mulheres é violar seus direitos humanos, um tema caro a todo sul-africano.

"Precisamos convocar uma segunda marcha. Esta primeira foi valiosa", disse Tutu Mguilwa, da organização Não ao Abuso Infantil.

Já Thenjiwe Mtintso, presidente da Comissão para Igualdade de Gêneros, pede mais que marchas: "Os homens não devem utilizar os corpos das mulheres como território para suas lutas."

Oriente Médio Boicote à paz, estímulo à ocupação

A paralisação do processo de paz pelo governo de Benjamin Netanyahu tem permitido a expansão acelerada dos assentamentos judaicos em territórios palestinos. Grupos religiosos e nacionalistas semeiam comunidades na Judéia e na Samaria bíblicas.

A organização israelense Paz Agora, que defende os acordos com os palestinos e condena os assentamentos,

calcula que cerca de 4.700 casas estejam em construção na Cisjordânia e que outras 4.000 estão prontas, embora vazias. Quando todas forem ocupadas, os colonos israelenses nas terras palestinas chegarão a 200 mil, contando-se as 144 colônias já instaladas.

Para Washington, seria um gesto de boa vontade parar com as obras dos assentamentos, nos quais os palestinos identificam uma difi-

culdade especial para a construção de seu Estado na Cisjordânia e Gaza.

O porta-voz do gabinete de Netanyahu ironizou os pedidos dos Estados Unidos para suspensão das colônias. "Isto não é um jogo de futebol. Não se pode pedir tempo. Estamos falando de vidas. Este é um país democrático e não se pode impedir a ninguém de mudar-se de Tel Aviv para a colônia de Ariel", disse David Ben-llan.

A demanda por moradias nesses conjuntos é intensa, principalmente de emigrantes norte-americanos, canadenses e franceses. "A

procura é intensa. O conjunto de Efrat, por exemplo, atrai religiosos nacionalistas moderados de várias procedências", informou Gerry Farkas, agente imobiliário que vende as casas ali por preços em torno de US\$ 136 mil.

Ao assumir o governo, Netanyahu restabeleceu o crédito imobiliário para os pretendentes a uma casa nessas colônias da Cisjordânia, facilidade que o primeiro-ministro Itzak Rabin cancelara desde 1992. O candidato a morar numa das 100 colônias consideradas prioritárias obtém crédito de 95% do valor do imóvel e ainda uma ajuda de custo de US\$ 7 mil.

A construção de casas prossegue acelerada (foto de 16/12/97) nos assentamentos israelenses em áreas palestinas, como esta de Ofra, nos arredores da cidade cisjordaniã de Ramalá. Depois de paralisar os acordos de paz e apressar a ocupação, o governo israelense pretende propor que os palestinos aceitem perder essas áreas



Em foto de 15/12/97, na vila de Assira Xamaliya, na Cisjordânia, mãe palestina chora ao lado dos escombros de sua casa, demolida pelo exército de Israel. Perito nesta prática, o exército de Israel costuma explodir casas de famílias palestinas que tenham, entre seus membros, algum suspeito de atos contra bens e pessoas israelenses. Neste dia da foto, 200 soldados demoliram outras três casas, porque eram das famílias moradoras quatro suspeitos de praticarem os atentados a bomba de julho e setembro, quando morreram 21 pessoas em Jerusalém

Argentina Desnacionalização aumenta

Quase 450 empresas privadas argentinas já passaram ao controle estrangeiro, nos últimos seis anos, na trilha da globalização neoliberal, que facilita o avanço do capital externo sobre os setores econômicos mais vantajosos (bancos, comércio, alimentos e bebidas, comunicações, petróleo). Essa mudança de controle foi feita pelo valor total de US\$ 20 bilhões. No setor público, a venda de estatais rendeu até agora US\$ 25 bilhões e o controle, em grande parte dos casos, também ficou com empresas estrangeiras, algumas delas também estatais.

Segundo o Centro de Estudos da Produção, o principal comprador de empresas argentinas foi a Citicorp Equity Investment, a corporação com maior participação em telefonia básica e celular e que é proprietária de várias companhias de televisão aberta e por cabo, e de editoras e emissoras de rádio.

O ano de 1997 apresentou um desempenho especial nesse processo de desnacionalização, tendo-se realizado em 10 meses o mesmo volume de negócios dos cinco anos anteriores. Dos US\$ 20,4 bilhões de todo o período Menem, 10 bilhões foram realizados em 1997.

Uma das mais recentes operações foi a venda da tradicional loja de roupas femininas Etam à alemã

Klausse Steilmann, líder do setor na Europa, por US\$ 13 milhões. Em novembro, a australiana Prime Television comprou 75% do canal 9 do chamado czar das comunicações, Alejandro Romay, por US\$ 150 milhões.

Segundo o economista Bernardo Kosacoff, da Cepal, as vantagens possíveis nesse processo seriam a incorporação de tecnologias mais atualizadas e a criação de empregos, caso ocorram. A desvantagem seria provocada se as multinacionais usassem as empresas apenas para estimular importações do país de origem dos novos donos.

O economista explica ainda o fenômeno da desnacionalização como a solução mais fácil para empresários nacionais que, em vários casos, alcançaram a liderança interna, mas não dispunham de poder financeiro - nem aceitavam correr o risco de empréstimos com altos juros - para dar um salto tecnológico que equiparasse suas firmas às estrangeiras.

As transnacionais dispõem de conhecimentos, tecnologia, crédito mais barato (6% ao ano), que é a metade do que alcançam os empresários argentinos em melhor situação.

E, ao adquirirem as empresas, as transnacionais compram a liderança dessas firmas e uma rede de lojas espalhadas por todo o país.

Mercosul Bloco discute a crise



A XIII Cúpula de Presidentes do Mercosul realizou-se em meados de dezembro em Montevideu. Eduardo Frei, do Chile; Carlos Wasmosy, do Paraguai; Carlos Menem, da Argentina; Júlio Sanguinetti, do Uruguai; Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e Hugo Banzer, da Bolívia, analisaram as consequências da crise das moedas asiáticas sobre a economia global e em particular seus reflexos sobre o Mercosul.

Abalados pela crise das bolsas e dos bancos, os Tigres Asiáticos desvalorizaram suas moedas, o que lhes aumenta o poder de penetração internacional, ao tornar seus produtos mais baratos. Esta situação tanto prejudica internamente as indústrias do Mercosul, ao confrontá-las com as importações asiáticas, quanto as afeta externamente, ao ver seus espaços em terceiros mercados disputados com maior ferocidade pelos asiáticos em crise.

Diante da situação, já se estuda, no âmbito do bloco regional, meios para impedir que crises ou práticas comerciais externas se reflitam de forma incontrolável sobre as

economias do grupo, afetando o sistema financeiro e abalando o setor industrial. Tais meios estabeleceriam um mínimo de proteção comum.

Outra decisão importante da reunião foi o fortalecimento da participação chilena no bloco, do qual aquele país, assim como a Bolívia, goza da situação de associado não-pleno.

Na reunião, o Brasil comunicou a suspensão do acordo de preferências existente com o México desde 1980. O entendimento deveria estar suspenso desde a criação do Mercosul, mas, como continuam os entendimentos para um acordo global do México com o bloco, o Brasil vinha mantendo as preferências, pelas quais artigos mexicanos entravam no país com redução tarifária de até 80%. Além de não retribuir a gentileza em proporção adequada, o México, ao entrar no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), ao lado dos EUA e Canadá, tornou-se um corredor de exportação privilegiada para indústrias norte-americanas, que passaram a colocar seus produtos no Brasil, utilizando o benefício concedido a produtos mexicanos.

Suriname Pressão contra Bouterse

O ex-presidente, atual conselheiro presidencial e futuro candidato à presidência em 2001, Desi Bouterse, está na mira da Interpol, que expediu um aviso internacional, solicitando sua detenção. A acusação da Interpol é que Bouterse estaria envolvido com traficantes colombianos de cocaína.

"É um costume holandês transformar líderes caribenhos em bandidos", defendeu-se Bouterse, que governou o Suriname de 1980 a 1987, após um golpe militar em que depôs o presidente Henk Aaron. Em 1982, ordenou a execução de alguns adversários, aos quais acusou de envolvimento com a CIA, o órgão de espionagem norte-americano. Em 1990, três anos depois de deixar o poder, derrubou, por telefone, o presidente Ram Shankar, descontente com os rumos do governo. Um governo interino, de cinco meses, convocou novas eleições.

O pedido à Interpol foi feito pela Holanda, antigo colonizador e que ainda procura exercer o máximo de influência no país. Desi Bouterse é o grande adversário dessa presença holandesa, representando uma corrente de forte conteúdo nacionalista. "A Holanda não tolera um caminho próprio para o Suriname e sobretudo condena a tentativa do país em fortalecer os laços com as ilhas do Caribe", explicou.

Segundo um diplomata

da embaixada holandesa em Paramaribo, desta vez Bouterse está cercado e será preso, se sair do Suriname. Setores políticos do país, contudo, lembram que o ex-ditador esteve no Brasil meses atrás, mas a Holanda se esqueceu de pedir a aplicação da ordem de prisão, provavelmente por temer que o governo brasileiro impedisse o desfecho e Bouterse voltasse a seu país ainda mais forte politicamente. As acusações apresentadas pelo governo holandês são consideradas muito suspeitas por diplomatas de diversos países, porque se baseiam em depoimentos de conhecidos adversários do militar nacionalista.

"Hoje, não podem mais me acusar de comunista ou ditador, pois lidero o principal partido político, o Partido Nacional Democrático (PND), que competiu com êxito em eleições livres. Então, o pretexto agora é associarem meu nome às drogas", afirmou Bouterse.

Nas eleições de 1990, o PND obteve 12 das 51 cadeiras do parlamento surinamês. No pleito de 1997, aumentou o número para 16, o que lhe permitiu formar um governo de coalizão com quatro outros partidos e desalojar a Frente Nova, que contava com o apoio holandês. Desi Bouterse exerce o cargo de assessor especial do presidente Jules Wijdenbosch.

Guiana Eleita viúva de Jagan

Janet Jagan, viúva do três vezes primeiro-ministro e líder progressista Cheddi Jagan, foi eleita presidente da Guiana, concorrendo contra o ex-presidente Desmond Hoyte. Janet é do Partido Progressista Popular, que se origina do primeiro movimento pró-independência, fundado por Cheddi Jagan nos anos 40.

Janet, que nasceu nos Estados Unidos, é uma marxista que condena a influência imperialista norte-americana. Jornalista e diretora do diário The Mirror, vem exercendo a função de primeira-ministra. Sua campanha foi baseada em temas sociais, especialmente educação e habitação.

A República Cooperativa da Guiana segue um

ideário político que visa a tornar dominante a forma cooperativista na economia, fugindo à predominância do capitalismo individualista. Tem população pequena, em torno de 1 milhão de habitantes, formada em 50% por descendentes de índios, 30% de africanos e o restante por minorias indígenas, chinesa e europeia.

O país, de 214,9 mil km², é coberto em sua maior parte (83%) pela floresta amazônica, de modo que a quase totalidade da população concentra-se na faixa litorânea, onde as principais culturas são o arroz e a cana-de-açúcar.

Na zona florestal, o país tem grandes depósitos minerais, principalmente de bauxita, ouro e diamantes.



D. Antônia Mendoza olha cartazes com fotos de mortos e desaparecidos durante a guerra civil de El Salvador. Ela mesma perdeu quatro filhos e nove sobrinhos, durante a ditadura militar. Entidades de direitos humanos salvadorenhas iniciaram uma campanha, para que o governo cumpra um dos itens dos acordos de paz que encerraram a guerra civil, revelando o destino dos restos de mortos e desaparecidos, como recomendou a Comissão da Verdade que investigou casos de violação dos direitos humanos naquele período

México



A ex-primeira-dama francesa Danielle Mitterrand reuniu-se, em San Cristóbal de Las Casas, com Patrícia Gómez, do Centro de Direitos Humanos Frei Bartolomeu de Las Casas, no estado mexicano de Chiapas. Danielle Mitterrand preside a France Liberté, uma organização dedicada à causa dos direitos humanos, e ouviu relatos de pessoas expulsas de suas propriedades por grupos paramilitares ligados aos latifundiários.

A visita ocorreu dez dias antes do massacre

em Acteal, em 22 de dezembro, quando pistoleiros recrutados pelo prefeito de Chenalhó, Jacinto Arias Cruz, massacraram 45 índios tzotziles, incluindo crianças e mulheres grávidas. Nas investigações que se seguiram, 1.500 índios foram libertados em três aldeias perto de Acteal, onde viviam escravizados pelo mesmo grupo que realizou o massacre.

Nas fotos abaixo, crianças indígenas estão sendo protegidas na cidade de Polho, para onde convergem comunidades aterrorizadas.



Depois de perseguições, seqüestros, prisões e três derrotas para a presidência, o líder opositorista Kim Dae-Jung, do Partido Democrático, chegou finalmente à presidência sul-coreana, nas eleições de dezembro. Sobe ao poder, em fevereiro, no momento mais delicado do país, em meio aos sobressaltos da falência financeira, que levou a um empréstimo de emergência junto ao Fundo Monetário Internacional, num total que deverá beirar os US\$ 60 bilhões



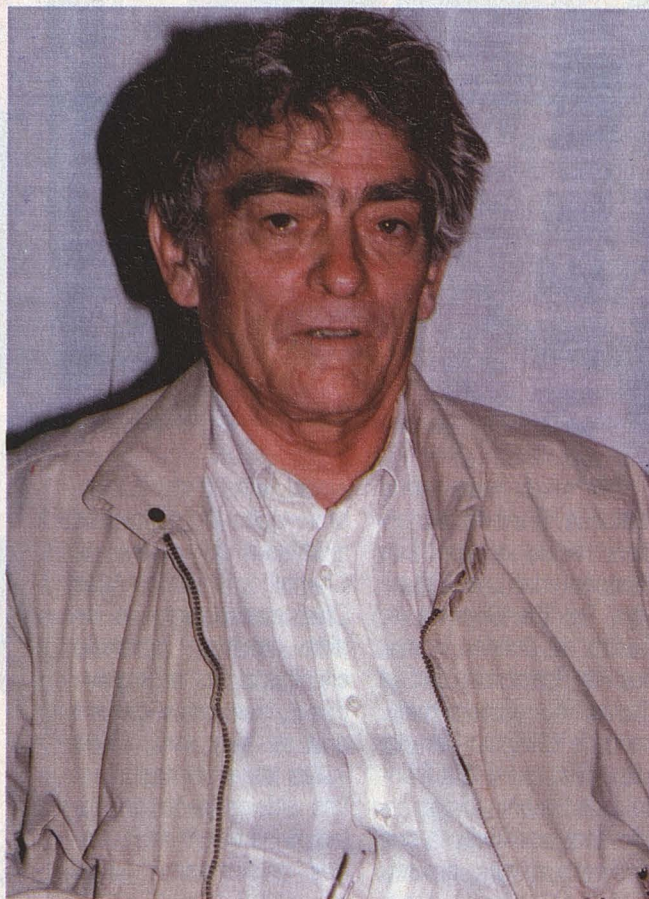
O ex-ditador sul-coreano Chun Du-Hwan (E) e o ex-presidente Roh Tae Wu (D) deixam para trás as grades das prisões em que se encontravam até 22/12, em Seul. Foram beneficiados pela anistia decretada pelo presidente Kim Young-Sam com a anuência do presidente eleito Kim Dae-Jung. Tinham sido condenados por traição, corrupção e pelo massacre de manifestantes pró-democracia, em Kwangju, em 1980



Quatro pessoas já morreram em Hong Kong depois de contraírem a Gripe do Frango, cujo vírus é o H5N1. Segundo cientistas, existe o perigo de que a população seja infectada em larga escala. Por isso, 1,2 milhão de frangos serão sacrificados. Algumas epidemias de gripe tornaram-se famosas, como a Gripe Espanhola, no final da Primeira Guerra, à qual se atribui a morte de 20 milhões de pessoas. No Quênia, outra doença misteriosa matou 150 pessoas em dezembro. Meios científicos atribuem o mal à putrefação de animais, mortos nas grandes enchentes ocorridas no país

A época da 'pax' americana

O fato de ser a única superpotência atual coloca para os Estados Unidos o desafio de entender o seu novo papel no mundo e de legitimar a sua liderança



Beatriz Bissio

Uma revolução na estratégia militar está em curso. O fenômeno remonta ao desaparecimento da União Soviética, nos anos 90, um fato que mudou o quadro bilateral dominante na época anterior. O bilateralismo ou bipolaridade - inclusive nuclear - deu lugar, de forma repentina, como ficou claro com a Guerra do Golfo, a um cenário em que uma liderança única se impôs em nível mundial, obrigando os exércitos a repensarem seu papel, suas estratégias e alianças.

A afirmação faz parte das re-

flexões do historiador francês Alain Joxe, que se transformou num estudioso da questão militar a partir da influência da guerra colonial na Argélia sobre sua geração. "Essa guerra foi um trauma que me tirou do estudo do Baixo Império Romano e das heresias cristãs para os desafios da história contemporânea", afirma o hoje professor da Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris, uma entidade estatal que vem realizando cursos de mestrado e doutorado e se dedica à pesquisa.

Fascinado pelos desafios da guerra colonial, rapidamente o jovem Joxe descobriu uma ameaça mais instigadora: a guerra atômi-

ca, a qual, como espada de Dâmoques, pairava sobre a Humanidade nos anos 60. Engajado na campanha em favor do desarmamento nuclear, o historiador viajou para a América Latina em 1962, em meio à crise dos mísseis entre EUA e URSS¹.

Alain passou longas temporadas no Chile, quando aprendeu corretamente o espanhol e estudou o pensamento político-estratégico latino-americano e dos Estados Unidos em relação à América Latina. Hoje, Joxe se dedica à pesquisa sobre as alianças militares e seus desdobramentos políticos. É sobre este tema que falou a **cadernos do terceiro mundo**.

Com a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos passam a líderes incontestes do mundo. Que consequências traz isso no plano militar?

AJ - A queda da URSS faz com que o marco estratégico esteja totalmente mudado hoje, em relação ao início da década. Tanto os EUA como os seus aliados e todos os exércitos que fazem parte da aliança ocidental, a Otan, se vêem compelidos a reavaliar suas estratégias. Nos Estados Unidos, existe hoje um debate profundo sobre o seu novo papel de líderes naturais do globo.

Líderes ou polícia do mundo?

AJ - Líder mesmo, não há outro. E esse papel não os molesta muito. Antes eram os líderes da metade do mundo. E a oposição à URSS era a fonte de legitimidade de sua liderança na metade ocidental do Planeta. Agora, os EUA detêm a liderança mundial e devem construir uma legitimidade para essa liderança e para a sua nova hegemonia, que não tem nada a ver com a luta contra a URSS.

Como vêm fazendo isso?

AJ - Estão se apoiando em "diabinhos" de médio alcance - a URSS era o próprio diabo do passado - para justificar determinadas ações. Um deles é o general Manuel Noriega, do Panamá. É um diabinho de curto alcance, mas bastante útil, porque com ele os EUA conseguiram justificar ações supostamente contra o militarismo, drogas, Canal do Panamá, tudo muito "condenável", do ponto de vista deles.

Depois veio Saddam Hussein,

que passou a encarnar o próprio espírito do Mal. E há outros diabinhos, como Fidel Castro, que ainda costuma ser mostrado como um perigo. Mas os norte-americanos sabem que as verdadeiras ameaças não estão aí. Um dos próximos perigos poderá ser a China. Mas, como é um país muito grande, não há vontade de enfrentamento e sim de abrandamento, de incentivo ao mercado, nada que signifique guerra.

A que conclusão chegaram sobre a origem da legitimidade?

AJ - Agora, descobriram que não têm por que buscar essa legitimidade e sim procurar as razões de sua superioridade.

"Os Estados Unidos, segundo a mais nova visão estratégica, não enfrentam inimigos, mas concorrentes"

Eles entendem que a superioridade norte-americana tem relação com a supremacia na área da eletrônica e da comunicação, que lhes permite o controle do mundo em tempo real. Isso é possível pela informatização das comunicações e pela observação via satélite, assim como pelo completo domínio que eles têm do espaço aéreo.

Ou seja, os líderes norte-americanos já não sentem a necessidade de justificar perante o mundo as razões da liderança que exercem, mas explicar a si próprios os motivos dessa liderança?

AJ - Sim, é exatamente isso, resumidamente. Há um alto grau de autismo nessa atitude. E isso se explica por não existir competidor do mesmo nível, que os obrigue a desenvolver uma estratégia dialética. Então, de forma unilateral, eles pensam que desfrutam dessa posição de dominação, porque fizeram por merecer; porque ninguém atingiu um nível de desenvolvimento tecnológico e econômico igual ao deles. Esse pensamento funciona tanto no plano econômico, quanto no militar.

Que tipo de eficiência eles buscam atingir?

AJ - Como estão muito cientes de sua superioridade, pensam que não têm porque combater em níveis "inferiores". Por isso, estão a favor de guerras com "zero-mortos" do lado deles. Isso exige, preferencialmente, evitar a participação no combate terrestre, no qual há mortes. Essa mentalidade explica a atitude que os EUA adotaram na Guerra do Golfo: aplicaram à risca a determinação de usar a informação via satélite, de apanhar o inimigo de longe, de impressioná-lo com armas de grande precisão dirigidas a distância. Ou seja, impor-se como um poder celestial, por assim dizer.

Mas, depois da Guerra do Golfo, veio o grande fracasso estratégico da intervenção na Somália.

AJ - Sim, um fracasso que eles analisaram de forma minuciosa e autocrítica. Isso se refletiu na Bósnia, onde novas pautas de intervenção foram aplicadas, como teste, já incorporando as lições da Somália. E também as reflexões da ação no Haiti. Esta, ao contrário da Somália, foi considerada um sucesso. Houve quase um "desembarque pelo telefone", tudo doutrinariamente estudado. E alcançaram seus objetivos sem perdas humanas, mas com apoio em muita manipulação, com ameaças nítidas de uso da força.

Existem pontos de vista coincidentes entre os Estados Unidos e a Europa, a respeito de quais devam ser as novas funções da Otan?

AJ - Não. Há discrepâncias. Nos bastidores, existe uma luta pela definição do papel que caberá na estrutura de comando. Há tropas européias que podem ser mobilizadas e deve-se estabelecer de quem será o comando.

Na Bósnia, ficou claro que, apesar de a Europa ter o mandato da ONU para agir, não foi ela quem comandou a intervenção, mas os EUA. Os norte-americanos foram os que comandaram o novo exército multinacional. Essa Força Internacional de Intervenção na Bósnia é considerada, pelos EUA, como um modelo paradigmático que passou a se chamar de "força-tarefa conjunta".

Essas forças foram apresentadas, na literatura militar norte-americana, como o primeiro caso de uma nova forma de intervenção, na qual participaram mais de 30 nações, nem todas da Otan, porque também houve tropas russas e eslovacas. Na

Bósnia, o comando norte-americano liderou uma coalizão multinacional e isso é colocado como um modelo que pode ser generalizado para forças combinadas da Otan e da Europa.

A discussão, agora, gira em torno do grau de autonomia de liderança que teria a Europa, em caso de se apresentar um conflito no qual os EUA não tivessem interesse em intervir.

Então o problema da Otan, em nível macroestratégico, significa, na prática, que os aliados

"Um determinado país pode ser concorrente dos Estados Unidos no terreno da eletrônica e da observação por satélite, por exemplo"

não têm autonomia de decisão ou, caso a tenham, é só em nível operacional, quando os EUA não têm interesse em intervir.

Então, os norte-americanos "deixam" nas mãos dos europeus operações exclusivamente européias, dando-lhes luz verde e apoio aéreo. É uma forma de cumprir o compromisso com eles mesmos de nunca intervir em operações terrestres, salvo no final, e de não enviar tropas para o cenário de operações, mas deixar a faxina mais dura para os aliados de nível inferior.

Serem usados como bucha de canhão não irrita os europeus?

AJ - A decisão norte-americana de não participar diretamente na guerra coloca muitos problemas, sobretudo porque é uma doutrina publicada, para quem quiser ler.

Mas não é só: também está escrito nos documentos dos EUA que, hoje em dia, não há mais inimigos, porém, existem ameaças que eles chamam de *peer competitors* (literalmente, os concorrentes nobres ou iguais), ou seja, inimigos eventuais em circunstâncias concretas.

Quem pode ser esse inimigo?

AJ - Todo aquele capaz de competir com os Estados Unidos em igualdade em algum terreno. Esse inimigo potencial constitui uma ameaça estratégica. E na descrição que eles mesmos fazem do *peer competitor*, encaixam todos os principais aliados dos norte-americanos: Japão, Europa, China, e no futuro, quando se refaça da atual crise, a Rússia. Os EUA, pela mais nova visão estratégica, não enfrentam inimigos, mas concorrentes.

Os Estados Unidos podem se aliar a um concorrente em potencial?

AJ - Ai está a grande questão. A noção de aliança - que é uma relação confirmada e prolongada de amizade e ajuda entre Estados-nações - está fora de moda. Hoje, não se buscam alianças. Procuram-se coligações temporárias, tidas como instrumentos ágeis, tecnicamente lícitos, que não têm os compromissos das alianças. Esse raciocínio é coerente, também, com o fato da noção do

próprio Estado-nação estar ultrapassada. As inovações técnicas têm demonstrado a relativa obsolescência do Estado-nação como escala para medir a soberania.

As alianças com sentido político, como as de antes, não existem mais?

AJ - Não. Agora, tudo é competição, como no mercado. Eles, por própria vontade, buscam que o ambiente estratégico-militar adote mais ou menos a mesma forma que a competição no mercado. E desenvolvem os mesmos instrumentos de gestão.

A competição tecnológica não determina, também, a forma, o tamanho e tipo de Forças Armadas de que se necessita?

AJ - Exato. Já não se pensa em grandes conflitos, em um cenário parecido com o de uma grande guerra com a ex-URSS e China, ou em cenários como os da Primeira e Segunda Guerras. Os novos parâmetros foram dados pela Guerra do Golfo, que foi estudada milimetricamente, inclusive do orçamento.

Em consequência, fizeram, de início, uma revisão da estratégia. O pior cenário que os EUA imaginaram para o futuro seria ter que enfrentar duas guerras do Golfo, ou duas guerras equivalentes, simultâneas, em diferentes partes do mundo. Uma no Golfo e outra na Coreia, por exemplo; duas guerras de média potência.

Mas esse cenário foi muito criticado e, agora, dois ou três anos depois, estão evoluindo para o que imaginam possa ser uma intervenção moderníssima em

conflitos de baixa intensidade. Nesse tipo de intervenção, o objetivo é esmagar os distúrbios antes mesmo de que possam desencadear uma guerra.

Nesse cenário, qual é o papel que os EUA escolhem para si próprios?

AJ - Os EUA mantêm a decisão de não intervir, se for possível. Preferem atuar como catalisadores da criação de forças internacionais aliadas, que chamo de tropas estrangeiras auxi-

“Preferem atuar como catalisadores da criação de forças internacionais aliadas, que chamo de tropas estrangeiras auxiliares”

liares. E estariam dispostos a ajudar na sua capacitação.

Essas forças incluiriam exércitos latino-americanos?

AJ - Sim. Na eventualidade de uma guerra localizada, esses exércitos - inclusive os latino-americanos - deveriam se organizar nesse formato. Teriam de ser capazes de formar parte de coligações *ad-hoc*, sob a égide da ONU, se fosse o caso, mas não necessariamente. Na prática, o comando é exclusivamente norte-americano

Os EUA falam em prevenir conflitos localizados. Com a brecha entre pobres e ricos, tanto no Norte quanto no Sul, não poderia se apresentar um cenário de múltiplas explosões sociais pelo desespero das camadas marginalizadas?

AJ - É uma hipótese razoável. Sei que há inúmeros exemplos de desordens sociais que viram conflitos internacionais. Para isso, há que se preparar em termos militares. Porém tem que se preparar no terreno político. Qual seria a resposta? Tentar esmagar uma rebelião popular desse tipo? Ou, ao contrário, tentar mudar o cenário macroeconômico, alterando a lógica que cria esse cenário, buscando fazer com que o FMI seja um órgão fundamentalmente orientado ao desenvolvimento. São problemas políticos, mais do que militares.

Há a possibilidade de um enfrentamento nuclear atual?

AJ - Não. O risco está fora de cogitação. Não se pensa mais em usar a bomba atômica como meio de coação. O cenário está totalmente mudado. As potências rapidamente compreenderam que o terreno nuclear não é a forma de se confrontar. Pode-se voltar a um cenário assim, caso, por exemplo, a Rússia se recompusesse em torno de um ditador meio fascista. E novamente fosse recriada a aliança com a China. A renúncia ao genocídio da espécie humana, em favor da paz, pode ser considerada um progresso. Não prevejo que nada disso vá acontecer, realmente. ■

Tolerância e respeito mútuo são a receita para criar uma nova



Paz para a cidade mais dividida da Europa

*Alban Maginness**

Belfast é a cidade mais dividida da Europa e, como novo prefeito, tentarei dedicar todos os esforços para mudar a situação. Outras cidades divididas, como Berlim, Beirute e Sarajevo, cada uma a sua maneira, encararam as cisões que as têm afligido e, em diferentes graus, obtiveram êxitos.

Durante anos, Belfast fracassou em enfrentar suas divisões básicas e inclusive alguns

políticos chegaram a negar a sua existência. No período em que o poder tem estado nas mãos do bloco protestante-unionista, manteve-se uma hegemonia política sufocante e terminou em fracasso toda tentativa de arranjar soluções para as divisões dentro da cidade.

Com as eleições de maio de 1997 e a conseqüente mudança no poder, que significou minha própria eleição em junho como primeiro prefeito católico e nacionalista, criou-se oportunidade real para enfrentar os problemas que nos separam.

O sectarismo, câncer mortal

que distorce e destrói nossa saúde pública, deve ser combatido. A aliança não-unionista, do tipo arco-íris e que agora governa a cidade, se propõe a estabelecer uma nova era de colaboração, sem divisões. A aliança, formada por três partidos - FDLP, Sinn Fein e Alliance - obteve 26 cadeiras no Conselho Municipal contra 25 dos partidos protestantes.

Devemos construir um novo sistema associativo em que participem as comunidades até agora rivais e que inclua tanto a tradição católico-nacionalista como a protestante-unionista.

Isso pode ser obtido com a partilha de responsabilidades no governo de Belfast - inclusive as do próprio prefeito - durante os próximos quatro anos.

Todos os comitês do Conselho Municipal deveriam estar constituídos sobre base proporcional, critério a ser adotado também nos demais cargos oficiais. Somos contrários à substituição de um sistema majoritário unionista por um majoritário nacionalista.

"Numa sociedade dividida, a maioria não é a base para se adotar uma decisão válida, mas uma afirmação de discórdia". É o que diz o escritor anglo-francês Hilaire Belloc a respeito do Chipre, que vive problema semelhante ao de Belfast.

Esse ponto de vista é aplicável a todas as sociedades divididas, seja em Belfast, Bósnia ou África do Sul. O sistema de tomada de decisões baseado unicamente na maioria, ainda que superficialmente possa ser considerado democrático, em algumas instâncias se transforma na ditadura da maioria sobre a minoria.

Em Belfast, apesar de nossa trágica história, devemos perceber que todos somos minorias, que a sociedade não é monolítica e que estamos, de várias maneiras, dentro de grupos ou partidos fragmentados, seja por motivo de sexo, classe social ou identidade cultural.

É lógico que assim seja. E deveríamos celebrar como um presente divino essas diferenças. A diversidade é uma riqueza, não uma maldição. Por isso deve ser construída em Belfast

uma cultura política capaz de integrar as duas tradicionais vertentes políticas. Todos os símbolos políticos externos, como bandeiras, hinos e cerimônias, deveriam ser revistos de modo a incluir os valores políticos nacionalistas e unionistas.

Se não houver um acordo para estabelecer símbolos políticos novos e comuns a ambas coletividades, deveríamos pensar no uso dos símbolos tradicionais de forma equitativa.

Desse modo, poderá surgir rapidamente uma nova cultura política global, não discriminatória, cuja marca será a diversidade e a tolerância. Esta cultura política pode ser aprofundada se reconhecermos que Belfast é uma cidade-membro da União Européia (UE), uma entidade cuja seiva são a diversidade e a tolerância e que tem movido a paz no continente europeu durante os últimos 50 anos. A UE nos proporciona uma identidade política alternativa que pode ser usada para aliviar nosso conflito de identidade.

Com atividades políticas, econômicas e culturais, levadas a cabo sob os auspícios da UE, o trabalho com comunidades rivais pode realizar-se sem medo. Se os habitantes de Belfast conseguissem se assumir como cidadãos de uma Grande Europa e não como meros súditos de um Estado-nação, talvez lhes seja possível forjar uma identidade mais ampla e duradoura. A decisão do Exército Revolucionário Irlandês (IRA) de restabelecer o cessar-fogo favorece a construção de um clima de unidade entre as duas

Rivalidade à flor da pele

O segundo semestre de 1997 acenou com novas esperanças para a Irlanda do Norte. Subiu ao poder em Londres o governo trabalhista de Tony Blair, o qual, logo depois, abriu contatos com representantes do Sinn Féin, a ala política do Exército Republicano Irlandês (IRA, na sigla inglesa). Desse clima de novas esperanças faz parte este artigo do novo prefeito de Belfast.

Mas, o ano de 1998 começou com um chamado à dura realidade das paixões sem controle. Novos atentados e mortes sacudiram Belfast na virada do ano, reacendendo o ciclo de ação e reação que comanda o ódio secular que mistura religião, nacionalismo e concepções políticas, e põe em confronto as duas comunidades do pequeno território controlado pela Inglaterra.

A disposição de diálogo de Londres é um passo fundamental, mas, como propõe o prefeito Alban Maginness, será necessário que as comunidades se disponham a superar, de fato, os impasses que tornam Belfast uma cidade em guerra.

comunidades e de uma atmosfera de não-violência nas ruas.

Assim, Belfast pode chegar a ser um paradigma para um acordo mais amplo, que abranja toda a Irlanda do Norte.

Mediante a criação gradual da confiança mútua, podemos solidificar relações construtivas entre as comunidades da cidade. Como prêmio da confiança mútua, as diferenças que nos dividem serão removidas, dando lugar à reconciliação. Isso deve ser a meta final de uma nação democrática e não-violenta e dos políticos que a representam. Lutarei para conseguir esta reconciliação. ■

* Prefeito de Belfast



Tensão eleitoral

Ximena Ortúzar

Maior abstenção da história e queda da votação no governo indicam frustração dos chilenos com o modelo econômico e político

A

s eleições parlamentares realizadas em 11 de dezembro no Chile foram utilizadas pelo eleitorado para mandar um sério recado ao governo, formado pela União de Partidos pela Democracia. O pleito registrou a maior abstenção da história do país e expressou a rejeição enfática de grande parte da população ao modelo político-econômico em vigor.

A abstenção, os votos brancos e os nulos representaram mais de 30% do eleitorado, percentagem maior do que a votação obtida por qualquer partido.

A coalizão governista, de centro, manteve a maioria - obteve 50,55% dos votos - mas perdeu cinco pontos percentuais em comparação com eleições anteriores. A

A coalizão que sustenta o presidente Eduardo Frei perdeu cinco pontos percentuais no pleito de dezembro em relação à votação histórica. O governo deverá enfrentar dificuldades para aprovar reformas constitucionais, especialmente no Senado, que terá uma forte presença de militares - incluindo Augusto Pinochet (à esquerda)



oposição de esquerda aumentou sua votação, mas, devido a casuísmos da legislação eleitoral vigente, não conseguiu ter representação no Congresso. Já a direita que apóia o ex-ditador Augusto Pinochet ampliou o número de cadeiras, especialmente no Senado.

Este talvez seja o dado mais preocupante, porque significa que qualquer tentativa de reforma na Constituição - como a iniciativa que estava em debate de se anular a lei que anistiou os militares - será praticamente inviável.

Para vários analistas políticos, o resultado da eleição deixa claro o desencanto do eleitorado em relação ao governo de coalizão pós-ditadura militar, mostra o repúdio ao estilo político dominante e sinaliza a exigência de uma alteração urgente de rumo, tanto no ter-

reno político como econômico.

A coalizão no poder - integrada pelo Partido Demócrata-Cristão (que obteve 22,95% dos votos em dezembro), o Partido pela Democracia (12,59%), Partido Socialista (11,14%) e Partido Radical Social-Democrata (3,1%) - chegou ao governo em março de 1990, após 16 anos e meio de ditadura militar, depois que a população barrou, em plebiscito, a tentativa continuísta do general Pinochet.

No plebiscito realizado em 1988, o não à permanência do ditador venceu com 56% dos votos, abrindo a possibilidade do retorno da democracia.

Na primeira eleição pós-ditadura, em dezembro de 1989, o candidato presidencial da coalizão, Patricio Aylwin, obteve 55% dos votos. Quatro anos depois, em 1993, Eduardo Frei Ruiz Tagle foi eleito presi-

dente com 58%, a mais alta maioria da história eleitoral chilena. A partir de 1989, a coalizão venceu todas as eleições - presidenciais, parlamentares e municipais - com maioria absoluta, atingindo percentuais em torno de 55%.

Por isso, os cinco pontos perdidos nas urnas em dezembro passado são um chamado de alerta para o governo, sobretudo porque os resultados fortalecem a direita nostálgica do autoritarismo militar. Representada pelos partidos Renovação Nacional e União Demócrata Independente (sendo este de linha dura), essa direita se apresentou no pleito sob a legenda União pelo Chile.

Do total de 120 cadeiras em disputa para a Câmara, a coalizão governamental obteve 70 (duas a menos do que em 1989), a União pelo Chile, 47, os

Lei aprovada no regime militar criou o posto de senador vitalício para ex-presidentes que ocuparam o cargo por pelo menos seis anos. Apenas um chileno atende a esse critério: Augusto Pinochet

independentes duas, e o grupo Chile 2000, também de direita, uma.

A esquerda, em especial o Partido Comunista, aumentou a votação. O Partido Comunista passou de 4 para 7% dos votos em relação ao último pleito municipal. Mas devido às características do sistema de representação imposto pela Constituição militar, ainda vigente, continua sem representação no Congresso.

No Senado, a renovação foi parcial: 20 dos 47 membros foram eleitos em dezembro. Após o pleito, a coalizão situacionista ficou com 20 vagas, o Pacto União pelo Chile com 16 e os independentes e o Chile 2000 com uma cadeira cada um. Há ainda nove senadores biônicos, chamados no Chile de "senadores institucionais" - indicados por via indireta - e um senador "vitalício", cargo criado especialmente para alojar Pinochet no Senado, como ex-presidente.

Meses antes das eleições, o governo lançou uma intensa campanha destinada a conscientizar a população sobre a importância da participação no pleito. Mas não obteve o êxito esperado. Houve 1,3 milhão de chilenos, com idade entre 18 e 25 anos, que não se inscreveram na Justiça eleitoral. (O Chile tem 8,07 milhões de eleitores.)

Dos eleitores inscritos,

86,3% compareceram às urnas, ou seja, se registrou uma abstenção de 13,7%. Dos votos emitidos, somente 82,23% foram válidos. Houve 13,57% de nulos e 4,25% de brancos. (Até então, nunca havia ocorrido uma abstenção superior a 10% em nenhuma outra eleição.)

Se analisarmos essas cifras, chegamos à conclusão de que do total de eleitores habilitados a votar, 31,52% encontraram alguma forma de não se manifestar. Essa percentagem equivale a 2,35 milhões de pessoas.

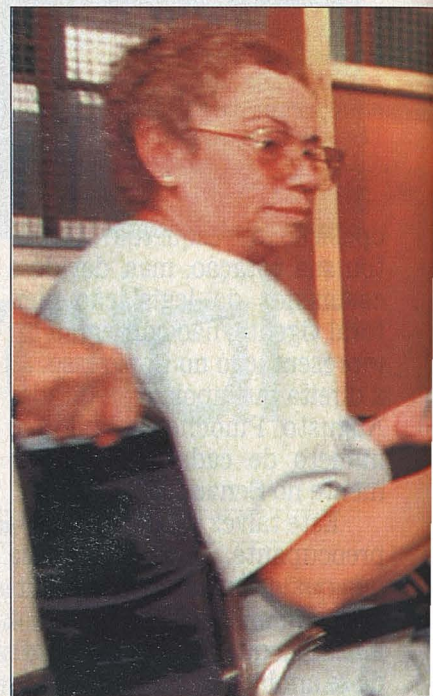
Constituição maquiavélica

A não-inscrição dos jovens foi interpretada pelos analistas políticos como um ato de repúdio ao quadro político em geral. A alta abstenção e os votos em branco mostraram a falta de credibilidade dos candidatos. Os nulos também constituíram uma mensagem clara à classe política: na imensa maioria foram anulados não por estarem redigidos de maneira equivocada, e sim por conterem opiniões explícitas contra o sistema, o governo e os políticos.

A Constituição em vigor no Chile foi implantada em 1980, em plena ditadura, em substituição à Carta revogada com o golpe que derrubou Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. A "Constituição de Pinochet", com algumas reformas, é

considerada como uma "camisa de força" para qualquer ação democratizadora.

Um dos exemplos mais nítidos é a composição sui generis que a Carta Magna impôs para o Senado. Dos 47 senadores, 38 são eleitos por votação direta e nove são designados: quatro pelo Conselho de Segurança Nacional (Coseña, criado durante a ditadura), três pela Corte Suprema de Justiça e dois pelo presidente da República.



Podem ser designados os ex-comandantes-em-chefe das Forças Armadas, os ex-diretores-gerais da polícia (quatro no total), dois ex-ministros da Corte Suprema, um ex-Procurador Geral da República, um ex-reitor de universidade estatal ou reconhecida pelo Estado e um ex-ministro de Es-

tado. Para ficarem disponíveis para a nomeação, os comandantes-em-chefe da Marinha e da Aeronáutica renunciaram recentemente aos cargos. O mesmo fez o diretor-geral da Polícia (Carabineros).

Quanto ao cargo de comandante-em-chefe do Exército, ele pertence desde 1973 a Augusto Pinochet, que passará à reserva em março de 1998. Portanto, a cota do Exército será preenchida por um ex-vice-comandante ou um general aposentado.

Na próxima legislatura, portanto, o número de senadores aumentará para 48.

Composição insólita

A partir de março, o Senado chileno será um bastião da direita "pinochetista", refratária a qualquer tentativa de reforma constitucional. Aos 16 senadores do Pacto União pelo Chile se somarão o senador eleito pelo Chile 2000 e, na maioria das votações, o único independente.

signados pelo Conselho de Segurança Nacional, outros integrantes do regime militar estarão no Senado na próxima legislatura: Rodolfo Stange, ex-diretor-geral da polícia, e Sergio Fernandez, ex-ministro do Interior de Pinochet. Ambos foram eleitos pela União Democrata Independente.

Dos três senadores designados pela Corte Suprema, dois têm um histórico de desprezo pela democracia, demonstrado, em particular, durante a gestão como ministros do Tribunal, ao bloquear investigações e julgamentos relativos a violações dos direitos humanos durante a ditadura. O terceiro é o ex-procurador-geral da República, Enrique Silva Cimma, ministro das Relações Exteriores durante o governo de Patricio Aylwin. Os dois senadores restantes serão indicados pelo presidente Eduardo Frei. Estes, somados aos 20 da coalizão governante, não conseguirão neutralizar a maioria de direita.

Para determinadas reformas na Constituição, é exigido quorum qualificado: três quintos para aprovação de emendas constitucionais (29 votos) e dois terços (32 votos) para as cláusulas constitucionais especiais.

Dessa forma, as tão aguardadas reformas democratizantes no Chile poderão ficar ainda mais difíceis de serem aprovadas pela possibilidade de Augusto Pinochet, agora convertido em senador até a morte, por obra e graça de sua própria Constituição, ser eleito presidente de um Senado supostamente democrático. ■



A abstenção verificada na eleição de dezembro (13,7%) foi a maior da história do país

Aos nove designados se somará, a partir de março, um senador "vitalício", posto destinado para ex-presidentes que ocuparam o cargo por pelo menos seis anos consecutivos. Apenas um chileno atende a esses critérios: Augusto Pinochet.

Espera-se que também tenham o mesmo comportamento os ex-comandantes-em-chefe das três Armas e o ex-diretor-geral da polícia, que têm como líder o senador "vitalício" (Pinochet). Além destes e dos quatro militares da reserva de-

Partilha no governo



Presidente Carlos Flores: desafiado a reconquistar a confiança na democracia

A futura divisão do poder entre diferentes forças políticas foi a principal consequência do recente pleito no pequeno país centro-americano

Eleito com o voto de 52% dos hondurenhos que compareceram às urnas em 30 de novembro, o novo presidente de Honduras, Carlos Flores, tem a partir de 27 de janeiro, data da posse, um desafio: reconquistar a confiança da população nas instituições e na democracia.

Apesar da realização de eleições presidenciais diretas desde 1981 - com o fim da sucessão de governos militares



com a posse de Roberto Suazo Córdova -, importantes instituições políticas ainda não conquistaram a completa independência do Estado.

Exemplo do Tribunal Nacional de Eleições e do Registro Nacional de Pessoas, cujos membros são indicados por partidos políticos, que procuram atender os interesses particulares de cada agremiação. Esse comportamento prejudica a transparência dos processos eleitorais e o desempenho de uma democracia institucional, afirmam analistas políticos.

"O Tribunal Eleitoral e o Registro de Pessoas não têm agido com a honestidade necessária. O novo governo tem que tornar independentes estes órgãos caso aspire realmente a uma democracia efetiva", diz o analista político Efran Díaz.

O especialista afirma que o governo deve "frear a manipulação praticada pelos políticos e partidos e impulsionar reformas de fundo que permitam devolver aos eleitores a confiança perdida". O novo governo tem que se preocupar também com o combate a corrupção, criminalidade e impunidade, manter o processo de desmilitarização do país e fortalecer o Ministério Público, na opinião de Ramón Custódio, mem-

bro do Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos.

Outro desafio é reduzir a pobreza, que atinge 80% da população. "Flores deverá dar ênfase ao desenvolvimento humano, além de obter a estabilização econômica, algo que não se alcança com bons propósitos vagos, como se percebe a partir dos discursos", diz Efran Díaz.

A campanha do presidente eleito foi baseada no impulso à infra-estrutura, exploração de recursos naturais e turismo, além de concessões de serviços públicos.

O engenheiro Carlos Flores, filiado ao Partido Liberal, no governo, superou em 23 pontos percentuais a candidata Nora Melgar, do Partido Nacional, de oposição. A primeira mulher a se candidatar ao cargo na história de Honduras obteve 29% dos votos. O índice de abstenção foi de 26% dos habilitados a votar.

Apesar da vitória de Flores, o resultado das eleições vai determinar uma inédita divisão de poder no país, graças à nova legislação eleitoral, que pela primeira vez permitiu aos eleitores escolher candidatos de partidos diferentes para cargos diversos. Os percentuais obtidos pelos

População: 5,750 milhões (1994)

Área: 112.090 km²

Moeda: Lempira

Capital: Tegucigalpa

População Urbana: 43,8% (1995)

Principais Produtos: Cana-de-açúcar, banana, milho, arroz, feijão, madeiras, lagosta, pedra calcária, prata, cimento, bebidas e tabaco

PNB per capita: US\$ 600 (1994)

Crescimento Anual: 0,5% (1985/94)

Saúde: Um médico para cada 1.266 habitantes (1988/91);

65% consomem água potável (1990/95)

Expectativa de Vida: 61 anos (homens) e 66 (mulheres) - (1985/1990)

Idioma: Espanhol (oficial).

Alguns grupos indígenas mantêm a sua língua nativa

Fonte: Guia do Mundo 1997/98

diferentes partidos permitem constatar que numerosos eleitores de Flores escolheram candidatos a deputado e a prefeito de outras legendas.

O presidente não contará com maioria absoluta na Câmara e o Partido Nacional, de oposição, venceu o pleito para a prefeitura de Tegucigalpa, a capital do país.

As eleições municipais foram marcadas também pela derrota do ex-presidente Roberto Suazo Córdova, do Partido Liberal, para a prefeitura do pequeno município de La Paz, situado no Departamento (estado) do mesmo nome. Por uma diferença de 212 votos, Córdova perdeu a disputa para Filiberto Isaula, candidato da Unificação Democrática de Honduras, de esquerda.

(IPS/Marcelo Monteiro)

Nova batalha pela paz

Oposição no Sudão não acredita em acordo

O governo de Sudão e o Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA) mantiveram recentemente negociações de paz a portas fechadas em um local secreto no vizinho Quênia. Na abertura das conversações, o chanceler queniano Kalonzo Musyoka, que atuou como mediador, pediu às partes que deixem de lado suas diferenças para alcançarem um acordo para pôr fim a uma das guerras civis mais longas da África. Segundo organizações humanitárias, mais de um milhão de pessoas morreram no sul do Sudão desde o início da ofensiva lançada pelo SPLA, em maio de 1983, e três milhões de pessoas foram obrigadas a fugir de seus locais de origem.

A rebelião foi a resposta à decisão do então ditador Gaafar al-Nimeiry de estabelecer a Sharia (lei islâmica) no país. O objetivo era agradar a Arábia Saudita para receber ajuda financeira, mas acabou criando uma crise, porque a população não-muçulmana do sul do país nunca aceitou a decisão. Os rebeldes exigem mais autonomia política e religiosa para essa população - de maioria negra e praticante de religiões africanas - em relação ao norte muçulmano e árabe. O sul abriga 35% dos 30 milhões de habitantes do maior país da África.

O ministro das Relações Exteriores queniano afirmou que ainda existe discórdia tanto em relação à separação de Estado e

religião quanto à autodeterminação para o sul do Sudão.

Os problemas não são novos. Foram enfrentados por todos os governos do Sudão desde a independência da Grã-Bretanha, em 1956, e dizem respeito à profunda divisão étnica, religiosa e cultural entre o norte e o sul do país.

Essa temática foi abordada em uma declaração de princípios elaborada pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, integrada por Quênia, Uganda, Etiópia, Eritreia, Djibouti, Somália e o próprio Sudão, que busca ajudar a superar a guerra civil. Aceita, em tese, como base de negociação pelo governo, a declaração inclui o direito à autodeterminação do sul e ao secularismo. Entretanto, o governo do presidente Omar Hassan al-Bashir se retirou das conversações em várias oportunidades, negando-se a discutir a fundo a declaração de princípios.

"O governo do Sudão declarou que aceita o documento só como um elemento de discussão e não como uma resolução. Não estamos obrigados pela declaração de princípios", afirmou um funcionário da embaixada sudanesa em Nairóbi. Um importante representante do SPLA, Deng Alor, assinalou que a organização sempre soube que o governo estava apenas ganhando tempo com as conversações de paz, sem mostrar vontade política real de chegar a uma solução pacífica para o conflito.

"O governo insiste na lei islâmica e em um sistema de governo sem pluralismo. Não vejo lugar para a negociação", declarou Deng. "Vamos participar das conversações sabendo que o governo não tem muito a oferecer." É provável que as partes voltem à guerra se as negociações fracassarem.

O líder do SPLA, coronel John Garang, assegura que suas forças controlam quase todo sul do país e estão fechando o cerco sobre a importante cidade de Juba.

Por sua vez, o governo do Sudão anunciou intensa campanha para recrutar mais de quatro milhões de jovens para o serviço militar. Denúncias do uso de crianças como combatentes por parte das autoridades sudanesas têm sido levadas a debates internacionais, junto com descrições das atrocidades cometidas pelas Forças Armadas do país, incluindo tortura e assassinatos em massa de colaboradores da guerrilha.

O Sudão destina cerca de 80% de sua renda atual à defesa. "Sabemos que a guerra custa ao governo pelo menos US\$ 2,5 milhões por dia", declarou Garang à imprensa.

Enquanto isso, milhões de sudaneses estão ameaçados pela fome em regiões isoladas pelos combates, como os 60 mil camponeses que podem ter morrido em 1992 na localidade rural de Parayang. (Moyiga Nduru)

O novo papel do Irã

Conferência em Teerã amplia importância diplomática do país. Presidente acena para EUA



Na abertura da Conferência Islâmica, o presidente Mohamed Khatami recebe o presidente da Palestina, Yasser Arafat. O líder palestino acusou Israel de promover uma guerra de assentamentos judaicos em setores árabes, e apelou para que os países presentes garantissem a presença islâmica em Jerusalém, o que o governo israelense tenta reduzir

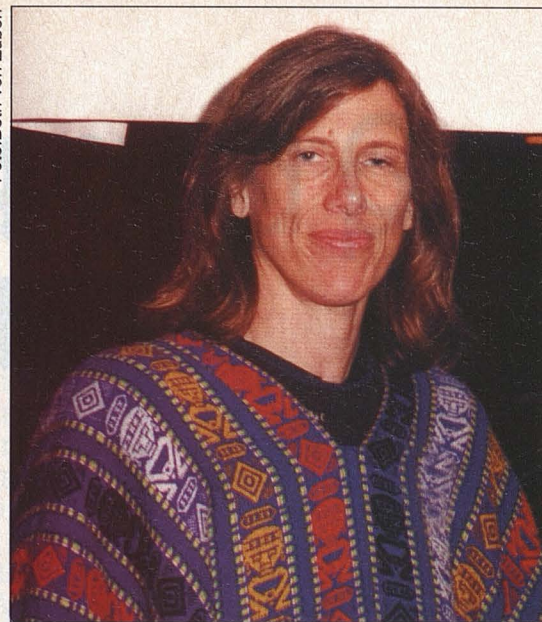
A 8ª reunião da Organização da Conferência Islâmica (OCI), realizada em dezembro em Teerã, representou alterações significativas no quadro político da região. Particularmente para o anfitrião. Isolado durante anos, acusado de alimentar o terrorismo, o Irã recebeu representantes de primeiro escalão de mais de 50 países, 30 deles chefes de Estado. Compareceram delegados de países que mantêm relações tensas - ou até não têm relações diplomáticas - com o regime iraniano, casos do Iraque, da Arábia Saudita e do Egito. O primeiro ainda se ressentia dos oito anos (1980/88) de guerra que deixaram mais de um milhão de mortos. Os dois últimos acusam o Irã por atentados em seus territórios. A presença maciça à conferência foi encarada também como um voto de confiança ao novo presidente, Mohamed Khatami, considerado moderado.

A moderação de Khatami ficou evidenciada na entrevista coletiva à imprensa internacional. O líder iraniano não chamou os Estados Unidos de "Grande Satã", como era tradição nos discursos dos outros aiatolás. "Espero poder conversar com o povo americano e que isso aconteça logo", disse Khatami. Se demonstrou admiração pela população norte-americana, Khatami criticou a Casa Branca. "Algo que me entristece e que aumenta meu pesar pelos americanos é o fato de seus líderes terem parado no tempo. Em um mundo que se transforma rapidamente e que vem se tornando multipolar, os Esta-

dos Unidos ainda se imaginam o poder solitário, que deve impor sua vontade sobre o mundo a qualquer custo." A posição conciliatória de Khatami veio acoplada à recriminação do governo iraniano a países que mantêm relações consideradas "amistosas demais" com Israel, principal aliado norte-americano no Oriente Médio. Nesse grupo se incluem Egito, Jordânia e Turquia. Esta assinou acordo militar com Israel em 1996. A declaração final da Conferência conteve crítica explícita à assinatura de acordos bilaterais com Tel Aviv, como aquele assinado pelos turcos. ■

A matriz africana no mundo

Foto: Beth von Zuben



Elisa Larkin Nascimento

Pesquisadora apresenta a África como o berço da civilização

A cultura popular desconhece e muitos negam. Mas grupos de pesquisadores afirmam que a civilização ocidental tem origem nos conhecimentos africanos. São teorias que desfazem toda a base da história ensinada nas salas de aula.

No livro *Sankofa, matrizes africanas da cultura brasileira*, volume I, a historiadora Elisa Larkin Nascimento expõe o assunto, com o apoio de pesquisas que procuram revelar os fundamentos histórico-culturais que embasam a reafirmação de uma identidade para o povo africano. A obra é fruto do curso de extensão universitária, com nome homônimo, oferecido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), no período de 1985 até 1995, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

"Muitos textos que estão fundamentados no livro têm

sido divulgados em publicações científicas no exterior, mas aqui no Brasil pouco se conhece do assunto. Não são curiosidades sobre o mundo africano, mas documentos que fundamentam a construção de uma plena cidadania para os africanos e descendentes no mundo", diz Elisa.

Para a organizadora e autora de alguns dos textos publicados no livro, o processo de exclusão dos povos africanos tem seu alicerce na noção de inferioridade, fundamentada no preconceito racial, o que justificou todo o processo de escravidão e colonização desse povo. Hoje, ela afirma, ainda há espoliação, que se traduz numa situação de domínio, tanto em relação à África, como aos seus habitantes em sociedades multirraciais industrializadas nas Américas.

Na verdade, muitos historiadores que contrariam o denominado racismo científico pertencem a uma corrente intelectual marginalizada. Elisa jun-

ta, de maneira sintética, informações do seu trabalho com a de outros pesquisadores, como o do historiador senegalês Cheik Anta Diop, para dar uma visão geral do que essas pesquisas apresentam, revelando os povos africanos como protagonistas da civilização.

"Historiadores europeus mostram que as culturas asiática e européia têm fundamentação nas antigas civilizações africanas. Cheik Anta Diop resgata toda a identidade africana dos antigos egípcios, assim como o pesquisador Ivan van Sertima mostra a presença africana na Europa antiga", conta.

Elisa Larkin expõe que se atribui à Grécia a origem do conhecimento científico e filosófico. Porém, com os estudos relacionados no texto, comprova que os pesquisadores da Grécia iam estudar no Egito, onde foi construída a fundamentação destes conhecimentos.

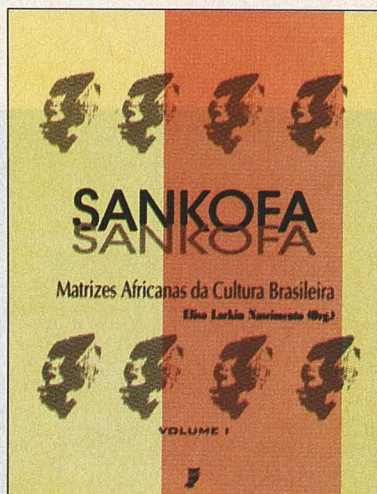
"Temos a idéia de que a tec-

nologia é uma conquista europeia e que os africanos nunca fizeram qualquer tipo de avanço nesta área. Isto está distorcido, pois a primeira revolução tecnológica se deu na África", diz. Ela cita o processo de transição da vida de pesca, caça e coleta de frutos para a prática organizada da agricultura e criação de gado. A partir daí é que se inicia a construção das cidades.

Segundo Elisa, nas enciclopédias este acontecimento é localizado no Vale do Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, atual Iraque. Ela prossegue dizendo que isto já estava sendo feito muito antes no vale do rio Nilo, como também na região do Saara, onde, há 15 mil anos, já existia a prática da agricultura. "Numa literatura especializada, esses resultados de estudos já estão comprovados, mas isso não chega ao conhecimento geral, exatamente por causa dessa cultura racista que não deixa transparecer este tipo de novidade sobre a nação africana."

Para tentar se esconder as potencialidades do povo africano, segundo a pesquisadora, o Egito é muitas vezes apontado como um país pertencente ao Oriente Médio. "Geograficamente, não há como fazer isto, mas, na teoria, eles simplesmente retiram o país da África. Encontram-se até mapas definidos assim, isto porque não é possível admitir que os povos africanos sejam os autores dessa civilização", diz a historiadora.

Da mesma forma, as teorias racistas defendem que os egípcios



não são africanos. "Neste caso, afirmam que somente as camadas populares, escravizadas, da população egípcia teriam sido africanas. A elite dominante, que seria branca, é que teria construído a civilização e seria a responsável pela sabedoria", denuncia.

Como exemplo, mostra o rosto de um dos faraós mais importantes do Egito, Ramsés II, da XIX dinastia, ou de Tutmosé III, fundador da XVIII dinastia e responsável pela expansão territorial do Egito. "É só observar os traços da face deles. São rostos africanos, sem dúvida."

A descoberta da pedra da Roseta, no século passado, que possui inscrições em hieróglifos egípcios, revelou que há milênios todo esse conhecimento já existia no Egito, antes de surgirem na Grécia. "Isso para eles é um problema, porque se está justamente no meio da construção científica de toda a justificação da escravidão, do racismo científico, de que os africanos seriam inferiores, intelectual e geneticamente."

"A história antiga do Egito tem quatro milênios, o dobro da nossa história depois de Cristo", lembra Elisa.

No livro, há ensaios do embaixador angolano Francisco Romão de Oliveira e Silva; de Ismael Diogo da Silva, cônsul angolano no Rio de Janeiro; Giselda Melo do Nascimento e Michael Hamenoo.

Um dos temas abordados no livro são as lutas africanas no mundo e nas Américas. No trabalho, Elisa destaca os quilombos no Brasil, assim como as comunidades que resistiram à escravidão na Colômbia, no Equador, na Venezuela, em Cuba, no México e na Jamaica.

"Em toda a história da colônia, há a questão da resistência africana. Estas comunidades abalam as próprias estruturas da economia colonial e levam à desestruturação desse sistema e à abolição da escravidura", diz.



Símbolo Sankofa

Além deste livro, serão lançados mais dois, atualmente em preparação pela Editora da Uerj. O segundo volume será *A matriz africana no Brasil*, e o terceiro terá o título de *Mulher, religiosidade e meio ambiente*. "Esse material deveria ser incorporado de forma obrigatória nos currículos convencionais da formação dos professores, porque, enquanto não se fizer isto, a história continuará reproduzindo as teorias racistas", assinala Elisa Larkin.

(Beth von Zuben)

1 Elisa Larkin do Nascimento é doutoranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e co-fundadora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro)

Representantes
de entidades
de mulheres
debatem no Rio
formas de ampliar
espaços e garantir
direitos trabalhistas
no mercado comum
do Cone Sul



Esther Schiavoni

Aristóteles Brito

Mercosul feminino

Beth von Zuben

*A*s mulheres estão reivindicando a participação nas discussões do Mercosul, para garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e da legislação trabalhista dos países que integram o bloco.

Representantes da Argen-

tina, do Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile se reuniram no Rio de Janeiro, em dezembro, para discutir a inserção da temática feminina nas discussões do Cone Sul. "Não estamos presentes no processo de integração econômica. Por isso pleiteamos a inclusão da reunião de ministras como parte da estrutura do Mercosul. Assim, poderemos assegurar políticas governamentais para

as mulheres", diz Cristina Muñoz, ministra da Secretaria da Mulher do Paraguai.

Na reunião consultiva para a criação de um mecanismo de igualdade de oportunidades no marco do tratado Mercosul, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (Unifem), foi elaborado um documento



Aristóteles Brito

Hebe Vasconcellos



Aristóteles Brito

Cristina Muñoz

**As mulheres
ocupam apenas
10% das vagas
existentes
nas comissões
que definem
as estratégias
de ação do
Mercosul**

apresentado ao ministro da Indústria, Comércio e Turismo do Brasil, Francisco Dornelles, que o encaminhará aos demais integrantes do bloco.

“Desde que comecei a lidar com o Mercosul, senti a falta da presença feminina. Este documento é uma manifestação política e o considero importante para o fortalecimento do tratado econômico”, disse Dornelles no encontro.

A conquista de espaços pelas mulheres é cada dia maior, porém as desigualdades relacionadas ao gênero persistem. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres ocupam apenas 2 a 3% dos cargos mais importantes e recebem salários

bem menores aos pagos para os homens.

Cristina Muñoz afirma que as mulheres ocupam apenas 10% das vagas nas comissões do Mercosul. Os integrantes do

Conselho do Mercado Comum são homens - ministros das Relações Exteriores e da Fazenda. No Grupo Mercado Comum, entre os representantes de ministérios e de bancos centrais dos países-membros, em um total de 25 pessoas, somente duas são do gênero feminino.

“As mulheres precisam tomar decisões nos espaços que as afetam, bem como a sua família e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do país”, diz Teresa Rodriguez, diretora de relações internacionais do Serviço Nacional da Mulher do Chile - país convidado para atuar como observador na reunião.

No encontro, as ministras

Para Rosiska de Oliveira, é importante a aprovação nos países do Mercosul de uma legislação homogênea sobre os direitos das mulheres



Cedoc

mostraram-se preocupadas com as diferenças das leis relacionadas ao trabalho feminino entre os países do bloco econômico. No Brasil, a mulher tem direito a 125 dias de descanso, podendo se retirar quatro semanas antes do parto. Já na Argentina, tem somente direito a 45 dias antes e mais 45 dias depois da gestação. No Uruguai, por exemplo, não existe a regulamentação de leis para as domésticas, enquanto que no Brasil elas têm direitos gerais iguais, com exceção para férias, estabilidade, entre outros benefícios. Os dados constam da pesquisa "Trabalho feminino no Mercosul e no Chile",

publicado pela Central Única de Trabalhadores.

"Não há uma legislação homogênea entre os países do Mercosul. Buscamos essa integração para que haja uma convivência mais harmônica na comunidade internacional", diz Rosiska de Oliveira, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasil).

No documento final do encontro, além de solicitarem a criação da reunião de ministras - assim como já acontece na área da saúde, educação etc. -, e também a inserção da questão de igualdade e oportunidades entre homens e mulheres nos

Uruguai pos

Na pesquisa da Organização Internacional do Trabalho que revela as diferenças salariais e de importância de cargo profissional entre homens e mulheres, são apontadas algumas exceções, como é o caso do Uruguai.

No país, o número de mulheres em cargos dirigentes é superior ao de muitos países industrializados.

"O Uruguai é um país caracterizado por apresentar uma legislação avançada em relação aos direitos da mulher", declara Hebe Vasconcellos, representante do Instituto Nacional da Família e da Mulher, do Uruguai.

Hebe conta que em 1907, como primeira medida em favor dos direitos femininos, foi estabelecida a lei de divórcio unilateral. A partir de então, a mulher passou a ter a permissão para pedir a separação conjugal por sua própria vontade.

Logo em seguida, foram implantadas medidas que proporcionaram benefícios nos locais de trabalho, como, por

trabalhos desenvolvidos pelo Mercado Comum, elas fizeram uma recomendação para que ONGs também participem do fórum econômico-social.

A reunião de dezembro foi a segunda realizada no Brasil. A

...ui uma das legislações mais avançadas

exemplo, a Lei da Cadeira, que obriga a colocação de assentos no ambiente de trabalho para as mulheres descansar.

Na década de 30, a mulher passou a ter o direito ao voto. E, em 1942, incorporaram-se quatro mulheres ao parlamento.

Segundo Hebe Vasconcellos, o governo do atual presidente uruguaio, Julio Maria Sanguinetti, não tem favorecido a instalação de um plano de igualdade e oportunidades para as mulheres. Mas, em contrapartida, tem possibilitado a criação de algumas ações concretas que favoreçam a situação delas no país.

"Foram criadas comissões sobre a saúde reprodutiva feminina e a condição jurídica", cita Hebe Vasconcellos. Além disso, o governo está fazendo uma reciclagem das legislações que abordam a condição feminina.

No âmbito do Ministério do Trabalho estão sendo colocados em prática programas de capacitação para mulheres com mais de 40 anos, visando a sua inserção no mercado profis-

sional. Ainda há projetos de moradias para as que são chefes do lar, "o que permite levantar a auto-estima já que passam a ser donas de uma propriedade".

Houve também uma reforma educativa que adotou medidas importantes, como o ensino obrigatório em tempo integral nas escolas públicas às crianças a partir de quatro anos de idade.

"Dessa forma, há uma revalorização da família, os filhos passam a se alimentar melhor e a mãe pode assim se inserir melhor no campo profissional", diz Hebe Vasconcellos.

Na Argentina, no momento está tramitando no Senado a regulamentação da lei sobre as relações trabalhistas das empregadas domésticas. afirma Esther Schiavoni, presidente do Conselho Nacional da Mulher. A norma atual foi elaborada no anos 50.

"Estamos também tentando modificar a segmentação do emprego, tentando promover a presença das mulheres em

áreas de trabalho não-tradicionais a elas", declara Esther.

Assim como no Uruguai, está sendo colocado em prática um programa de capacitação profissional para desempregadas, com uma parceria do Ministério do Trabalho com o Conselho Nacional da Mulher. "No campo político, a mulher tem uma participação importante, mas sempre estamos pedindo mais", acrescenta Esther.

Já no Paraguai, Cristina Muñoz assinala que no governo do presidente Juan Carlos Wasmosy foi lançado, em maio de 1997, um plano de igualdade e oportunidade para as mulheres.

Segundo Cristina, assim como em boa parte dos países do Planeta, a situação feminina também tem sido preocupante no Paraguai. No entanto, alguns avanços têm ocorrido no país, como a introdução da perspectiva de gênero na agenda do estado.

"Estamos elaborando a política pública com a visão das mulheres", diz Cristina Muñoz.

primeira, também em 1997, ocorreu em São Paulo, quando ministras e conselheiras se reuniram com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para iniciar a discussão sobre a necessidade de

introduzir a questão feminina no Cone Sul. O próximo encontro, o quarto convocado pela Unifem, acontecerá em junho de 1998, em Buenos Aires.

"Espero que a temática da mulher seja realmente incluída

e posta em prática no processo do Mercosul e não fique apenas no papel como um simples comunicado conjunto", diz Hebe Vasconcellos, representante do Instituto Nacional da Família e da Mulher, do Uruguai. ■



Onde há violência não pode haver prazer

Angela Hernández*

**Dirigente sindical
se espelha
nas mulheres de
Atenas e lança
a audaciosa palavra
de ordem de não
amar aqueles
que incentivam
a guerra**

Como Lisístrata na comédia de Aristófanes, Rocío Pineda, da Escola Nacional Sindical de Medellín, convocou as mulheres colombianas a se unirem para acabar com a guerra desencadeada e protagonizada pelos homens. A forma que Rocío encontrou para alcançar esse objetivo foi revelada no 5º Congresso da União das Cidades da Colômbia, quando convocou as mulheres de seu país a usarem todos os recursos que Eros e a inteligência lhes deram em prol do fim da violência.

A palavra de ordem das atenienses era abandonar as obrigações matrimoniais nos lares: "Não cumprirá a mulher seus

deveres maritais com o homem. Faz-se uma greve de jejum para o sexo masculino. Que onde há violência, não haja o prazer."

Rocío Pineda relembrou a atmosfera em que as gregas de 24 séculos atrás, cheias de entusiasmo e confiança, reunidas na Grande Acrópole, decidiram intervir para deter a guerra¹.

Ela fez um paralelo entre a atuação das Mães de Maio, durante a ditadura na Argentina, e a atitude exibida por Lisístrata na peça de Aristófanes. Em ambos os casos, disse, trata-se de mulheres resolvidas a pôr fim à morte violenta provocada pelos homens "em nome da democracia, do progresso, da verdade. E o mais importante, em nome da vida."

Na Colômbia, há hoje 700 mil homens armados nos diferentes grupos que exercem a

violência de forma sistemática. E mais de três milhões têm porte legal de armas de fogo.

“Como podemos, nós mulheres, beijar uma boca que acaba de dar a ordem de matar uma pessoa ou de pronunciar um discurso que incentiva a violência? Como aceitar corpos de mulheres acariciadas por uma mão masculina que acaba de deixar um filho sem pai? Como aceitar essa mão que dispara e depois entrelaça seus dedos com os nossos?”, questionou a dirigente sindical.

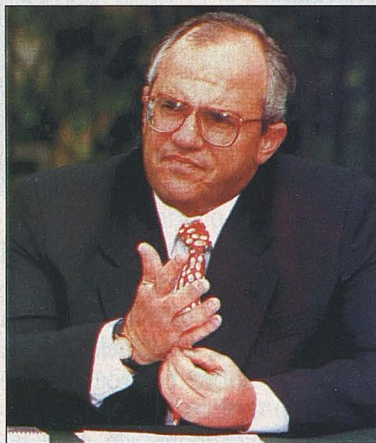
As participantes do Congresso, realizado em Cali, em outubro, para comemorar os 40 anos de conquista do voto feminino na Colômbia, receberam com aplausos emocionados a exposição. Aliás, a preocupação com a violência esteve presente em todo o evento e as mulheres mostraram o desejo de trabalhar em favor da paz na sociedade colombiana.

Teresa Quiroz, acadêmica chilena, lembrou que o desenvolvimento não é compatível com o armamentismo. Para ela, os recursos do Planeta não são suficientes para alimentar ambos. E o encontro não só concordou com suas ponderações como aprovou uma resolução criticando a suspensão do veto à venda de armas à América Latina pelo governo Clinton, que “acaba contribuindo para o aumento da violência”.

Os donos e administradores de fábricas de armas foram apontados como “uma casta poderosa, freqüentadora de clubes exclusivos e geralmente ligada aos Departamentos de

Defesa das grandes potências. Essas pessoas costumam ser as verdadeiras responsáveis pelas decisões políticas, por trás dos dirigentes visíveis”.

“Trinta mil homens foram assassinados no país em 1996: 30 mil seres humanos que foram pais, irmãos, amantes, filhos, maridos, amigos... Até quando esperaremos com medo e angústia que chega a nossa vez? Até quando acompanharemos esta carnificina?”,



Ernesto Samper não conseguiu cessar a violência reinante na Colômbia

perguntou a palestrante. E lembrou as conseqüências na vida das mulheres, convertidas de um dia para o outro em chefes de família, refugiadas, exiladas, vítimas de abuso sexual, enfermeiras de homens inválidos pelas balas, por atentados e minas.

“Depressões, angústias, insônia, solidão afetiva e sexual, fome, pobreza são algumas das seqüelas que as balas assassinas, a intolerância, o afã de riquezas e de poder deixam nas mulheres, de norte a sul do

país”, afirmou Rocío Pineda.

“Seguiremos agindo como simples espectadoras ou estaremos dispostas a levantar nós mesmas a bandeira da paz e da luta contra a guerra?”, perguntou. “Já é hora de seguir o exemplo de Lisístrata”.

Para ela, as mulheres tem a obrigação de começar a dizer “de diversas maneiras chega de guerra, destruição, tristeza e lágrimas. É hora de deixar aflorar uma nova racionalidade e afetividade femininas. Transcender o ato de parir a vida para começar a dar vida à paz”.

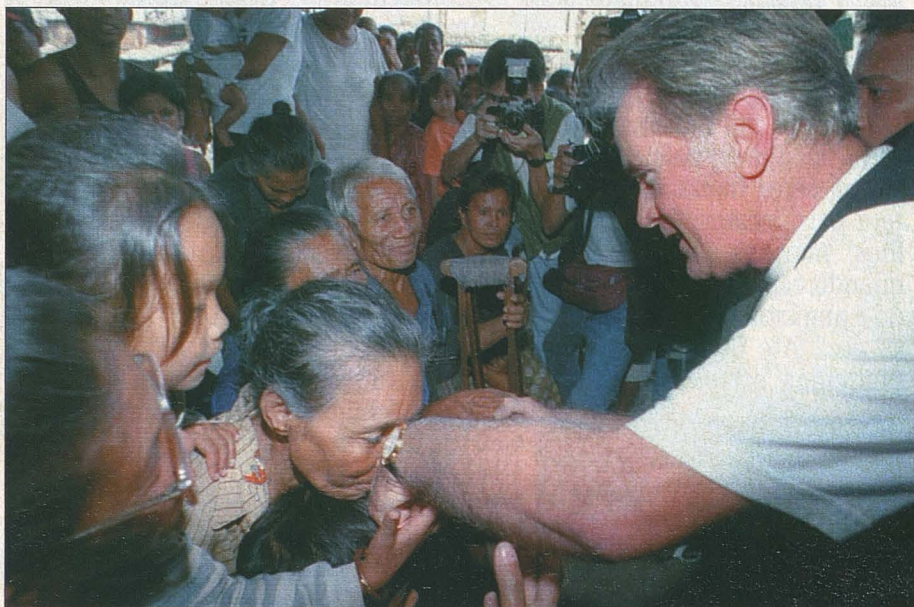
Além de convocar a mulher a influir na vida pública da forma que estiver ao seu alcance, a dirigente lançou a sua proposta audaciosa: se nada pode deter a guerra, talvez possamos alcançar essa meta por meio da mais profunda subjetividade, a que se acomoda no cotidiano, nas profundidades sonoras e flutuantes de Eros.

“A quem amamos? A quem pertencem esses corpos que nos seduzem? Que fazem esses corpos antes de penetrarem em nossas entranhas e viver conosco o prazer sexual? São por acaso corpos que chegam dos campos de batalha ou de reuniões nas quais foram aprovadas sentenças de morte? São por acaso os homens que amamos que decidem quem vive e quem morre? São os pais que ensinam o ódio aos nossos filhos?”, questionou Pineda. ■

* Da revista *Mujer Fempress* nº 193

¹ Na peça *Lisístrata*, de Aristófanes, as mulheres gregas fazem uma greve de sexo para tentar acabar com a Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta

A decadência do Ocidente



A globalização não passa de uma falácia ideológica do poder do grande capital, que domina neste fim de milênio, graças à perda de substância moral da Humanidade

Waldomiro Cavalcanti*

Atribuída a Oswald Spengler, filósofo alemão que faleceu em 1936, a primeira teoria sobre o processo de gênese, evolução e decadência de uma civilização. Segundo ele, a sociedade se constitui quando forja uma cultura. A civilização emana dessa cultura, que amalgama a sociedade. O consumo progressivo dessa cultura provoca o seu esgotamento, levando a civilização à decadência e à morte. Em seu livro clássico, *A decadência do Ocidente*, ele usa a sua teoria para mostrar esse processo nas sociedades ocidentais. Mas o seu método é fácil de ser manipulado: basta investigar a base cultural que engendrou as instituições, seguir a trilha de sua evolução e identificar o seu declínio no esgotamento da substância cultural que lhe deu origem.

Arnold Toynbee - o mais genial discípulo de Spengler - discordou parcialmente do determinismo dessa tese, acrescentando que uma civilização pode sucumbir ou não. Adicionou ao esquema teórico do mestre um par de categorias dicotômicas: desafio e resposta. O que significa dizer que na fase de sua evolução, uma civilização enfrenta desafios que requerem respostas. E as respostas à crise emanam de fenômenos engendrados nas entranhas do próprio processo, cuja eficácia restauradora depende dessa mesma civilização.

Síntese da interpenetração da civilização grega com a romana, a civilização ocidental experimentou, ao longo de sua evolução, várias crises. É possível, até, acompanhar a sua evolução tomando cada crise como marco do fim de um período e início do subsequente. A crise do Império Romano corroeu suas instituições e o precipitou numa decomposição irreversível. Santo Agostinho, contemporâneo desse momento histórico, imaginou o fim do mundo.

Para Toynbee, no entanto, a desintegração do Império Romano não decretou o epílogo da civilização ocidental. Os desafios morais e éticos que corroíam as suas entranhas foram redimidos com o advento do cristianismo. Dessa forma, sobre as ruínas do Império Romano, surgiu o senhorio feudal, tendo a aldeia camponesa como seu centro de gravidade.

Séculos depois, a desagrega-

gação dessa ordem hierarquizada produziu conflitos alucinantes. Das ruínas da ordem senhorial demolida foi erigida uma vigorosa vida urbana constituída por uma sociedade civil integrando um espaço delimitado denominado Estado-Nação. Nesse novo contexto, foi construída uma colossal riqueza social, que estreitou povos e nações, até surgirem monopólios gigantescos e formidáveis megalópoles, tornando descartáveis os Estados Nacionais e todo o substrato sócio-cultural que a humanidade armazenou ao longo de milênios.

A civilização ocidental defronta-se, neste momento, com uma crise de natureza moral e ética sem precedentes. Suas raízes mediatas estão fincadas no caráter da propriedade privada (que era coletiva nas suas origens e se tornou, no seu auge, radicalmente individual). Do ponto de vista imediato, domina a percepção desagregadora de que o homem é um ser individual, quando a universalização dos processos de reprodução da individualidade humana dependem cada vez mais da vida coletiva, isto é, da solidariedade.

Nesta perspectiva, a busca individual do prazer se transforma numa rotina de ritmo lento que não acompanha o ritmo acelerado da totalidade social. Esse descompasso é a causa da crise moral que afeta o capitalismo e ajudou a desmoronar o sistema socialista. Estava certo Che Guevara quando transmitia para os adolescentes de Cuba o princípio humanista da

moral martiana: "Nunca faça de sua vida uma rotina."

O capitalismo financeiro

A origem imediata da crise repousa na perda de capacidade do capitalismo de realimentar a civilização que lhe deu vida, tanto no plano ético como moral. A mais transcendente e universalista das heranças deixadas pela civilização greco-romana, a lógica aristotélica, esgotou-se. Esse pensamento cumpriu o papel singular de forjar toda a arquitetura da sociedade ocidental, com seus antagonismos de classe e a propriedade privada dos meios de produção.

No entanto, o capitalismo, último rebento da civilização ocidental, foi consumindo essa lógica até reduzi-la a um mero instrumento de produção tecnológica em função da reprodução do capital financeiro. No século XVIII o pensamento aristotélico deu a sua última prova de vitalidade, produzindo o naturalismo filosófico e o iluminismo, onde a ciência pura encontrou terreno fértil para acelerar o progresso humano em escala universal. O liberalismo emana dessa conjuntura histórica, forjando uma teoria econômica e política cuja síntese suprema é o Estado Nacional. A nova ordem refuta a filosofia e arranca do cerne da ciência pura a ciência aplicada. Com o advento do tecnologia, eleva o conhecimento humano à condição de mero instrumento de reprodução do capital financeiro.

O capitalismo financeiro precipitou a Humanidade em duas desastrosas guerras mundiais, demonstrando que a civilização ocidental se deteriorara em seus fundamentos e se tornara inconseqüente. Os desafios emanados das ruínas da Segunda Guerra tiveram como resposta fazer da tecnologia o fio condutor da construção da "pós-modernidade".

Decretava-se, assim, a morte da ciência pura, reduzindo a ciência aplicada a um conhecimento subordinado aos desígnios da tecnologia, correia de transmissão dos interesses do capital financeiro.

A civilização ocidental perdeu a partir daí seus alicerces morais e éticos, restando a tecnologia como sua única sustentação. O saber tecnológico, sem a filosofia para nutrir a ciência pura e sem esta para alimentar a ciência aplicada, é um saber destituído de universalidade e incapaz, portanto, de servir ao ser humano.

A globalização não passa de uma falácia ideológica do poder do grande capital que domina graças à perda de substância moral e ética da humanidade nessa conjuntura trágica. Hoje, mais do que nunca, é necessário trilhar a lógica dialética que preside o desenvolvimento da humanidade, em sua plenitude universal, e construir, com ela, o amanhã. ■

* Ex-professor de História Contemporânea na Universidade Federal da Paraíba. Trabalhou em Havana no jornal Granma Internacional. Atualmente, é presidente do Centro Luiz Carlos Prestes de Estudos Sociais, de João Pessoa

Muito barulho por quase nada

Acordos são feitos para serem descumpridos. O paradoxo explica por que os 149 países que se reuniram em dezembro em Kyoto, Japão, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, tentaram mais uma vez costurar um compromisso para a redução da emissão de poluentes e, a exemplo do estabelecido nas discussões sobre o clima na Rio 92 (que previa a diminuição do lançamento de resíduos a níveis do começo da década), não foram bem-sucedidos.

Hoje, depois de muitas batalhas e lances espetaculares, como o encenado pela União Européia (que sugeriu a redução das emissões para os países industrializados em 15%), o máximo que se obteve foi o compromisso para desacelerar a poluição entre 2008 e 2012 em 5,2% em média.

O resumo do encontro, que os ambientalistas chamaram de "farsa", pode ser aferido nos efeitos práticos do acordo selado: os cientistas garantem que é quase nula a influência no clima de reduções abaixo de 20% no lançamento de gases tóxicos.

Os maiores poluidores anunciaram com estardalhaço suas metas. Os Estados Unidos, responsáveis por 24% das emissões, as reduzirão em 7%; o

Resultados da conferência sobre o clima decepcionam cientistas e ambientalistas que acusam países ricos de armarem uma farsa

Japão, em 6%, e a União Européia, em 8%. E além deste corte irrisório, na opinião de ambientalistas, as nações desenvolvidas conseguiram manter uma cláusula que permite o intercâmbio de cotas de poluição. Isto poderá dar aos Estados Unidos, por exemplo, a oportunidade de comprar de países que não sujam tanto a atmosfera o equivalente ao percentual máximo a que esta nação tem direito nos moldes do tratado.

Ainda que os resultados de

Kyoto fossem animadores, o banho de água fria quando da apreciação do acordo pelas câmaras legislativas dos países deverá ser inevitável. Segundo observadores, o Senado norte-americano, graças a pressões da indústrias automobilística e petrolífera locais, deverá rejeitar os compromissos assumidos no Japão. Outros parlamentares ao redor do mundo devem seguir o exemplo dos políticos de Washington, que acham absurdas as reduções acima de 5%.

Os países emergentes não terão que se preocupar em controlar a sua poluição até 2012, data da próxima grande conferência. Algumas nações desenvolvidas poderão até alargar as emissões. A Austrália foi autorizada a aumentar 8% o lançamento de gases, responsáveis, entre outros problemas, pelo efeito estufa.

As partículas de dióxido de carbono (CO₂), metano e óxido nítrico se encarregarão de fazer o resto até 2100, furando a camada de ozônio que protege a Terra dos raios ultravioleta e elevando a temperatura em cerca de seis graus. As consequências negativas (degelo das calotas polares, submersão de cidades litorâneas, níveis de poluição sem precedentes) parecem não assustar os que assinaram acordos em Kyoto. (Maurício Dantas)

EDITORIA TERCEIR MUNDO

Online

Bem-vindo a Editora Terceiro Mundo Online - uma casa editorial com a visão do Sul.

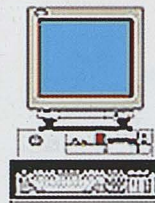
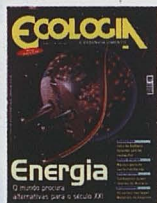
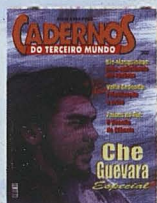
Venha conhecer melhor nossa história e nosso propósito



Agenda

NOVIDADES

Agenda



Home

Revistas

Publicações

Centro de
Documentação

Serviços

Fale conosco

Visite o nosso site na Internet
<http://etm.com.br>



Natural de Niterói.



PREFEITURA DE NITERÓI